



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS REPRESENTAÇÕES DO SABER. UMA VISÃO DOS LETRADOS NAS CRÓNICAS PORTUGUESAS TARDOMEDIEVAIS

Nome do Mestrando | José Manuel Martins Simões

Orientação | Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar

Mestrado em História

Área de Especialização | História Medieval

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS REPRESENTAÇÕES DO SABER. UMA VISÃO DOS LETRADOS NAS CRÔNICAS PORTUGUESAS TARDOMEDIEVAIS


Nome do Mestrando | José Manuel Martins Simões

Orientação | Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar

Mestrado em História

Área de Especialização | História Medieval
Dissertação

Évora, 2019



As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais

Constituição do júri

Presidente do júri: Prof.^a Doutora Maria Filomena Lopes de Barros

Arguente: Prof.^a Doutora Maria João Violante Branco

Orientadora: Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar



Serviços Académicos

VALIDAÇÃO DA VERSÃO FINAL DE
TESE/DISSERTAÇÃO/RELATÓRIO DE ESTÁGIO/TRABALHO DE PROJECTO

MODELO
T-007

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo: José Manuel Martins Simões Número: 37336

Curso: Mestrado em História

Especialidade: História Medieval

Ciclo de Estudos: 3.º Ciclo 2.º Ciclo Mestrado Integrado

2. TRABALHO

Tese
[Apenas para cursos de 3.º ciclo]

Dissertação

Relatório de Estágio

Trabalho de Projeto

Relatório Profissional

Título do Trabalho:

As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais

Orientador(es):

Prof.ª Doutora Hermínia Vilar

3. VALIDAÇÃO

Confirmação das alterações propostas

Não foram propostas alterações

Data:

12-1-19

Assinatura do Orientador:

Hermínia Vilar

4. RECEÇÃO PELOS SERVIÇOS ACADÉMICOS

Data de receção

O Funcionário:

Observações:

Gesdoc n.º: _____

Ao meu Avô.

*Sabe, em suma, que foram ou letrados
ou clérigos, e todos de mor fama,
e do mesmo pecado carregados.*

Dante Alighieri, *A Divina Comédia*
Inferno, trad. de Vasco Graça Moura

*As crónicas e o arquivo reformulam-se e refazem-se conforme as contingências do
presente. Tanto umas como outro são utilitários e manipuladores: respondem às
exigências dos novos tempos.*

Luís Krus, "Leituras",
A construção do passado medieval

Agradecimentos

À Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar pelas trocas de ideias sempre estimulantes, pela paciência no acompanhamento deste estudo, pela leitura e revisão da minha escrita enredada, pelos incentivos para que tentasse sempre fazer melhor, pela confiança que depositou em mim, pela oportunidade que me estendeu para que pudesse agarrar com as duas mãos este fascínio que é a História Medieval.

À Prof.^a Doutora Filomena Barros pelos incentivos, pelos debates sempre importantes, por ter confiado em mim desde a primeira hora e me ter aceite nesta aventura pelo mestrado em Medieval, leia-se, por me ter aceite no mundo absolutamente herético do medievalismo e pelos contributos diretos ou indiretos para esta dissertação.

Ao Prof. Doutor Fernando Branco Correia por me ter inspirado, num agora longínquo curso livre da Universidade, a seguir por este caminho, por ter dado um contributo importante para esta dissertação, mas também por ter contribuído e continuar a contribuir para que queira sempre saber mais.

À Raquel, sempre, por tudo.

Ao meu Avô, que sem ter lido nunca uma palavra me transmitiu um gosto pela História que não se pode encontrar por palavra alguma. A ele, que pensava ser a História um único e grande livro, que não sabia quanta razão tinha, que nunca chegará a ler este trabalho, dedico-lhe quanto possa haver de bom nestas páginas.

A todos os que acompanharam esta dissertação e para ela contribuíram de alguma forma.

Índice

| | |
|---|------|
| Resumo | V |
| Abstract | VI |
| Siglas..... | VII |
| Introdução..... | VIII |
| 1. Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas..... | 1 |
| 1.1. Um vocabulário da distinção social..... | 1 |
| 1.2. Tempos, espaços, contextos | 5 |
| 2. A cronística como fonte de representações | 10 |
| 2.1. Entre as <i>primeiras crónicas portuguesas</i> e a memória letrada de Santa Cruz.. | 11 |
| 2.2. Uma crónica trecentista a dois tempos | 14 |
| 2.3. A primeira dinastia (re)vista no <i>primeiro dia de julho da era de 1457 anos</i> | 18 |
| 2.4. Um tríptico em forma de espelho..... | 20 |
| 3. A cronística como fonte de representações | 27 |
| 3.1. Reis, letrados e reis letrados | 27 |
| 3.2. Traços de uma composição..... | 35 |
| 3.3. Entre a espiritualidade, o saber e a Coroa..... | 48 |
| 3.4. Quadros de uma oposição..... | 55 |
| 4. A idealização, ou variações em torno de um letrado ideal..... | 60 |
| 3.1. Um modelo letrado visigótico: Julião de Toledo..... | 63 |
| 3.2. <i>Frey Bernaldo</i> , Gilberto de Hastings e a <i>Crónica de Portugal de 1419</i> | 70 |
| 3.2. João das Regras, o doutor ideal ou o futuro idealizado | 75 |
| 5. O quarto « <i>estado do reino</i> » ou a identificação de um grupo social | 81 |
| Fontes e bibliografia | 85 |
| I – Fontes cronísticas | 85 |
| II – Fontes literárias..... | 86 |
| III – Fontes documentais | 86 |
| IV – Dicionários e obras de referência..... | 87 |
| V – Estudos..... | 89 |
| Anexo 1. Ocorrências do termo letrado..... | 103 |

As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crônicas portuguesas tardomedievais

Resumo

Partindo de uma análise das representações dos letrados na cronística medieval portuguesa, esta dissertação pretende aprofundar o conhecimento acerca do papel dessas personagens na construção do discurso cronístico, analisar as formas de distinção intrassocial e intersocial dos letrados face às outras personagens e, em última análise, perceber como essas formas de representação e determinados termos terão, ou não, contribuído para o capital simbólico daquelas personagens na cronística. Estes objetivos integram-se, também, num outro conjunto de questões que procurámos aflorar, tais como a importância do conhecimento e dos seus detentores na cronística portuguesa tardomedieval ou a noção da categoria de letrados.

Palavras-chave: letrados; crônicas medievais portuguesas; representações.

The representations of knowledge. A literates' vision in portuguese late medieval chronicles

Abstract

Based on an analysis of literate representations in the medieval Portuguese chronicles, this dissertation intends to deepen the knowledge about the role of these characters in the construction of the chronological discourse, to analyse the intrasocial and intersocial distinction between the literates and the other characters and, ultimately, to perceive how these forms of representation and certain terms have or have not contributed to the symbolic capital of those characters in the chronicle. These objectives are also part of another set of questions that we have tried to emerge, such as the importance of knowledge and its holders in the Portuguese late medieval chronicle or the notion of the literate's category.

Keywords: literates; Portuguese medieval chronicles; representations.

Siglas

IV^aCB – *IV^a Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, ed. por António Cruz em *Anais Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

C1344 – *Crónica de 1344*, ed. por Diego Catalán e María Soledad Andrés. Madrid: Gredos, 1971.

CGE 1344 – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. por Luís Filipe Lindley Cintra, 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

C1419 – *Crónica de Portugal de 1419*, ed. por Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

CDP – *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, ed. por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

CDF – *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes ed. por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

CDJ – *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, ed. por William Entwistle e Luís Filipe Lindley Cintra, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

Introdução

Conhecedor e crítico inefável dos conceitos, das ideias, dos textos e dos contextos do séc. XII, João de Salisbúria revela-se ao leitor atual como um pensador à frente do seu tempo, mesmo se profundamente mergulhado nele, mas sobretudo alguém que soube plasmar essa argúcia tanto no *Metalogicon*, como no *Policraticus*, as suas obras maiores¹. Situando-se dentro da tradição escolástica, não se coíbe, ao invés do que seria habitual, de apontar a premência desses «jardins floridos, perfumados e carregados de fruta»² que seriam os textos clássicos, chegando a rejeitar a possibilidade de considerar letrados (*litterati*) aqueles que, mesmo sabendo ler e escrever, os desconhecêssem³. Afirmara-o também antes, num dos capítulos finais do primeiro livro do *Metalogicon*⁴, quando recusava que esse qualificativo fosse aplicado àqueles que ignorassem ou, de certa forma, desprezassem o conhecimento da gramática. Ecoava aí o tema clássico da realização da razão e da linguagem inerentes à espécie humana, abrindo entre as reflexões pequenas frestas à margem da discussão filosófica que permitiam entrever a forma como construía a imagem desses indivíduos.

À semelhança daquele discípulo de Pedro Abelardo, os cronistas medievais foram sabendo incorporar as suas representações da sociedade entre as memórias régias, eclesiásticas e nobiliárquicas do reino, lugar onde se faziam apresentar em larga medida *as nobres cavallaryas e as boas façanhas que fezeron os reis*, e mais concretamente daqueles *letrados* que estavam ausentes das primeiras memórias do reino português, muitas delas de carácter analístico como era o caso dos *Annales Portugalenses Veteres* e dos *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis*. Essa integração, aliada a uma «terminologia da distinção social», como veremos no primeiro capítulo deste trabalho, permitiu aos cronistas evidenciar a presença dos *letrados* enquanto «atores sociais»⁵ no plano da narrativa, associados a características específicas e com uma identidade própria, construída sobretudo à volta das suas relações com o saber, que os diferenciavam de outros indivíduos designados como *sabedores*, *entendidos*, *físicos*, *conhecedores* ou *astrólogos*.

¹ Para a contextualização da figura de João de Salisbúria no seu tempo histórico ver: Cédric Giraud e Constant Mews, "John of Salisbury and the Schools of the 12th Century", em *A Companion to John of Salisbury*, ed. por Christophe Grellard e Frédérique Lachaud (Leiden: Brill, 2014), pp. 31-62.

² «*Inde sunt floridi, redolentes et fructiferi gentium orti*». João de Salisbúria, *Policraticus*, editado por Clement Webb (Oxford: Clarendon Press, 1909), vol. 2, liv. 7, cap. 10, p. 134.

³ João de Salisbúria, *Policraticus*, vol. 2, liv. 7, cap. 9, p. 126.

⁴ João de Salisbúria, *Metalogicon*, ed. por John Hall e Katharine Keats-Rohan (Turnhout: Brepols, 1991), liv. 1, cap. 24.

⁵ Pensamos aqui em particular na problematização em torno desse conceito apresentada por Thierry Dutour, "La réhabilitation de l'acteur social en histoire médiévale. Réflexions d'après une expérience de terrain", *Genèses*, 2, n. 47 (2002), pp. 21-41.

O estudo que agora se apresenta orientou-se no sentido de identificar, analisar e compreender as representações dos indivíduos e grupos designados como *letrados* que pontuam um pouco por toda a cronística medieval portuguesa. Para tal, foi criado um quadro interrogativo em que algumas dúvidas sobressaem: sendo a cronística uma construção complexa, qual a funcionalidade dos *letrados* nos seus discursos? Qual o valor simbólico dessa qualificação? Seria aquela identificação uma forma de distinção face aos restantes? Não apenas face aos *sabedores e conhecedores*, note-se, mas mesmo em relação aos restantes grupos sociais. Procurámos também aqui aprofundar o conhecimento acerca do papel dessas personagens na construção do discurso cronístico, analisar as formas de distinção *intrasocial* e *intersocial* dos letrados face às outras personagens e, em última análise, perceber como essas formas de representação e determinados termos terão, ou não, contribuído para o capital simbólico daquelas personagens na cronística. Estes objetivos integram-se, também, num outro conjunto de questões que procurámos aflorar, tais como a importância do conhecimento e dos seus detentores na cronística portuguesa tardomedieval ou a noção da categoria de *letrado* tal como Fernão Lopes a apresentou, colocando-a entre os *quatro estados do reino*.

Desde a primeira hora nos questionámos sobre quem eram, afinal, aqueles letrados e se poderíamos considerar como tal apenas os que eram designados dessa forma pelos cronistas ou, em contrapartida, se seria lícito incluir também aqueles sabedores. Os exemplos que dispúnhamos da consagração de uma terminologia neste campo vinham, sobretudo, da historiografia francesa, onde se haviam cristalizado os conceitos de *intellectuais*, introduzido por Jacques Le Goff, e de *gentes do saber*, cunhado por Jacques Verger, sem que na verdade nenhum deles fosse consensual para designar a totalidade dos indivíduos de que nos ocupávamos⁶. O imbróglio, no entanto, partia de uma falsa questão. A análise a que nos propusemos, baseada nas representações, parte da identificação através de um qualificativo (*letrado*), considerando como tal somente aqueles que assim são referidos, sem pretensões de construir ou reconstruir o grupo que estaria no imaginário dos cronistas. É com base nessa qualificação que, de certa forma, esses homens foram introduzidos no discurso, tornando-se atores sociais, políticos e históricos.

O primeiro capítulo deste trabalho, «*Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas*», debruça-se, por isso, sobre o termo *letrado* à escala quase puramente semântica, procurando compreender quem era designado através desse epíteto e de que forma essa designação pode ser homogénea em função dos

⁶ Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2014); Jacques Verger, *Le gens de savoir en Europe à la fin du moyen âge* (Paris: PUF, 1997).

indivíduos. De igual modo, procura também ser uma reflexão em torno das vicissitudes de uma análise deste tipo, colocando em evidência as particularidades da cronística régia portuguesa enquanto *instrumento de poder*, instrumento de construção e fixação da memória, mas também como produto de um tempo e de um espaço.

Esse primeiro capítulo tenta, de alguma forma, fazer também um enquadramento historiográfico que não o chega a ser completamente, por vários motivos. O primeiro deles, por não existir uma tradição propriamente dita de análise das representações dos letrados na cronística, nestes termos. Existem sim estudos sobre indivíduos que podemos considerar letrados, mas que são na verdade estudos direcionados para grupos específicos. Depois, porque os estudos das representações a partir da cronística, de forma genérica, existem em número extraordinariamente grande e, não obstante, relacionados com temáticas bastante díspares entre si. Note-se ainda que, para além do estudo de Armando Norte⁷, de carácter mais geral, sobre *letrados e cultura letrada* nos sécs. XII-XIII, parece ter prevalecido uma certa indefinição terminológica no medievalismo português (mas não só) a este respeito. Não nos compete aqui fazer essa crítica, mas sublinhar apenas a premência de uma discussão do conceito de *letrado* para que outros trabalhos possam futuramente recorrer a ele.

Essa dificuldade em fazer um balanço historiográfico não significa, no entanto, um despreendimento total da historiografia anterior. Pelo contrário. Em tudo o que possa ter de original, este estudo é, na sua génese, devedor a essas temáticas e é nelas que se pretende enquadrar. É também devedor a uma extensa bibliografia, oriunda dos campos da Filologia, que toma a cronística como objeto de análise *per se*, e que procura estabelecer parentescos entre os textos, datá-los ou conhecer a sua autoria. E, igualmente, de uma outra próxima desta, entre os estudos literários e a História, que tem vindo a desconstruir essas narrativas a partir de dentro, olhando as suas vicissitudes, os seus propósitos e os seus discursos políticos, históricos ou sociais.

O segundo capítulo deste trabalho, «*A cronística como fonte de representações*», será o de apresentação das fontes. Procurámos aí apresentar o conteúdo das fontes e problematizar as questões que as envolvem de forma mais premente, ao invés de elencar um conjunto amplo de informações atinentes a cada uma delas, mas que pouco poderiam relevar para a nossa análise. Assim, esse enfoque levou-nos a procurar questões relativas à autoria, às datas e locais de produção, aos contextos de produção e ambientes de receção, às fontes utilizadas e ao reaproveitamento de materiais pelos cronistas ou refundidores, tentando obter as informações mais seguras sobre cada um desses aspetos. De igual modo, procurámos esclarecer os principais tópicos de cada

⁷ Armando Norte, «*Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*» (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013).

uma das narrativas para que a análise fosse posteriormente realizada sem necessidade de excursos circunstanciados que nos fornecessem o conteúdo temático das crónicas.

Grande parte do processo de elaboração desta dissertação recai sobre a análise das representações das ocorrências do termo *letrado*, na comparação com outras fontes e na extrapolação para os contextos históricos em que as crónicas foram sendo escritas, processo que tem por base a análise de representações⁸, assumindo desde logo a cronística como uma representação, como um objeto construído e não como uma fonte *tout court*, onde se mistura o real e o ideal. Assim, a análise de representações funcionará aqui, no fundo, como uma desconstrução desse *chiaroscuro*, sendo ao mesmo tempo duplamente uma ferramenta de análise do discurso latente e de desconstrução desse mesmo discurso no *continuum* entre o simbólico e o real. Essa tentativa de *desconstrução* dos textos corresponde ao terceiro capítulo do trabalho, «Representações, paradigmas e antagonismos», onde se concentra a maior parte da análise e onde procuramos analisar as ocorrências daquela expressão com base numa comparação intertextual – tentando fazer aquilo a que José Mattoso chamava a «*arqueologia do texto*»⁹ - , em relação com os escritos que serviram de base aos cronistas e outros que lhes serão análogos, mas tomando igualmente como apoio os contextos de produção a um nível sociocultural e político-militar, assim como os seus propósitos, o auditório a que se destinavam ou a sua receção mais imediata.

Tal capítulo encontra-se subdividido em função dos conjuntos temáticos das ocorrências. Assim, numa primeira parte procurámos olhar para as referências relativas aos reis letrados, que poderíamos referir no singular por se tratar de uma única referência; na segunda parte tentámos indagar as relações entre os letrados e a Coroa, tendo como foco os letrados enquanto agentes da vontade do rei; na terceira parte procuramos as relações entre a Coroa e os letrados que lhe fornecem o alimento espiritual, funcionando não tanto como seus agentes, mas como garantia da espiritualidade do rei; e na última parte tentamos analisar a forma como os letrados constituem, em determinados momentos, a oposição à vontade dos monarcas, funcionando como a salvaguarda de um propósito maior e mais complexo no universo diegético da narrativa.

O quarto capítulo deste trabalho, «*A idealização, ou variações em torno de um letrado ideal*», foca-se nas representações ideais ou idealizadas do letrados, partindo de uma análise baseada nos adjetivos que os cronistas congregam em torno daquela qualificação de *letrados*. Optámos aí por observar cinco personagens específicas –

⁸ Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion”, *Sociétés et Représentations* 40, n. 2 (2015), pp. 277-287; Pierre Monnet, “Représentation(s)”, in *Le Dictionnaire de l’historien*, dir. Claude Gauvard e Jean-François Sirinelli (Paris: PUF, 2015), pp. 596-601.

⁹ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1997), pp. 116-120

Julião de Toledo, Gilberto de Hastings, Bernardo de Carbio e João das Regras –, as quais reúnem, em cada crónica, o maior número de qualificativos. Através dessas figuras realizámos um exame não apenas da forma como esses adjetivos se interligam entre si e se relacionam com a designação de *letrado*, mas também como se aglomeram no que poderia ser a representação de um letrado ideal. Será, nesse sentido, uma leitura em contramão, no sentido em que vai para além da análise das representações, e que procura um modelo que os cronistas não definiram e deixaram apenas latente. É, por isso, uma tentativa de recuperar esses estilhaços, em forma de virtudes, e agrupá-los num modelo prototípico que pensamos poder representar o «letrado ideal» da sociedade medieval segundo os cronistas portugueses.

O último dos capítulos deste trabalho, «*O quarto “estado do reino” ou a identificação de um grupo social*», será um olhar em forma de conclusão, onde tentamos fechar o círculo aberto no início deste trabalho, ao considerarmos que a designação de *letrado* poderia descrever um grupo homogéneo de indivíduos que um cronista em particular, Fernão Lopes, considerava como o «quarto estado do reino». Esse breve relance não será já um estudo aprofundado, mas antes uma tentativa de conjugar os indicadores que fomos encontrando ao longo do trabalho e que apontavam num sentido particular: todos os letrados pareciam ter elementos em comum, apesar da diversidade entre eles. É essa leitura que fazemos e que nos devolve ao início, à designação de *letrado* como marca distintiva no quadro da crónica.

1. Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas

«Mas creio que os vestígios do passado não estão apenas nos textos, nas representações artísticas, nos edifícios, nas máquinas enferrujadas, nas ossadas dos homens e animais, nos objectos de uso comum que deixámos de utilizar, mas também nas palavras e na linguagem. Estas guardam ainda, embora escondidos por longas e incessantes alterações semânticas, alguma coisa dos significados que os homens lhes foram sucessivamente atribuindo.»¹

1.1. Um vocabulário da distinção social

Retomando a imagem com que Jacques Le Goff abria *Les intellectuels au Moyen Âge*², a crónica medieval portuguesa será comparável a uma daquelas «danças macabras», comuns sobretudo na literatura e iluminura dos finais da idade média. Nessas alegorias, onde desfilavam os nobres, os eclesiásticos, os mercadores ou as gentes do povo, as hierarquias sociais eram apresentadas ao lado da ideia de uma morte inevitável, universal e triunfante que praticamente as dissolvia num gesto subtil³. Essa representação de uma morte personificada, que convocava e conduzia na sua dança todos aqueles homens, não deixava de ser também o símbolo de uma visão moralista da sociedade, em que os diferentes «estados» se alinhavam numa ordem funcional⁴, hierática por vezes, mas não necessariamente hierárquica.

À sua maneira, também a crónica – na sua essência uma construção da memória dos reis, dos nobres, dos eclesiásticos e das suas atitudes⁵ – foi sendo

¹ José Mattoso, “Introdução. Legitimação e linhagem”, em *Legitimação e linhagem na idade média peninsular*, org. Georges Martin e José Ribeiro Miranda (Porto: Estratégias Criativas, 2011), pp. 22-23.

² Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2014), p. 3.

³ Sobre o tema veja-se: André Corvisier, *Les danses macabres* (Paris: PUF, 1998); Maricarmen Gómez Muntané, *El Llibre Vermell. Cantos y danzas de fines del Medioevo* (Madrid: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2017), em particular as pp. 77-97.

⁴ Jean Batany, “Les ‘Danses Macabre’: Une image en négatif du fonctionnalisme social”, em *Dies Illa: Death in the Middle Ages. Proceedings of the 1983 Manchester Colloquium*, ed. por Jane Taylor (Liverpool: F. Cairns, 1984), pp. 15–27.

⁵ Encontramos uma opinião semelhante em Luís Krus, “O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII”, em *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados*, de Luís Krus (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), p. 171. E igualmente

aproveitada para ilustrar simbolicamente a distinção social, através da identificação e da designação que fazia de determinados indivíduos, mas inclusive também para esboçar uma certa diluição da hierarquia prevalecente no imaginário medieval, à imagem do que fariam depois os autores da *vado mori*.

Dentro dessas narrativas, povoadas pelas figuras que os cronistas foram moldando através dos seus discursos, a qualificação de certos indivíduos como «letrados» aparece associada ao indício de que estes dominariam, em princípio, a leitura e a escrita ou, em todo o caso, que era essa a imagem que deles se havia construído ou que se pretendia transmitir⁶. De igual forma, associada a essa representação, poderia surgir a alusão a uma certa educação ou instrução, não necessariamente obtida nas universidades ou nas escolas capitulares, mas que teria como função dignificar o sujeito e reclamar para este as virtudes que tipicamente se associavam à aprendizagem nesses contextos. São diversas as referências, em traços gerais, à ciência (*scientia*) dos letrados, a uma dada sabedoria (*sapientia*) e à eloquência (*eloquentia*), virtudes ciceronianas que Bernard Guenée⁷ sistematizou para outras fontes, mas que se refletem também na cronística portuguesa. Essa associação à formação universitária, no entanto, não é clara em todos os casos, nem necessária à construção da imagem simbólica do letrado. Ao cronista bastava a simples utilização do epíteto para introduzir um elemento dignificante e distintivo que carregava consigo toda uma representação social do letrado.

Também por isso, o qualificativo parecia poder aplicar-se a qualquer indivíduo, sem que, no entanto, o substantivasse: letrado seria aí um «epíteto de honra» que dificilmente se poderia confundir com um cargo, um grau ou mesmo um título. Sobretudo quando estes implicavam uma «passagem iniciática», isto é, um movimento (normalmente de ascensão ou progressão) dentro de uma determinada hierarquia social

encontramos esse argumento nas palavras do refundidor da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (vol. II, p. 214), projetando de alguma forma a sua função de cronista: «(...) ca ênos livros das cronicas melhor era de se screpver as nobres cavallaryas e as boas façanhas que fezeron os reis e os castigos e exemplos que de sy deron a seus poboos, ca de encher folhas de estoryas de bispos e clérigos».

⁶ As ocorrências do termo na cronística sugerem esse sentido, aliás, concordante com aquele que o étimo latino (*litteratus*) possuía a partir do séc. XIII, de acordo com o estudo de Herbert Grundmann, "Litteratus—illitteratus. Der Wandel einer Bildungsnorm vom Altertum zum Mittelalter", *Archiv für Kulturgeschichte*, 40, n. 1 (1958), pp. 1-65. Vejam-se também Mariken Teeuwen, *The vocabulary of intellectual life in the Middle Ages* (Turnhout: Brepols, 2003), p. 93; Michael Clanchy, *From Memory to Written Record. England 1066-1307* (Oxford: Wiley, 1993), pp. 226-230.

⁷ Estas conclusões foram extraídas da análise que Guenée realizou da *Chronique du Religieux de Saint-Denis*: Bernard Guenée, "Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l'Université de Paris", *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 136, n. 4 (1992), pp. 675-686. As virtudes que o autor sistematiza farão também parte da imagem ideal ou idealizada dos letrados, como veremos.

e onde a distinção se fazia antes de mais pela simples posse desse cargo, título ou grau⁸.

É nesta ordem de ideias que se pode justificar a regularidade com que a expressão surge na crónica ao lado da referência a um grupo socioprofissional⁹, formando uma dupla adjetivação que, no fundo, funcionará também como uma dupla identificação. Não se identifica alguém somente como letrado, identifica-se esse alguém *distinguindo-o* dentro de um grupo específico e face aos restantes¹⁰. Dessa forma, quando o adjetivo é utilizado para caracterizar um conjunto de indivíduos, essa dupla identificação desaparece¹¹, sugerindo e reforçando a ideia de um grupo amplo, impreciso e que não refletiria necessariamente uma realidade concreta¹².

Podemos pensar que essa forma de distinção seria, porventura, um movimento subversivo que tentava nivelar uma hierarquia social muito presente nos diferentes planos da sociedade, ilustrando e valorizando no âmbito das crónicas os detentores do conhecimento, ao mesmo tempo que os discriminava positivamente face aos restantes grupos em virtude desse elemento discursivo? Esta parece ser, de facto, uma hipótese. Para mais quando, simultaneamente, uma tal ação produzia também um efeito de diferenciação face a outros indivíduos, colocando-os num plano distinto daqueles que, como eles, poderiam dominar as letras e o conhecimento, mas que adjetivavam como «*sabedores*», «*conhecedores*» ou «*entendidos*». Na verdade, entre estes vocábulos e «letrado» parece levantar-se uma barreira que vai para além da sinonímia. Embora aqueles qualificativos pudessem, em teoria, ser aplicados no contexto crónico a qualquer indivíduo, a tendência geral revela que estariam associados sobretudo a conhecimentos mais «técnicos» (no sentido pragmático da expressão de uma certa

⁸ Pensamos sobretudo no caso dos graus universitários e na influência que estes receberam dos modelos nobiliárquicos e clericais, expostos, por exemplo em Antoine Destemberg, "Un système rituel? Rites d'intégration et passages de grades dans le système universitaire médiéval (XIIIe-XVe siècle)", *Cahiers de recherches médiévales*, 18 (2009), pp. 113-132.

⁹ *CDJ*, vol. I, p. 24 «*letrado e bom eclesiástico*»; Idem, p. 58 «*grande letrado e mui profundo astrólogo*»; Idem, p. 115 «*grande letrado em teologia e mui afamado de bom pregador*», etc. Sobre esta última noção de pregadores-letrados: António do Rosário, "Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV", *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*, 7 (1979), pp. 593-594.

¹⁰ A referência que o refundidor da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por exemplo, faz aos «*bispos e letrados*» (vol. II, p. 286), aquando do XV Concílio de Toledo, parece estabelecer de facto uma divisão entre aqueles membros eclesiásticos e a massa imprecisa dos letrados. Esse modo de separação é muito semelhante àquele a que Fernão Lopes recorre para diferenciar os «letrados e o muito poboo» (*CDP*, p. 131). Em ambos os casos a fronteira é traçada a partir do qualificativo, sem que, no entanto, se especifiquem as funções desses letrados ou se apontem outros fatores de diferenciação.

¹¹ As referências a «outros, mais sotiis d'entender, letrados e bem discretos» (*CDP*, p. 131), a «*mui honrrados homens e mui letrados*» (*CGE 1344*, vol. III, p. 328), etc.

¹² Embora, é claro, esse grupo possa ser construído através da definição de critérios que tenham por base as características comuns aos indivíduos, como fez Armando Norte, "*Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*" (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013). Outra questão é a constituição de um grupo dentro da própria crónica, hipótese para que remetemos no último capítulo desta dissertação.

techné), como aqueles dos «*físicos*», dos «*astrónomos*» ou dos *sabedores* da arte da guerra¹³.

Essa distinção retórica acabava por separar uns e outros. A designação de alguns indivíduos como «letrados» parecia valorizá-los em relação às outras «gentes», através do recurso a um vocabulário da «honorabilidade»¹⁴ e da distinção social que concentrava os diferentes epítetos do saber, e que seria também a fonte de um certo capital simbólico na economia do discurso. Seriam verdadeiramente letrados, sabedores ou entendidos aqueles que os cronistas assim designavam? A resposta não pode ser, obviamente, senão dupla: em certos casos sim, noutros nem tanto. Mas essa duplicidade de critérios não deixa também de ser significativa.

Para lá do carácter mais expressivo do termo enquanto recurso estilístico, é inevitável imputar a esses autores uma tentativa de veicular também a essa figura do letrado uma certa funcionalidade como elemento simbólico dentro da narrativa. Através daquele gesto de nomeação, o cronista não apenas retirava das sombras os nomes que até então permaneciam numa certa obscuridade, transformando-os em objetos literários, sociais, políticos ou históricos¹⁵, mas tornava-os igualmente capazes de servirem nesses relatos os propósitos traçados pelo cronista ou pelos interesses acima dele¹⁶. Dessa forma, a representação dos letrados na cronística não se jogaria apenas na dignificação desses indivíduos, mas também na construção simbólica da narrativa, onde funcionariam como engrenagens de um mecanismo maior e mais complexo, e onde entram ao serviço do cronista num diálogo, literal ou metafórico, com as restantes personagens e com o próprio contexto. Apresentam-se assim como objetos entre os

¹³ Não se pretende apresentar aqui uma lista extensiva de todas as ocorrências, apresentando-se apenas alguns dos exemplos mais significativos. *CGE 1344*, vol. III, p. 7, «os físicos e os sabedores»; idem, p. 216, «conhecedor dos ipocritas»; Idem, p. 4 «E poren virō os entendidos», etc. Repare-se que estes vocábulos são aqui utilizados quase exclusivamente no sentido medieval de «posse e domínio de um conhecimento iniciático capaz de compreender e participar nos segredos e enigmas da ordem cósmica, universal e sagrada» e não no sentido mais comum de «letrado» enquanto forma de designar o indivíduo que possui o domínio de um conhecimento mais epistémico (Luís Krus, "Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a Primeira Crónica Geral de Espanha", em *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados*, de Luís Krus (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), pp. 115-126). Veja-se também essa distinção entre os termos nos glossários da linguagem galaico-portuguesa tardomedieval: Joaquim Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. por Mário Fiúza, 2. vols. (Porto-Lisboa: Civilização, 1962-1966); Kelvin Parker, *Vocabulario de la Crónica Troyana* (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1958); Ramón Lorenzo, *La traducción gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, vol. II, *Glosario* (Ourense: Instituto de Estudios Oresanos Padre Feijóo, 1977).

¹⁴ Como lhe chamou Thierry Dutour, *Une société de l'honneur. Les notables et leur monde à Dijon à la fin du Moyen Âge* (Paris: Champion, 1998). Os letrados podiam também acumular os restantes adjetivos desse vocabulário da «honorabilidade», como se verificava, por exemplo, na *CGE 1344*, p. 209, «Este rey era muy letrado, piadoso, justicioso e muyto entendido e sabedor de juízo».

¹⁵ Antoine Destemberg, *L'honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d'imaginaire social* (Paris: Presses Universitaires de France, 2015), p. 85.

¹⁶ Jean Blacker, *The faces of time: portrayal of the past in Old French and Latin historical narrative of the Anglo-Norman regnum* (Austin: University of Texas Press, 1994), pp. 53-57, 132-134.

três vértices do real, do ideal e do lendário, servindo a construção da narrativa tanto quanto os cronistas se serviram da construção das suas imagens.

A designação (na verdade uma *heterodesignação*) pode ser vista como a face visível desse mecanismo: foram, afinal de contas, os cronistas quem qualificou os letrados dessa forma e foi, igualmente, do seu cálamo que saíram as histórias onde se joga a sua honra e onde se constroem as suas representações. Como Jacques Le Goff e Jacques Verger, que utilizaram os conceitos de «intelectuais» e de «gentes do saber» para dar conta, analisar e compreender duas situações específicas¹⁷, também os cronistas foram construindo um vocabulário da distinção social que lhes permitiu colocar em diferentes patamares as suas personagens. Ao contrário dos historiadores contemporâneos, porém, o seu objetivo não seria o de apresentar uma imagem aproximada da realidade, mas antes uma imagem que servisse os interesses de um determinado auditório e mostrasse aos vindouros a sua versão da realidade. O letrado é aí um elemento bifronte, como todos os outros, voltado simultaneamente para a realidade histórica e para a mimetização ficcional, ambas aproveitadas e utilizadas no processo de construção das narrativas.

1.2. Tempos, espaços, contextos

A análise da representação dos letrados, exercício que nos impele a olhar o conceito dentro do contexto, implica uma dupla leitura: por um lado uma leitura crítica do próprio texto, dos seus filtros ideológicos e das construções narrativas que o constituem; por outro lado, um exercício de leitura que parte do texto, mas vai para além dele, tentando compreender não apenas o funcionamento e a operacionalidade do conceito, mas o próprio contexto em que foi utilizado. Trata-se, de certa forma, daquilo a que José Mattoso chamou a «arqueologia do texto», isto é, a reconstrução do sistema mental do autor, mas também do seu grupo social e cultural, e inclusive também a

¹⁷ O primeiro permitiu caracterizar os fenómenos em redor da produção e da transmissão do conhecimento dentro do espaço francês dos sécs. XII e XIII, identificando uma certa «elite do saber». O segundo, por sua vez, permitiu caracterizar os indivíduos que, entre o séc. XIV e XV, dominavam um determinado nível de conhecimentos e reivindicavam para si as competências práticas baseadas nesses conhecimentos. Ver Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge*, pp. I-V e 3-5. Uma síntese da receção deste termo na historiografia medieval pode ser encontrada em Carla Casagrande, «Le Goff e la storia degli intellettuali», *Mélanges de l'École Française de Rome - Moyen Âge*, 121, n. 2 (2009), pp. 257-265. Mais datado, mas também relevante, é o balanço de Alain Boureau, «Intellectuals in the Middle Ages, 1957-95», em *The Work of Jacques Le Goff and the Challenges of Medieval History*, ed. por M. Rubin (Woodbridge: Boydell Press, 1997), pp. 145-155; Jacques Verger, *Le gens de savoir en Europe à la fin du Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1997), pp. 2-5. Repare-se ainda que nenhum destes termos foi criado com o propósito de substituir a terminologia das fontes, mas que, num estudo como o nosso, poderão ser úteis para analisar ou compreender determinados apontamentos.

reconstrução do momento em que este escreve, das suas intenções e do efeito que pretendia obter no público a quem as crónicas se dirigiam¹⁸. Como se nessas crónicas coexistissem dois tempos e dois espaços: o tempo e o espaço da narrativa (o tempo diegético), onde se desenvolvem os movimentos ficcionais e onde se opera a retórica, e o tempo e o espaço histórico, em que elas foram escritas e com o qual mantiveram um contacto íntimo. Um e outro influenciam-se e interpenetram-se em dimensões variáveis, ramificam-se e produzem um jogo de espelhos que torna difícil a compreensão da extensão do real, do ficcional e do ideal. Essa interdependência entre o registo mais factual e aquele de pendor mais literário não deixa, no entanto, de ser uma perspetiva fundamental para compreender a realidade histórica através da *literatura dos factos*.

Em primeiro lugar, realizar esse exercício implica ter em atenção que a imagem que nos surge nas crónicas não é um reflexo rigoroso da realidade, mas antes uma imagem filtrada pelos cronistas e pelas histórias que eles contam, longe de ser simples ou desprovida de significados. Pelo contrário, as representações que vamos encontrando alongam-se regularmente no que parecem ser as sombras dos tempos e dos espaços dos cronistas, projeções anacrónicas marcadas, sem dúvida, pelo discurso político e, por vezes, propagandístico¹⁹. Outras vezes, também a lenda tem aí lugar, perpetuada sobretudo pela tradição épica²⁰. Mas, realizar essa análise implica, de igual forma, compreender que nem toda a narrativa é simbólica, que também os factos, ou pelo menos a verosimilhança, têm aí lugar²¹. A leitura das representações dos letrados será, por isso, duplamente a desconstrução desse *chiaroscuro* entre o simbólico e o real e, ao mesmo tempo, a análise mais apurada do discurso latente²².

¹⁸ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1997), pp. 116-120. Veja-se também o que a esse respeito refere Gabrielle Spiegel, *The Past as Text: The theory and practice of Medieval Historiography* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1999), pp. 27-28; Idem, "History, historicism and the social logic of the text in the Middle Ages", *Speculum*, 65 (1990), pp. 59-86. Um exemplo do exercício dessa *arqueologia* será o estudo de Covadonga Valdaliso Casanova, *Historiografía y legitimación dinástica. Análisis de la Crónica de Pedro I de Castilla* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010), pp. 137-195.

¹⁹ Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval* (Paris: Aubier, 1980), p. 337.

²⁰ É o caso do encontro de Taio, bispo de Saragoça (651-683) e «*homen muy leterado*», com «*dous velhos*» que traziam «*muy brancas vestiduras*», São Gregório e Santo Ambrósio, aquando da sua ida a Roma em busca do livro *Moralía, sive Expositio in Job*, da autoria do próprio São Gregório Magno (CGE 1344, pp. 221-223). Este encontro é também referido na *Crónica Moçárabe de 754*, ed. José López Pereira (Zaragoza: Anubar, 1980), pp. 41-45. Cf. José Madoz, "Tajón de Zaragoza y su viaje a Roma", em *Mélanges Joseph de Ghellink* (Gembloux: J. Duculot, 1951), pp. 345-360.

²¹ «*Ca o autor da estoria nom deve seer emmigo, mas escrivam da verdade*», escrevia Fernão Lopes (CDJ, vol. I, p. 160). Chris Given-Wilson, *Chronicles. The writing of History in medieval England* (Londres: Hambledon and London, 2004), pp. 1-5, discute esta necessidade de os cronistas invocarem a verdade, colocando a questão às avessas: embora se propusessem frequentemente a procurar a verdade, seria talvez a sua própria «credibilidade» que estes procuravam, pois, os seus discursos acabam frequentemente por aceitar, como dissemos, aspetos lendários ou fantásticos, fontes duvidosas ou contradições históricas.

²² Neste domínio, alertava Claude Gauvard, "Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion", *Sociétés et Représentations*, 40, n. 2 (2015), p. 279: «Les historiens du Moyen Âge ont depuis

Se é verdade que os cronistas projetaram nos textos as sombras dos tempos e espaços em que viveram, não será menos verdade que as narrativas que moldaram estejam impregnadas pelas suas crenças, pelos seus valores e pelas suas atitudes²³. Incapazes de se libertarem das suas representações sociais, dos seus preconceitos ou mesmo da sua identidade social (estes teriam, talvez, a consciência de serem também eles letrados²⁴), produziram sobretudo testemunhos longe de serem «ingénuos»²⁵. Os diferentes elementos que utilizaram para as construir não eram apenas factos, mas factos que foram sendo trabalhados cuidadosamente no desenvolvimento do tempo narrativo. Longe de uma simplicidade aparente, as crónicas serão, por esse motivo, construções complexas onde cada um desses elementos, seja ele da ordem dos eventos, das personagens ou dos locais, concorre para o propósito necessário à prossecução da história²⁶. Podemos mesmo dizer que, no limite, esses relatos nos chegam a contar tanto sobre o contexto em que foram escritos, sobre quem os escreveu e para quem foram escritos, como sobre o tempo em que se centra a narrativa.

Por outro lado, a leitura dessas representações não pode descuidar a própria genealogia dos textos. Inspirados por outras fontes, que copiam, manipulam,

longtemps l'habitude de déconstruire les documents sur lesquels ils appuient leur démonstration. Cette méthode ne leur est pas propre, mais elle est chez eux une tradition d'analyse qui leur évite quelques écueils. Mais la critique du document est devenue hypercritique au point de pouvoir affirmer que les documents ne sont qu'une représentation et ne reflètent qu'une idéologie portée par le groupe social qui a émis le document ou qui l'a commandé. Dans ces conditions, l'historien ne pourra jamais atteindre une autre vérité que partielle (...).» Veja-se igualmente o capítulo de Pierre Monnet, "Représentation(s)", em *Le Dictionnaire de l'historien*, dir. por Claude Gauvard e Jean-François Sirinelli (Paris: Presses Universitaires de France, 2015), pp. 596-601, ou ainda Roger Chartier, "Le monde comme représentation", *Annales*, 44, n. 6 (1989), pp. 1505-1520; Carlo Ginzburg, "Représentation: le mot, l'idée, la chose", *Annales*, 46, n. 6 (1991), pp. 1219-1234; Maurice Godelier, "La part idéelle du réel. Essai sur l'idéologique", *L'Homme*, 18, n. 3 (1978), pp. 155-188.

²³ Jean-Philippe Genet, "Histoire et système de communication au Moyen Âge", em *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècle)*. Actes du colloque international organisé par la Fondation européenne de la science à la Casa de Velázquez, 23-24 avril 1993, ed. por Jean-Philippe Genet (Paris: Publications de la Sorbonne, 1997), pp. 11-29.

²⁴ O prólogo da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (p. 5) faz, de alguma forma, a apologia da escrita da história ao dizer: «Ca, se as scripturas non fossem, qual sabedoria ou engenho d'home se poderia recordar de todas as cousas passadas, ainda que as não achasse de novo he ja cousa muy grave? Certo nenhuã.» Mas, simultaneamente, parece indicar também essa consciência letrada, apontado aos sabedores esse ofício da escrita: «por que os estudos dos feitos dos homens se mudã en muitas guisas» coube aos «sabedores antigos» escrever os «feitos passados tam bem dos sabedores como dos que forõ sem saber e outrossi dos que forõ fiees ãna lei de Deus e dos que nom form e as leis dos santuaryos e as dos parvoos e dos dereytos dos créligos e dos leygos (...).»

²⁵ Guenée, "Le Religieux et les docteurs", p. 675; Benoît Lacroix, *L'historien au Moyen Âge* (Montréal-Paris: Institut d'Études Médiévales-Vrin, 1971), pp. 269-277. Por muito que os cronistas tenham insistido repetidamente em dizer que contavam apenas «a verdade», sabemos que os seus relatos estão, por vezes, mais próximos da ficção literária do que do relato histórico. Given-Wilson, *Chronicles*, pp. 1-5. Para o caso das crónicas portuguesas veja-se, a este respeito: Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power", *e-Journal of Portuguese History*, 5, n. 2 (2007): pp. 1-7; Luís Krus, "Crónica", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 173-175.

²⁶ Bernard Guenée, "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, n. 4 (1973), pp. 997-1016.

contradizem ou, por vezes, utilizam como referência justificativa da *verdade* que pretendem repetir, esses textos transparecem também na produção do cronista e nela convergem de alguma forma²⁷. Nesse plano, até que ponto a identificação de um personagem como «letrado» pode ser apenas a projeção dessa herança textual? Numa visão simplista poderíamos dizer que, de facto, o cronista pode ter deixado as suas fontes falarem por si, sobretudo quando as transcreve *ipsis verbis*, e por esse motivo terá utilizado as expressões que estas já apontavam. Mas, sendo a cronística a construção complexa que temos vindo a referir, onde se jogam interesses, ideais, propósitos políticos ou ideologias e, tendo em conta a responsabilidade que recaía sobre o seu redator, qual o sentido de abandonar a terminologia ao acaso e de plasmar apenas os textos anteriores?

Naqueles casos em que a fonte original é apresentada sem alterações, poderíamos pensar que os diferentes cronistas não fizeram mais que uma utilização superficial dos textos que manejavam, copiando-os sem qualquer critério. No entanto, seguir essa via seria caminhar no sentido diametralmente oposto àquele que as tendências da historiografia e dos estudos literários em torno da cronística têm vindo a apontar²⁸. O uso de textos anteriores, a citação de certas obras ou autores fazem também parte da construção discursiva que o cronista opera. Nos casos em que este praticamente transcreve o texto original podemos pensar que tal se poderá dever ao facto de a terminologia ser concordante com as suas intenções, porque de alguma forma legitimava o emprego de certos qualificativos (onde se inclui «letrado»), ou simplesmente porque considerava credíveis²⁹ os fragmentos de texto que transcrevia e, tomando-os como fontes *tout court*, mantinha-os inalterados. No limite poderíamos dizer que, mesmo que não aceitemos essas hipóteses ou quaisquer outras, seria muito pouco verosímil anuir à ideia de que essas unidades que qualificam o discurso foram manuseadas pouco criteriosamente, abandonadas à herança textual ou a uma certa *literatura do factual*³⁰. Se todo o edifício cronístico vive entre o real, o ideal e o ficcional, como podemos dizer que os blocos que o compõem foram entregues à inspiração do escriba ou ao seu rigor de copista?

²⁷ Bernard Guenée, “L’historien par les mots”, em *Le métier d'historien au moyen-âge. Etudes sur l'historiographie médiévale*, dir. por Bernard Guenée (Paris: Publications de la Sorbonne, 1977), pp. 1-17.

²⁸ Guenée, “L’historien par les mots”, p. 7; Spiegel, *The Past as Text*, pp. 102-110; Georges Martin, “El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes”, em *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, ed. por Georges Martin (Madrid: Casa de Velázquez, 2000), pp. 9-40.

²⁹ *Credibilidade* seria, de resto, o que os cronistas procurariam para si próprios; *exatidão* o que reclamavam para os seus textos, seguindo as ideias de Chris Given-Wilson, *Chronicles*, p. 6.

³⁰ Spiegel, *The Past as Text*, p. 102.

Menos difíceis de concetualizar e mais contrastantes serão, por sua vez, os casos em que o cronista introduz o qualificativo entre os textos que copia ou transcreve e onde este não figurava. Aí, o autor insere claramente uma novidade, marcando o texto de forma inequívoca em relação ao original. As motivações para o fazer, como no caso em que mantém a fórmula original, tomam diversas formas e afirmam os interesses do autor ou daqueles acima dele. Num e noutro caso, a necessidade de contrapor as fontes cronísticas aos seus antecedentes genealógicos textuais não significa que tomemos essa herança de ânimo leve e que nos reduzamos acriticamente à comparação sem a questionar. O facto de uma determinada obra se basear em maior ou menor grau num outro texto não significa necessariamente que lhe siga a agenda e que concorra para um propósito semelhante. No mesmo sentido, analisar as diferenças introduzidas pela terminologia não remete apenas para uma comparação entre os textos, mas também para uma comparação dos contextos socioculturais e político-militares de produção, para os seus propósitos, para uma interpretação do análise dos percursos dos seus autores e para a sua ligação a todo o cenário em que se deslocavam³¹.

³¹ Recuperamos aqui algumas das ideias-chave apresentadas por Armando de Sousa Pereira, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003), p. 14. Cf. também Michel Foucault, *L'ordre du discours* (Paris: Gallimard, 1971); Spiegel, "History, historicism", pp. 59-86; Mattoso, *A escrita da História*, pp. 115-126.

2. A cronística como fonte de representações

Deixando as discussões acerca da existência-inexistência de uma ou mais crónicas régias perdidas no caminhar dos séculos à margem deste estudo³², será talvez significativo reparar que aquelas que chegaram até aos nossos dias são por si só uma fonte essencial para o conhecimento das identidades sociais e das representações da sociedade medieval³³. Como vimos antes, terão sido os contextos, os seus autores, o próprio carácter narrativo da cronística ou a sua característica de «texto vivo»³⁴ que respira o seu tempo, é influenciado por ele e que pretende influenciar os tempos futuros, que as tornaram nesses objetos complexos onde podemos ler muito mais do que uma sucessão de eventos. Nesse sentido, a escolha das crónicas recaiu sobre aquelas que foram produzidas no espaço medieval português, e que serão, na sua essência, crónicas régias.

Tanto a *IVª Crónica Breve*, escrita originalmente no final do séc. XIII, mas reajustada posteriormente, como a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, na sua versão original e na refundição de 1400, a *Crónica de Portugal de 1419*, ou as três crónicas redigidas por Fernão Lopes - *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João* – formam um conjunto de textos que serão essencialmente um produto dos séculos XIV e XV, não apenas ao nível da escrita, mas também ao nível da expressão dos temas, dos problemas, das sensibilidades ou das mentalidades. Essa proximidade temporal e espacial é de particular relevância, dado que nos permite observar um período relativamente bem delimitado e relacioná-lo com os textos, os pretextos discursivos das crónicas, os interesses que circularam por detrás da feitura de cada uma delas e, quando foi possível, interrogar também a sua receção mais imediata.

Com esta seleção pretendemos abranger o máximo de crónicas régias redigidas originalmente em português no período tardomedieval, permitindo-nos esse facto não só aumentar a extensão da análise, mas também delimitar um período histórico preciso.

³² Referimo-nos particularmente à chamada *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*. Esta ficou também conhecida como *Crónica Galego-Portuguesa de Acenheiro*, uma vez que as suposições sobre a sua existência se baseiam no contacto com a obra, relatado pelo também cronista Cristóvão Rodrigues Acenheiro, no séc. XVI. Essa descrição pode ser encontrada em *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Tomo V da «Collecção de Inéditos da História Portuguesa» (Lisboa: Real Academia das Sciencias, 1824). Para uma síntese da problemática em torno desta crónica, remetemos para Filipe Alves Moreira, “Um novo fragmento da «Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342» e suas relações com a historiografia alfonsina”, em *Seminário Medieval 2009-2011*, org. por Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Ribeiro Miranda (Porto: Estratégias Criativas, 2011), pp. 289-321.

³³ Como, de resto, apontam Genet, “Histoire et système de communication au Moyen Âge”, pp. 11-15 e Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge”, pp. 277-279.

³⁴ David Dumville, “What is a chronicle?”, em *The Medieval Chronicle II. Proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle, Driebergen/Utrecht 16-21 July 1999*, ed. por Erik Kooper (Amsterdam: Rodopi, 2002), p. 21.

Notar-se-á aqui certamente a exclusão das crónicas de Gomes Eanes de Zurara, produzidas pouco tempo depois da última crónica de Fernão Lopes. Contudo, são também de notar os motivos que nos levaram à exclusão dessas obras. Uma dissertação desta natureza, como qualquer outro estudo, possui obviamente constrangimentos de tempo e de espaço, mas não só. Neste caso, também por pertencerem ao *corpus* cronístico de um outro autor e por reportarem a uma lógica temática expansionista que avançava pela segunda metade do séc. XV, estas pareciam extravasar os limites e os objetivos deste estudo. Com efeito, as crónicas selecionadas abarcam, em termos da sua produção, uma cronologia que poderíamos dizer estratégica, incluindo praticamente todo o séc. XIV e o início do XV. De igual forma, as suas temáticas aproximam-se pelo facto de coincidirem no espaço diegético e, em certos casos, também no tempo. Este *corpus* será, por isso, comparável a um poliedro que nas suas múltiplas faces nos apresenta diferentes variações em torno do mesmo tema, seja ele no plano histórico, seja no plano retórico.

2.1. Entre as *primeiras crónicas portuguesas* e a memória letrada de Santa Cruz

Contendo uma parte daquela que será a «primeira crónica portuguesa³⁵», a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* será um exemplo da orquestração e da evolução de textos produzidos em momentos distintos e contextos diferenciados³⁶. Abrange cronologicamente o período desde a morte do conde D. Henrique até ao reinado de Afonso IV, sendo, nesse sentido, um relato centrado quase exclusivamente na memória dos reis. Mais do que uma memória circunstanciada, porém, a crónica estabelece-se num primeiro plano como um instrumento da legitimidade monárquica de Afonso Henriques, que teria recebido os direitos condais diretamente de seu pai pouco antes deste falecer, em 1112³⁷.

³⁵ Apresentada por Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa* (Porto: Estratégias Criativas, 2008). O autor trabalha e sistematiza a hipótese de ter existido um texto português anterior a 1282 onde uma narrativa de Afonso Henriques surgiria junto de notícias de pendor analítico. Esse texto teria sido utilizado pela chamada *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*, a que já aludimos, conhecida através de uma cópia fragmentária datada do séc. XIV – precisamente a chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* – e das referências de Cristóvão Rodrigues Acenheiro. Utilizamos aqui a versão dos *Anais Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. por António Cruz (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968).

³⁶ O texto, datado de 1341-1342 foi compilado no século XV e depois conservado num códice do século XVI, tendo sido exarado no cenóbio crúzio que lhe dá o nome juntamente com outras três crónicas, a que Alexandre Herculano chamou «avulsas». Cf. Moreira, *Afonso Henriques*, p. 67.

³⁷ A crónica em apreço inicia, de facto, com uma breve descrição da vida do conde borgonhês que, tendo vindo numa significativa romaria a Santiago, teria conhecido e casado com D. Teresa, filha de *dom Affom que filhou Toledo aos mouros*, e se tornaria assim senhor de *Purtugal e de Galiza fora de Trastamara que nom pode auer*. Discordamos neste ponto de Filipe Alves Moreira quando aponta liminarmente: «Não lhe

A narrativa, que parte de uma suposta *estória* de Afonso Henriques, prossegue a partir daí num registo mais próximo das personagens, através do discurso que o conde, já moribundo, faz ao seu filho. Se bem que ficcionado, esse momento funcionará como «testamento moral», em que as virtudes cardeais e a conduta dos soberanos são apresentadas modelarmente. Mas será também a marca legitimadora da passagem do condado, *de Estorga ataa alem de Coimbra*³⁸, para o filho que verá depois os seus direitos territoriais ameaçados pelo padraço (o conde Fernão Peres de Trava) e pela própria mãe. Essa ameaça terminará com a batalha de onde o jovem sairá vitorioso e o conde, cuidando de não ser morto, lhe faz *preito e menagem que nunca entrasse em Purtugal*, partindo para *terra dultra mar*³⁹.

Sempre entre a lenda e a realidade, após essa ação militar desenvolvem-se outras notícias de carácter bélico que conduzem à aclamação como rei após a vitória nos campos de Ourique. Legitimado o poder temporal, a crónica regressa depois às relações com o poder espiritual, que apresenta através de episódios avulsos, mas nem por isso menos exemplares de uma dinâmica que parecia não admitir imposições externas⁴⁰. Tal não significa um corte com uma dimensão espiritual: esse continuará a ser um motor da narrativa, sobretudo enquanto fator determinante nos esforços da conquista territorial

atribuímos outro significado [à referência da vinda do Conde em romaria], que não esse de recurso narrativo visando justificar a deslocação de personagens.» *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, p. 26. Não apenas pelas peregrinações que o conde D. Henrique fez e de que temos conhecimento, mas também pela importância simbólica da devoção a São Tiago no contexto de um discurso apologético da *reconquista*. Cf. José Marques, "O culto de S. Tiago no norte de Portugal", *Lusitania Sacra*, 2, n. 4 (1992), pp. 99-148. Para uma contextualização da morte do conde de Portucale e da passagem do título condal ao seu filho, ver José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2014), pp. 25-34.

³⁸ *IV^aCB*, p. 140.

³⁹ *IV^aCB*, p. 141. Pensamos aqui especificamente na descrição do reencontro de Valdevez, onde Afonso Henriques é apresentado como aquele que venceu o *emperador* Afonso VII. Veja-se a interpretação de Luis Krus sobre este ponto, que vê na forma como o conde, *que era em aquella ssazom o melhor homem de Espanha que Rey nom fosse*, se faz uma reabilitação da personagem e de tudo «o que negativo existia na memória sobre a intervenção de Fernão Peres de Trava no condado portugalense». Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), p. 294. Este discurso, embora possa ter sido escrito com outro propósito, rumoreja já um certo enaltecimento dos Trava-Trastâmara que será depois repetido pelo refundidor do *Livro de Linhagens*, por volta de 1380, quando glorifica um dos ramos dessa linhagem (o dos Pereiras).

⁴⁰ Os episódios do bispo negro, escolhido pelo próprio rei, a excomunhão do reino por um emissário do Papa e consequente reação do monarca português que lhe exige uma carta onde garanta *que nunca Purtugall seja escumungado*, são exemplos da construção dessa imagem de um rei que, sem cair em heresia, não se submete a Roma.

ao Islão⁴¹ e fator explicativo de primeira ordem para os infortúnios do monarca frente a Fernando II de Leão⁴².

Ao estilo cronístico da *estória de Afonso Henriques* opõe-se um esquema quase analístico, menos pormenorizado e atento apenas a alguns factos de cariz biográfico dos restantes reinados. De alguma forma, estes parecem ser, assim, secundarizados. Sobre Sancho I, Afonso II, Afonso III e D. Dinis apenas é referida a chegada ao trono, o casamento, a descendência, a duração do seu reinado, a morte e o lugar escolhido para a sepultura. Mantendo uma lógica temática que parece incidir fundamentalmente na legitimação da linhagem de Afonso IV, em que a narrativa termina, os redatores da crónica crúzia apresentam ainda uma caracterização mais pormenorizada do reinado de Sancho II.

Assim, quando se fala do monarca, a tónica parece ser essencialmente justificativa da sua deposição, surgindo inicialmente como um rei competente que teria sido atraído pelas escolhas dos conselheiros, pelo casamento com Mécia Lopes de Haro e pela saída *de mandado* de sua tia, a rainha Berengária⁴³. Em conjunto, estes três fatores desresponsabilizavam o monarca e retiravam qualquer sombra de incapacidade governativa dentro da linhagem. Os fatores externos sobrepunham-se assim aos internos e seriam esses que, *des alla* o levaram *pera mal* e conseqüente à deposição⁴⁴. Afonso III, sobre quem pouco mais se diz que iniciou e findou o seu governo, aparece assim na qualidade de rei legítimo, apaziguando uma situação que escapara ao controlo de seu irmão. A linhagem podia assim prosseguir sem qualquer

⁴¹ Com efeito, os últimos episódios da vida deste rei, que ocupa um lugar destacado na economia do texto, referem-se ainda à tomada de Santarém e de Lisboa, apontando o auxílio que *Sam Bernardo, que era entom abbade de Craarauall*, providencia através de preces e orações intercessoras junto do divino. Para uma ligação entre esta narrativa e outras fontes documentais acerca das relações entre o primeiro rei de Portugal e Bernardo de Claraval vejam-se, entre outros: Maria João Branco, "Introdução", em *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. por Aires A. Nascimento (Lisboa: Vega, 2007), pp. 9-51; Pedro Gomes Barbosa, "São Bernardo e a independência de Portugal", em *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa* (Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1991), pp. 337-349; Marco Oliveira Borges, "Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques", *História. Revista da FLUP*, 4, n. 3 (2013), pp. 123-144.

⁴² O chamado *desastre de Badajoz* recebe aqui uma nótula explicativa, em que a derrota e conseqüente prisão do primeiro rei português sucede *pollo pecado que fez a sua madre em prendella*.

⁴³ Diz a crónica que *começou de seer muy boo Rey e de Justiça Mais ouue mãos conselheiros e a partir daí Nom doy Justiçaoso*. Acrescentos que não têm lugar na refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, cap. DCCXVII, mas sim na *Crónica de Portugal de 1419*, p. 119 e seguintes.

⁴⁴ Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal* (Madrid: Gredos, 1962), p. 282 realça a questão de a *IVª Crónica Breve* se interessar apenas por justificar a deposição, focando as razões para tal e libertando-se dos escolhos que de alguma forma pairavam sobre a imagem do monarca. A representação dessa deposição e a imagem de Sancho II tem sido, de resto, amplamente estudada sob vários pontos de vista. Hermenegildo Fernandes, *Sancho II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), pp. 320-330; Filipe Alves Moreira, " 'E des ally foi pera mall' – o reinado de D. Sancho II na cronística medieval portuguesa", *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 3 (2012), pp. 160-171; José Varandas, "*Bonus Rex ou Rex inutilis: as periferias e o centro (redes de Poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248))*" (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2003), pp. 231-412.

prejuízo provocado por uma situação anómala que nada tinha que ver com a pureza do sangue e que podia assim chegar ao breve relato da subida ao trono de Dinis I, do seu casamento com Isabel, filha do rei Pedro III de Aragão, e terminaria com a notícia da sua morte⁴⁵. De Afonso IV, que reinaria no momento em que esta crónica era composta, relatava-se apenas a sua presença na batalha do Salado⁴⁶. A Coroa voltava assim a viver os clamores de batalha em que havia sido fundada.

2.2. Uma crónica trecentista a dois tempos

Escrita durante esse último reinado, a versão original da *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁴⁷ atribuída ao filho bastardo de Dinis I, o conde de Barcelos Pedro Afonso⁴⁸, alcança uma outra dimensão geográfica e temporal que compreende já não somente o espaço português e o período da monarquia, mas recua ao início do mundo e desloca o seu olhar para uma península ibérica que aparece agora como um *axis mundi* onde a componente nobiliárquica desempenhava um papel fundamental⁴⁹. Ao contrário da versão refundida por volta de 1400⁵⁰, que inicia com um prólogo e em

⁴⁵ Único monarca de quem não é feito um elogio nem se indica local de sepultura, como bem nota Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques*, p. 52.

⁴⁶ Aliada a esta referência, a nota sobre a morte de D. Dinis coloca a redação desta crónica já no reinado de Afonso IV, mas não necessariamente depois da Batalha do Salado, uma vez que essa notícia poderá ter sido introduzida posteriormente. Isto não implicaria necessariamente que a iniciativa de redação do texto tivesse partido da corte régia ou de círculos afetos a esta, como propuseram diversos autores, mas essa parece ser de facto a hipótese mais provável (cf. Moreira, *Afonso Henriques*, pp. 91-92), sobretudo depois das conclusões apresentadas por Diego Catalán a esse respeito. Desde logo pelo contraste entre o destaque que é dado a Afonso IV e a relativa aridez com que o cronista trata a biografia/memória de seu pai. Depois, note-se, também pela ausência de referências aos outros filhos do monarca, algo que pode ser lido como uma tentativa de rasurar a memória dessas outras figuras em virtude de um enobrecimento do próprio. Nesse sentido, poderíamos olhar para a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, escrita por um dos meios-irmãos de Afonso IV (o conde de Barcelos) sensivelmente na mesma altura, como uma resposta à facciosidade do cronista e da versão apresentada pela *IVª Crónica Breve*.

⁴⁷ Conservada com algumas lacunas nos primeiros e últimos capítulos dela apenas nos chegou a tradução castelhana, pela *Cronica de 1344*, ed. por Diego Catalán e María Soledad Andrés (Madrid: Gredos, 1971).

⁴⁸ Hipótese avançada por Luís Filipe Lindley Cintra na sua edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009), vol. I, pp. CXXVII-CXC, assumida por Diego Catalán e, até ao momento, praticamente incontestada. Sobre a figura de Pedro Afonso vejam-se, entre outros, Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006), vol. I, pp. 263-271; *CGE 1344*, vol. I, cap. IV; Manuel Simões, “Pedro de Portugal, Conde de Barcelos”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 521-523.

⁴⁹ «Motivado», nas palavras de Krus, para «o registo da gesta hispânica num momento marcante da afirmação da unidade ibérica, o da vitória cristã do Salado, Pedro Afonso concebeu o passado peninsular como herança colectiva de proezas e façanhas, sendo nesse quadro que o Portugal nobiliárquico e régio se devia distinguir como valorizada “diferença”, mobilizando-se para cumprir um destino libertador e redentor, tal como melhor se define numa outra obra do conde, o *Livro de Linhagens* ou *Nobiliário*». Luís Krus, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), p. 190.

⁵⁰ Esta sim, conservada integralmente tanto em português como em castelhano, e editada em quatro volumes por Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009). A autoria da refundição, por seu lado, não é conhecida.

seguida dá conta do *deluvyo de Noe* e dos primeiros povoadores da Hispânia, a versão primitiva inicia com um esquema genealógico de história universal, seguindo a ordem das Idades do Mundo⁵¹, a que se sucede a enunciação dos imperadores da Pérsia, dos de *Maçedonia que heran griegos*, de Roma, Babilónia, Egito e um avanço até à genealogia dos reis godos da península e seus descendentes diretos: os reis das Astúrias, Leão e Castela até Afonso XI⁵². Essa visão de conjunto sobre um espaço estende-se, assim, também na cronologia, que faz remontar não apenas ao início do reino e ao período condal, mas recua até ao tempo quase mítico dos primeiros povoadores, das mais antigas linhagens e estabelece com elas uma ligação coerente, sólida.

Depois delas sucedem-se outros senhores, um *tempo de mouros* que parece interromper essa organização genealógica, mas que se apresentam como um reputado inimigo. Dessa forma, chegadas a esse ponto as duas versões aproximam-se num apartado geográfico que se supõe ter sido baseado na tradução das descrições do cronista cordubense Ahmad bin Muhammad ibn Musā al-Rāzī⁵³, realizadas por volta do séc. X. A refundição, contudo, acrescenta-lhe um louvor de Espanha (baseado na *Estoria de España* de Afonso X⁵⁴) que a redação de 1344 não contém. Seguindo a partir daí caminhos muito próximos, em que a reelaboração de c. 1400 tende a ser mais extensa, dão conta da história genealógica dos godos, desde Atanarico até Vitiza no caso da primeira versão e de Wamba até Vitiza no caso da segunda (ambas apoiadas numa refundição do *Liber Regum*⁵⁵), a que esta última acrescenta um novo relato do

⁵¹ Essa divisão das diferentes épocas da Humanidade terá chegado ao cronista de 1344, possivelmente, por via da compilação que Lucas de Tui (que será depois citado diretamente pelo refundidor da crónica no prólogo e, inclusive, diversas vezes ao longo dessa obra) fez de uma das crónicas de Isidoro de Sevilha. *CGE 1344*, vol. I, p. XXXI.

⁵² Essa arrumação «caótica» da versão original da crónica foi interpretada por Maria do Rosário Ferreira, “Pedro de Barcelos y la escrita de la História: la estructura de la redacción original de la Crónica de 1344”, em *Antes se agotan la mano y la pluma que su historia / Magis defecit manus et calamus quam eius hystoria, Homenaje a Carlos Alvar. 1: Edad Media*, dir. por Constance Carta, Sarah Finci e Dora Mancheva (San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2016), pp. 103-120.

⁵³ Uma tradução da crónica de al-Rāzī, hoje perdida e reconstituível apenas parcialmente, teria sido encomendada por D. Dinis a Gil Peres, clérigo de Pero Anes de Portel (último senhor da Casa de Aboim-Portel), com a colaboração de mestre Muhammad, sobre quem pouco ou nada se sabe. Cf. Teresa Amado, “Crónica do Mouro Rasis”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 188-189; Maria Joana Gomes, “From Aḥmad ibn Muḥammad ibn Mūsā al-Rāzī to Mouro Rasis: Translation and Cultural Dialogue in Medieval Iberia”, *Philological Encounters*, 2, 1-2, (2017): pp. 52-75.

⁵⁴ Sobre as questões em torno da composição, autoria e identificação de versões da *Estoria de España* ver, entre outros, os trabalhos de Inés Fernández-Ordóñez, “Estoria de España”, em *Diccionario filológico de literatura medieval española*, ed. por Carlos Alvar e José Manuel Lucía Megías (Madrid: Castalia, 2002), pp. 54-80; Diego Catalán, *La “Estoria de España” de Alfonso X. Creación y evolución*, (Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma, 1992).

⁵⁵ Compêndio genealógico redigido em Navarra, possivelmente no séc. XII, que obteve uma ampla difusão na península ibérica e serviu de base às obras, entre outras, do conde de Barcelos. Cf. *C1344*, pp. LII-LXII; Georges Martin, *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale* (Paris: Klincksieck, 1992), pp. 27-37.

senhorio dos cartagineses, romanos e godos. Ambas enfatizam também aquele outro *tempo de godos*, onde o destino providencial da Hispânia aparecia já definido simbolicamente através da lenda do rei Wamba⁵⁶.

No caso da redação original, à história dos últimos reis godos, entre os quais se destaca o rei Rodrigo, dão lugar os relatos das conquistas muçulmanas e da fixação dos emires (seguindo também a tradução da obra de al-Rāzī) e posteriormente uma relação dos reis asturo-leoneses e castelhanos até Afonso XI. Ao conde de Barcelos e ao refundidor do seu texto importava com isso mostrar que ambos os lados da barricada eram reputados pelejadores. O texto continua depois com uma breve história (quase meramente genealógica) desses reis, desde Pelaio das Astúrias até Afonso XI de Castela e daí em diante puxará o cordel atrás para relatar, agora de forma pormenorizada, a história peninsular de Ramiro I a Afonso VII de Leão e Castela (seguindo o manuscrito *M*, que aí corta o relato a meio). Pelo meio, no reinado de Vermudo III, são introduzidas as sequências dos reis da Sicília até Pedro II (1337-1342), da Bretanha e de Inglaterra até Eduardo III (1327-1377), assim como de França, até Filipe VI de Valois (1328-1350)⁵⁷, estabelecendo uma ponte que separa a península da Europa, mas que a ela se liga por matrimónio e parentescos mais ou menos distantes. Intercalada com esses reinados surge a história dos reis de Portugal, relativamente humilde face à dimensão das restantes partes do texto⁵⁸.

Ao refundidor, por seu lado, interessavam esses dados relativos aos monarcas portugueses, mas omitirá totalmente aquelas dinastias transpirenaicas ou ultramarinas, dedicando-se assim quase exclusivamente a uma matéria peninsular que coloca em evidência. Os propósitos de um e outro texto, também por isso, se separavam. Já noutros aspetos o refundidor introduzira diversas alterações, acrescentando à «esquelética narrativa» original os pormenores da *Estoria de España* de Afonso X, suprimindo o esquema linhagístico de carácter universal ou introduzindo «retoques de estilo» de maior ou menor importância⁵⁹. Afastava-se, com isso, daquela visão geograficamente mais abrangente que encontrava na tradição historiográfica afonsina

⁵⁶ Embora apresentando versões distintas, ambas as versões da crónica definem Wamba como *muy buen rei* e dizem ter estabelecido os *arçobispados e los obispados de las tierras en España*. *C1344*, p. 89; *CGE 1344*, vol. II, pp. 260-261. Veja-se, a esse respeito, o estudo de Aengus Ward, *History and Chronicles in Late Medieval Iberia: Representations of Wamba in Late Medieval Narrative Histories* (Leiden: Brill, 2011), pp. 161-208.

⁵⁷ *CGE 1344*, vol. I, pp. XXXIII-XXXV.

⁵⁸ Esta teria como principal fonte a chamada *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* (seguindo a hipótese e a datação de Diego Catalán, *C1344*, p. XXXVIII) cujo texto nos chegaria também através da *IVª Crónica Breve* e que serviria também de fonte ao *Livro de Linhagens*, também da autoria do conde de Barcelos.

⁵⁹ *CGE 1344*, vol. I, p. XXXVIII; Krus, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, p. 190.

o seu modelo, ao mesmo tempo que, de forma paradoxal, se aproximava dessa mesma forma e do seu estilo narrativo⁶⁰.

O travejamento narrativo de ambas as versões é, por isso, estabelecido sob o signo de uma certa ideia de *Reconquista*⁶¹ que continuava a alimentar (sobretudo depois da Batalha do Salado, que permitira às linhagens ibéricas, sequiosas de feitos guerreiros, sentir o frémito desses recontros⁶²) o discurso sobre o passado ibérico e a ideia de um suposto destino hispânico cristão. Esse *leitmotiv* percorre os diferentes tempos diegéticos, evidenciando-se nas longas descrições de tomadas de castelos, de embates entre forças contrárias ou personificado por figuras tão incontornáveis como é o caso do *Cide Ruy Dyaz*⁶³. E será também ele que permitirá acrescentar à narrativa e às peças principais do xadrez aqueloutro aglomerado, composto pela nobreza, pela cavalaria e pela peonagem, mas também pelos pequenos clérigos, pelas parentelas, pelo próprio inimigo muçulmano e por todos aqueles que não tinham lugar, por exemplo, na *IVª Crónica Breve*⁶⁴. A descrição alcança dessa forma um maior leque de personagens num tabuleiro que é também ele maior, e que na mesma medida também se aproxima mais delas e dos seus atributos físicos ou psicológicos. A crónica tornava-se, por outras palavras, mais personalizada.

⁶⁰ «La reelaboración de hacia 1400 se explica, por tanto, como un intento de transformar la *Crónica de 1344* en una Crónica General de España alfonsí», refere Diego Catalán a propósito das alterações que o refundidor introduziu não raras vezes. «Para lograrlo, el refundidor eliminó las incursiones del antiguo autor en la historia genealógica universal y completó la historia de la península aprovechando la copiosa información reunida por Alfonso X (...)», *C1344*, p. XVII. Lindley Cintra observou também, nesse sentido, como o refundidor se interessou sobretudo pela história ibérica, em detrimento de uma história mais geral (*CGE 1344*, vol. I, pp. XXXVI-XXXVIII). Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419: Fontes, estratégias e posteridade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013), pp. 111-113, aponta três aspetos da herança afonsina: a utilização, tradução e combinação de materiais afonsinos ou pós-afonsinos; o seguimento dos processos historiográficos afonsinos; a redação original e prolongamento de determinadas partes do texto.

⁶¹ Para uma análise das representações desse ideal de reconquista na memória letrada portuguesa, embora para fontes de um período anterior, ver na globalidade o estudo de Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003).

⁶² Uma análise da construção desse confronto na memória letrada foi realizada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, «O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal», *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 2 (1989), pp. 28-48. Sobre a sua importância no desenvolvimento do discurso cronístico medieval português ver Krus, «Crónica», p. 173.

⁶³ Cujo relato ocupa uma parte substancial da refundição, como veremos adiante.

⁶⁴ Como, de resto, escrevia Diego Catalán: «(...) en la *Estoria de España* y crónicas de ella derivadas desfilan ahora sobre el tablado de la historia, no sólo los reyes y los altos dignatarios de la Iglesia, sino una multitud de personajes más o menos encumbrados. Por otra parte, tras el fracaso de la política regalista de Alfonso X, la historiografía castellana de los últimos años del siglo XIII no sólo deja de reflejar el punto de vista clerical, sino también el monárquico: con la *Crónica de Castilla* el ideario político-moral de la aristocracia se adueña de la historia.» *C 1344*, p. XLIV.

2.3. A primeira dinastia (re)vista no *primeiro dia de julho da era de 1457 annos*

Essa crónica de uma Hispânia reunida sob um propósito beligeramente viria a ser depois a principal fonte da *Crónica de Portugal de 1419*⁶⁵, obra que recupera a parte daquele texto referente aos reis de Portugal e o conjuga com informações recolhidas a partir de outras proveniências⁶⁶. É, nesse sentido, mais um relato de reinados do que um relato dos feitos e acontecimentos sucedidos no espaço ibérico, como a anterior. Com efeito, as divergências entre uma e outra são, como seria expectável, bastante assinaláveis.

O relato da vida do conde D. Henrique que abre o discurso, ao invés do que acontecia na notícia correspondente da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e da *IVª Crónica Breve*, não avança diretamente a partir da morte e do testamento moral que deixa ao filho, mas faz recuar a cronologia até ao momento do casamento com D. Teresa, estendendo as informações que aquela apresentava⁶⁷. Esse ponto de partida perspetivava agora a linhagem real a partir de um outro lugar, geograficamente falando, associando-a às casas reais europeias e não apenas ao espaço ibérico a que as crónicas anteriores pareciam limitar o passado da dinastia henriquina. A noção de um mundo aberto que não se confinava apenas à península surgia aqui na construção do discurso sobre o passado, poucos anos após o início de um processo expansionista que havia tomado Ceuta em 1415.

⁶⁵ Editada por Adelino de Almeida Calado, *Crónica de Portugal de 1419* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998) e estudada numa perspetiva global por Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*. A descoberta dos manuscritos desta obra e posterior publicação em meados séc. XX deveu-se a Artur de Magalhães Basto e Carlos da Silva Tarouca. Desde essa altura que foram sendo aventadas hipóteses sobre a autoria desta crónica (que refere explicitamente *e he aguora em tempo que nós, o iffante, fizemos esta coroniqua, C1419*, p. 39), passando pela atribuição a Fernão Lopes, a D. Duarte ou a nenhum dos dois, sem que exista um consenso a esse nível. Sobre a questão remetemos novamente para o estudo de Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*, pp. 95-96 e Luís Krus, “Crónica de Portugal de 1419”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 185-186. A data de produção, por sua vez, é referida logo no início do texto «*do qual dom Henrique e dona Tareja vierão todos os reis de Portugal que forão atee a composição desta cronica (...) a qual foi começada o primeiro dia de julho da era de 1457 annos*» (C1419, p. 4) e tem vindo a ser unanimemente aceite.

⁶⁶ Um estudo em redor das fontes utilizadas na construção desta crónica foi também empreendido por Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*, pp. 140-237, que utilizamos aqui extensivamente como elemento norteador, dada a exaustividade do seu trabalho.

⁶⁷ *CGE 1344*, pp. 214-215. Através dessa união se justificava a *geração de reis e grandes senhores* de que provinha o primeiro rei de Portugal, apontado por *parte de seu padre como neto del rei de Ungria* e onde, por via materna, se diz que era *neto del rei dom Affonso o 5º de Castella*. C1419, p. 5. Se, por um lado, as informações em torno da linhagem de D. Teresa são verosímeis, por outro, a afirmação da ascendência do conde parece bastante inusitada. De acordo com a crónica - a única das crónicas que tratamos que faz referência à linhagem do conde - D. Henrique seria filho *lidimo e primeiro filho promogenito* (apesar de antes se dizer que seria o *segundo filho*) de um suposto rei da Hungria e de uma irmã de D. Raimundo de Toulouse. Este parentesco, claramente ficcionado, se não ignorava uma remota ligação do conde à região da Borgonha, pelo menos secundarizava-a em favor de uma relação dinástica que permitia inscrever as origens de Afonso Henriques na tradição de duas casas reais europeias e, ao mesmo tempo, mantinha aquela relação familiar transpirenaica com D. Raimundo. C1419, pp. 3-4.

O filão narrativo dos sete reinados apresentados acompanha posteriormente uma ordem cronológica bem definida, de Afonso Henriques a Afonso IV, onde se evidenciam acrescentos significativos às lacunas que a narrativa trecentista deixava entrever. Com efeito, para o primeiro rei de Portugal foram retomados os episódios do cerco de Guimarães por Afonso VII e do plano gizado por Egas Moniz para fazer levantar o *emperador*, a batalha de Ourique⁶⁸, a tomada de Leiria, de Santarém e de Lisboa⁶⁹, que pouco diferem daqueles que essa outra fonte cronística até aqui apresentava. Os episódios beligerantes serão também a forma de fazer entrar em cena Sancho I, ainda na fase final de Afonso Henriques⁷⁰, e depois de Afonso II⁷¹ e Afonso III⁷², exemplos da continuação da *reconquista*. Entre eles, no entanto, vão sendo acrescentados amiúde diferentes passos religiosos, como certos momentos da vida de São Vicente ou num relato detalhado do martírio dos cinco franciscanos enviados para pregação em Marrocos⁷³, indício das fontes a que recorreu o cronista e de uma certa necessidade de ligar os destinos do país a essa presciência do divino, incluindo os diferentes momentos da narrativa hagiográfica.

⁶⁸ Cujas informações terão sido retiradas maioritariamente da *Vita Theotonii*, uma vez que a *CGE 1344* não apresentava informações muito extensivas sobre o assunto. Essa hagiografia do primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra terá sido produzida no mesmo mosteiro, estando possivelmente São Teotónio ainda vivo no momento da redação (ou seja, antes de 1162). Cf. Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*, p. 237-243.

⁶⁹ Tendo sido utilizadas como fontes «*estruturais suplementares*» (nas palavras de Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*, p. 199) o *De Expugnatione Scalabis* e o *Indiculum foundationis monasterii Beati Sancti Vincentii Ulixbone*. O primeiro, um texto *sui generis* composto num tom próximo do estilo épico e relatado na primeira pessoa pelo próprio rei, foi publicado por Alexandre Herculano. O segundo, um relato da fundação do mosteiro de S. Vicente redigido nesse mesmo cenóbio nos finais do séc. XII, terá sido traduzida para português nos finais do séc. XIV ou inícios do XV, versão que a *C1419* utiliza. Cf. Moreira, *A crónica de Portugal de 1419*, p. 155. Seguimos a edição de Fernando Peixoto da Fonseca, *Crónica da Tomada de Lisboa* (Lisboa: ADFA, 1995).

⁷⁰ Mais concretamente após o episódio da prisão deste em Badajoz, figurando como legado de seu pai e novo campeão contra os *mouros* que *cercaram Beja*, que *entraram por Portugal em Porto de Moos* ou contra o *emperador Almiramomoly* que *entrou em Portugal com muytas jentes*. (*C1419*, p. 73; *Idem*, p. 76; *Idem*, p. 79). Na continuação do relato, ao casamento, à descendência e à morte do monarca o cronista adita ainda diversas informações que tendem a completar a descrição, mais simplista, que a *Crónica de 1344* apresentava. Entre elas destaca-se a conquista de Silves e os pormenores que teriam rodeado a proclamação de uma «terceira cruzada», da qual viria a beneficiar o rei no seu movimento de expansão do território. Essas informações terão sido recolhidas junto dos relatos cruzadísticos teutónicos, como por exemplo o texto *Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium*.

⁷¹ De resto, num registo próximo daquele em que se dava conta do reinado anterior. Sobre este monarca, contudo, pouco se diz, optando a *Crónica* por incidir sobretudo na conquista de Alcácer do Sal. É bastante plausível, como refere Filipe Alves Moreira (*A crónica de Portugal de 1419*, p. 223-237) que a *crónica* siga e adapte neste ponto o poema latino *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*, descrição da conquista de Alcácer do Sal por Afonso II.

⁷² De Afonso III, que ocupa o lugar deixado por seu irmão, já se havia antes dado conta no início do reinado de Afonso II (ao registar como havia chegado a conde de Bolonha através do matrimónio) e aquando da sua aclamação como *regedor do regno de Portugal* (*C1419*, p. 124). As ações de Paio Peres Correia desempenham um papel fundamental na composição desta narrativa, como nota Filipe Alves Moreira, que realça analisa também a relação com uma suposta *Crónica da Conquista do Algarve* (*A crónica de Portugal de 1419*, pp. 277-302).

⁷³ Conhecendo de antemão a influência que os frades menores tiveram na alimentação espiritual da dinastia de Avis, podemos pensar que a inclusão desta descrição em particular visava não apenas colmatar a descrição de um reinado sobre o qual escasseavam as fontes narrativas, como também inculcar na economia do discurso essa dimensão, servindo assim um duplo propósito.

Apenas o reinado de Sancho II foge a esses temas, regressando ao tópico da deposição para o justificar, acrescentando às informações que a *Crónica de 1344* e a *IVª Crónica Breve* apresentavam determinados pormenores provenientes de um aproveitamento criterioso da documentação régia e papal. Esgota-se rapidamente a argumentação, deixando, ainda assim, claro o propósito dessa tirada e para logo tornar aos objetos predominantes: o casamento de Dinis I com Isabel de Aragão⁷⁴, que ocupa um lugar relevante numa narrativa preenchida por ações de política externa (sobretudo em relação a Castela) e interna (caso da fundação do *estudo geral*, da criação da Ordem de Cristo ou da autonomização da Ordem de Santiago em território português). São também destacados os desentendimentos entre o rei e o conde de Barcelos, fruto da utilização estruturante da *Crónica de 1344*, e entre Dinis e o Infante Afonso, recorrendo a documentação oficial (entre bulas papais e manifestos do rei). O restante texto, relativo ao final do reinado dionisiano, desconhece-se devido a uma lacuna do texto.

A última parte da crónica, dedicada a Afonso IV, encontra-se também ela mutilada. No entanto, esta parte do texto segue ainda a sua fonte principal e o registo aplicado ao pai do monarca, mostrando os principais aspetos governativos, entre os quais as disputas com Afonso XI de Castela, a contratualização do casamento do Infante Pedro com Constança Manuel e as negociações com *embaixadores* da parte *del-rey de França e doutros senhores*⁷⁵ para a participação numa cruzada. A parte final deste reinado, mais uma vez, não nos permite conhecer o final da crónica, que suspende a ação com o envio de uma embaixada papal que tentaria sanar as contendas entre o rei português e o castelhano.

2.4. Um tríptico em forma de espelho

Embora a autoria da *Crónica de Portugal de 1419* continue ainda a ser disputada⁷⁶, é inegável a feliz casualidade de compreender todos os reinados anteriores aos que Fernão Lopes⁷⁷ tratou de forma mais extensiva. A exposição do reinado de Pedro I,

⁷⁴ Sobre quem o redator insere um grande volume de informações sobre a ascendência, virtudes e *milagres que Deos mostrou* por esta rainha *em sua vida*, provenientes maioritariamente da *Vida da Rainha Santa Isabel*.

⁷⁵ *C1419*, p. 230.

⁷⁶ “Afim, por que razão não há-de ser anónima a *Crónica de 1419*? Não é também anónima a segunda redacção da *Crónica de 1344*?”, escrevia Adelino de Almeida Calado na Introdução à *C1419*, p. XLII. Concordando parcialmente com essa asserção, não podemos, no entanto, deixar de notar a importância da questão autoral para a interpretação historiográfica.

⁷⁷ A atribuição a Fernão Lopes das crónicas *oficiais* de Pedro I, de Fernando I e João I é amplamente aceite nos dias de hoje. Sobre o autor, embora se desconheçam os pormenores relativos à data e ao local de nascimento (ainda que se apontem os últimos anos da década de oitenta do século XIV como a data mais provável), sabemos que a partir de 1418 é nomeado guarda das escrituras do Tombo e que teria também

designada comumente como *Crónica de D. Pedro*⁷⁸, acompanha cronologicamente esse período desde o início da governação, em 1357, até à morte do monarca no ano de 1367. Mas se toma como personagem central esse rei português, a verdade é que também concede um espaço bastante claro a Pedro I de Castela, aos eventos sucedidos dentro desse reino e às querelas daquele com a Coroa de Aragão⁷⁹. Trata-se, nessa medida, quase de uma biografia dupla: o retrato psicológico do rei desenha-se não raras vezes por contraponto àquele que é apresentado do rei castelhano, apresentando nesses dois modelos tanto o rei que governa pela justiça como aquele que governa pelas *paixões*, desprovido da *razão* e de muitas outras virtudes que o rei português, melhor ou pior, chega a evidenciar.

No prólogo é, de resto, explicitado desde logo esse tema como a tônica dominante do texto. A justiça, ponto cardeal norteador da governação e simultaneamente fator justificativo do comportamento do monarca, servirá como motivo recorrente ao longo da crónica, surgindo associada aos diversos episódios da ação do rei⁸⁰. Estabelece-se, por

o cargo de escrivão dos livros do infante Duarte. A partir do ano seguinte acumulará também as funções de escrivão dos livros de João I e, já no ano de 1422, de escrivão da puridade do infante Fernando. Sabemos também que, já enquanto rei, Duarte I lhe concede uma tença em 1434, entregando-lhe a tarefa de escrever as crónicas dos reis portugueses até ao seu pai, altura em que terá iniciado esse labor. Em 1437 surge referido na documentação como tabelião-geral do reino, posição hierarquicamente superior àquela que havia começado por desenvolver e que manterá nos anos seguintes. A última notícia que dá conta da sua existência data de 1459, altura em que terá falecido ou pelo menos se encontraria já muito próxima da morte. Pensa-se, embora sem grande sustentação, que poderá ter frequentado a Universidade (que se encontrava em Lisboa desde 1377) e onde teria estabelecido contacto com muitas das obras que cita com frequência e com estudos de retórica. Cf. Teresa Amado, "Fernão Lopes", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 271-273; Idem, *Fernão Lopes, contador de História* (Lisboa: Estampa, 1991); Idem, "Fernão Lopes", em *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*, ed. por Graeme Dunphy (Leiden: Brill, 2010), vol. 2, pp. 1044-1045. João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes, Texto e Contexto* (Coimbra: Minerva, 1988), pp. 71-78, exprime uma opinião contrária em relação à passagem do cronista pelo Estudo Geral, com a qual concordamos, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação.

⁷⁸ Seguimos aqui a edição estabelecida por Giuliano Macchi de Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007). Redigida provavelmente nos anos quarenta do século XV, subsistem desta crónica mais de quarenta manuscritos, entre completos e incompletos, sendo a maior parte deles datáveis do século XVI. Cf. Teresa Amado, "Crónica de D. Pedro", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 182-184.

⁷⁹ Dos 44 capítulos da crónica, 23 deles são dedicados quase exclusivamente às questões castelhanas, baseados sobretudo na *Crónica de Dom Pedro* de Pero López de Ayala e «ora traduz *in toto* o texto castelhano, ora o resume, sem procurar pulir ou animar o estilo um tanto árido do original», como escrevia Peter Russell, *As fontes de Fernão Lopes* (Coimbra: Coimbra Editora, 1941), p. 17. João Gouveia Monteiro ("Fernão Lopes e os cronistas coevos. O caso da Crónica do Condestabre", *Revista de História das Ideias*, 11, 1989, pp. 37-61), assinalava também que «Lopes resume o texto de Ayala, quase sempre sem o adulterar, seguindo-o autenticamente, embora por vezes de forma algo confusa.» (p. 39).

⁸⁰ CDP, Prólogo, p. 5: «*Pois duvidar se o rrei á de seer justicoso nom he outra cousa senam duvidar se a rregra há de seer dereita, a quall se em dereitura desfalece, nemhũa cousa dereita se pode per ella fazer*». Cf. Selena Simonatti, "Dos notas de iconografia monárquica: D. Pedro o Cru de Portugal y D. Pedro el Cruel de Castilla", *e-Humanista*, n. 17 (2011), pp. 421-447, onde se lê «: al monarca *justicoso*, custodio celoso de la virtud de justicia se contrapone la intransigencia del *justiceiro*. Sin embargo, en ambas vertientes, la justicia es el elemento aglutinante de la entera narración: hilvanado en la prosa encomiástica del cronista o enfatizado en las historietas intercaladas que, de por sí, tienen mucho que ver con el *delectare*. El elogio de la justicia revela intenciones político-poéticas: trazar, entreteniéndolo, un retrato lo más ajustado posible

isso, nos capítulos de abertura a imagem de um rei que pauta pela firme aplicação das leis, por vezes mesmo de forma impulsiva, mas que se apoia substancialmente no desembargo régio e nos homens de saber para governar o reino e para levar a bom porto as decisões burocráticas e normativas⁸¹.

Não obstante, a forma como é estruturada a personagem e enquadrada concorre para esse objetivo maior e que percorre praticamente toda a obra (se assim lhe podemos chamar) de Fernão Lopes - o da legitimação do rei João I e da dinastia de Avis⁸². Por isso, o facto de o monarca ser pai do também futuro rei não deixa aí de ser explorado e reconfigurado de forma a fortalecer a relação dinástica. Um sonho de Pedro I em que o filho surge a salvar um *Portugall* em chamas serve como a alegoria mais clara dessa intenção de legitimar o Mestre de Avis, completada depois pela descrição da cerimónia em que o rei, *mui ledo*, toma o jovem filho nos braços e lhe *cingeo el-rrei a espada e ho armou cavaleiro, e beijou-ho na boca lançando-lhe a beençom*⁸³. Mas esse projeto não será apenas evidente na *Crónica de D. Pedro*, transparecendo também na *Crónica de D. Fernando*⁸⁴, onde se lançam as bases de um certo caos que só o Mestre de Avis será capaz de apaziguar.

O foco nas três guerras iniciadas contra Castela, intercalados com trechos referentes a políticas internas, acentuam a noção de uma desorganização estrutural a que se juntará a eclosão do Cisma do Ocidente, em 1378, e as inconstantes decisões políticas do rei relativamente a essa questão e à própria política externa⁸⁵. Por outro lado, Fernão Lopes elogia o labor da administração interna, tal como havia feito na crónica anterior, ao mesmo tempo que descreve minuciosamente tratados de paz, medidas tomadas pelo rei no acondicionamento e aprovisionamento das cidades, das leis agrícolas e mercantis. O cronista elogia não só essas medidas como faz, logo no

al modelo iconográfico del *rex imago et servus aequitatis* que encuentra en las metáforas del rey como *lex animata in terris* su transposición literaria más propia.» (p. 423).

⁸¹ Como escreve Teresa Amado, "Crónica de D. Pedro", p. 183. Os exemplos sucedem-se, desde a tentativa de açoitar um bispo (CDP, pp. 31-34), a punição firme de um caso de adultério (CDP, pp. 35-38) ou o caso mais conhecido do tratamento concedido aos assassinos de Inês de Castro (CDP, pp. 141-146).

⁸² Esse *leitmotiv* está presente, por exemplo, no sonho em que o rei vê o futuro Mestre de Avis a salvar um Portugal que arde simbolicamente, por exemplo (CDP, p. 192) ou quando se diz que *taaes dez annos nunca ouvera em Purtugall, come estes que reinara el-rrei dom Pedro* (CDP, p. 198).

⁸³ CDP, p. 191.

⁸⁴ Escrita no final dos anos quarenta do século XV ou já no início da década seguinte, conhecem-se cerca de 37 manuscritos desta crónica. Cf. Teresa Amado, "Crónica de D. Fernando", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 179-180. Utilizamos aqui a edição de Giuliano Macchi de Fernão Lopes *Crónica de D. Fernando* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004).

⁸⁵ Sobre as suas vicissitudes e repercussões gerais na Península Ibérica, cf. Júlio César Baptista, "Portugal e o Cisma do Ocidente", *Lusitania Sacra*, 1 (1956), pp. 65-203; Rafael Sánchez Sesa, "El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa", em *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), vol. 4, pp. 307-320.

início do texto, uma espécie de apologia dos atributos físicos do rei, dos seus talentos atléticos, da sua generosidade com a nobreza ou do fausto de que se faz rodear. Relata também episódio da vida cortesã, intrigas, mortes, casamentos ou amores, como que evidenciando um reinado mais complexo e vibrante do que poderia parecer à partida. Apresenta, nesse particular, a relação de Leonor Teles com o conde Andeiro, elemento expiatório que encontrará a morte na crónica seguinte, mas também a relação amorosa do infante João, filho de Pedro I de Portugal e Inês de Castro, com Maria Teles e o seu assassinato pelo próprio amante, ou ainda o casamento imposto por Henrique II de Castela ao filho Afonso com Isabel, filha ilegítima de Fernando I, que não chegaria a ser consumado.

Rei, filho de Pedro I e meio-irmão do futuro regedor do reino, não é retratado como inepto, mas antes como alguém atraído sobretudo pelas próprias más decisões e por não se saber rodear de quem o ajudasse a posicionar-se, como Fernão Lopes apresentara no retrato que fizera de seu pai. Não poucas vezes as suas disposições são realizadas sem consultar as gentes do Conselho régio ou contra a vontade deste, como era o caso do alinhamento com o Papa de Avignon num primeiro momento e na fase final do reinado ou as oscilações entre a paz e a guerra com Castela. O cronista observará algumas delas em detalhe, aproveitando ainda o material fornecido pelas *Crónicas* do chanceler castelhano Pedro López de Ayala⁸⁶ e, embora em menor quantidade, a *Crónica do Condestabre* para salientar a ação ainda subtil de um jovem Nuno Álvares Pereira.

Desde logo as suas decisões políticas de confronto aberto com Castela, fundadas primeiro numa pretensão ao trono castelhano e depois pela entrada em cena do duque de Cambridge e conseqüente aliança entre Portugal e Inglaterra, mas de igual forma pelo desastroso acordo de casamento da infanta Beatriz com Juan I de Castela que viria a provocar toda uma interrogação em volta dos destinos do reino. Também a depauperação do tesouro pelo envolvimento em guerras infrutíferas merece uma das mais veementes censuras do cronista, talvez igualada apenas pela paixão por Leonor

⁸⁶ João Gouveia Monteiro, "Fernão Lopes e os cronistas coevos. O caso da Crónica do Condestabre", *Revista de História das Ideias*, 11 (1989), pp. 37-61, assinala que «(...) quase toda a *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes foi construída com base na *Crónica de Don Pedro* (o de Castela) de Pero Lopez de Ayala. (...)», o que será também válido para a *Crónica de D. Fernando*, que aproveita a descrição dos reinados de Henrique II e Juan I de Castela. «No fundo, Lopes resume o texto de Ayala, quase sempre sem o adulterar, seguindo-o autenticamente, embora por vezes de forma algo confusa.» (p. 39) Além disso, refere também que o cronista português omite algumas «(...) manobras desenvolvidas junto da corte portuguesa por alguns membros da família castelhana dos Castro, com o objectivo de aliciar o então infante D. Pedro a encabeçar uma candidatura ao trono de Castela.» (Idem).

Teles⁸⁷. Essa será outra das figuras centrais da obra, não apenas pela carga negativa que o cronista lhe atribui, mas muito também pela visão mais antagônica de uma mulher bela, inteligente, corajosa e determinada cujo espírito vingativo e a ausência de escrúpulos não deixarão, depois da morte do rei, de a colocar como rainha regente. Através dessa figura o cronista desenha um triângulo que complexifica a entrada em cena de João I, terminando num cenário de interregno e indecisão política face à iminente tomada do reino pelo rei castelhano, onde os populares começam já a desempenhar um papel fundamental na contestação da independência portuguesa.

A primeira parte da *Crónica de D. João I*⁸⁸, no seguimento dessa outra narrativa, apresenta precisamente esse vazio que agudiza até à aclamação popular do futuro rei. Os episódios curtos, mas elucidativos, dão conta de uma grande variedade de acontecimentos que se vão sucedendo durante o interregno de 1383-1385, com particular destaque para o cerco de Lisboa, comparado em determinado ponto ao cerco de Jerusalém referido no Antigo Testamento, para a batalha de Aljubarrota, determinante para os destinos do reino, ou para a defesa da legitimidade do Mestre de Avis como rei de pleno direito nas Cortes de Coimbra de 1385. O elogio do novo rei, função do cronista, acentuava a sua aclamação geral e as boas obras que fizera desde a primeira hora, a maior delas talvez o recobro de um *Portugall* que contra si próprio lutava, dividido em lutas fratricidas e polaridades partidárias entre a sua aclamação e a aclamação do monarca castelhano. Por outro lado, entregava também aos diferentes grupos sociais a responsabilidade por essa viragem, destacando-se nesse particular os habitantes dos centros urbanos de Lisboa ou Évora, pese embora a desaprovação dos atos de maior crueldade como o caso da morte do bispo Martinho de Zamora ou da abadessa Joana Peres de Ferreirim, da família da rainha Leonor Teles.

Não obstante, desenvolve uma narrativa em volta de duas personagens centrais, João I e Nuno Álvares Pereira, sendo este o último considerado como o responsável e herói da guerra que eliminara a ameaça de uma união ibérica sob o poder castelhano, revelando elementos de uma santidade e de uma predestinação que o colocam como um modelo de obediência e de ação em prol de uma causa. O próprio rei, por seu lado, surge surpreendentemente associado não apenas aos grandes feitos de organização e

⁸⁷ Não obstante a censura tecida pela cronista, a personagem de Leonor Teles é sucessivamente adjetivada, positiva ou negativamente. Amélia Hutchinson, "Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen", *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, 30, n. 1 (2004), pp. 73-87, escreve: «Her personality spans a wide range of attributes, from the charm and grace of an Arthurian heroine portrayed with adjectives commonly found in Galician-Portuguese lyric poetry (...)» (p. 77).

⁸⁸ Produzida por Fernão Lopes em duas partes na década de 1450, conhecem-se cerca de 25 manuscritos de cada uma delas. Utilizamos aqui a edição do texto de William Entwistle e Luís Filipe Lindley Cintra de Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

revitalização do país e do aparelho administrativo, às ações generosas prudentes e radiantes, mas também a alguns elementos de cobardia e insuficiência nos aspetos da razão⁸⁹. Nesse sentido, os muitos confesores, conselheiros chanceleres ou escrivães surgem como figuras fundamentais nas tomadas de decisão de um rei que soube aproveitar esses elementos em seu favor. Alguns deles, como João das Regras ou frei Rodrigo de Sintra, assumem muitas vezes papéis preponderantes na afirmação do rei, na sua posição em relação ao papado e ao Cisma que ainda paira, aconselhando-o e defendendo a sua causa.

Na segunda parte da crónica, diferenciada na forma e no conteúdo em relação à primeira, a narrativa torna-se menos circunstanciada e abre lugar a uma explanação longa e demorada do processo de pacificação do reino, da atribuição de privilégios e benesses às cidades e às instituições. Grande parte da narrativa é ocupada pelas lutas para tomar as cidades e vilas que, um pouco por todo o país, haviam tomado o partido castelhano. Nesse ponto, mais uma vez, Nuno Álvares Pereira desempenha um papel determinante na conquista desses lugares. Muita da atenção dada ao Condestável teria origem nos dados que o cronista copia da *Crónica do Condestabre* sem contestar ou identificar a proveniência.

O cronista foca-se aí nos elementos que, uma vez terminado o período de crise, permitem evidenciar um rei que pode governar legitimamente com o apoio de todo o reino e com o aval do Papa, baseando-se para isso em documentos que transcreve na íntegra e na citação de autores clássicos que lhe garantem a relevância do discurso. Descreve ainda pormenorizadamente a descendência do monarca e, num aspeto curioso, a forma como estes demonstravam *obiydiencia a seu padre*. Concede também uma atenção particular a João de Gand, nobre inglês pretendente ao trono de Castela e pai de Filipa de Lencastre, mulher de João I, e às suas ações militares na península, sendo representado como um dos homens que influenciara o desfecho pacífico da situação peninsular que culminaria no Tratado de paz entre os dois reinos assinado em Ayllón no ano de 1411. Fernão Lopes, embora escrevesse muito depois da morte do rei, relataria apenas os acontecimentos que haviam ocorrido precisamente até àquele Tratado, fechando simbolicamente a descrição de um período conturbado na vida do reino com a assinatura de um acordo que prolongaria as tréguas de forma mais duradoura. Não chegava, assim, a relatar aquela conquista de Ceuta em 1415, tão

⁸⁹ Teresa Amado, “Crónica de D. João”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 181-182.

celebrada posteriormente pelo seu sucessor na qualidade de cronista da Coroa, Gomes Eanes de Zurara⁹⁰.

As duas partes completavam-se em termos de matérias: a primeira seria o relato da *revolução*, do caos e das revoltas populares e nobiliárquicas; a segunda, o momento de reorganização e reordenação do reino, do regresso à paz e do estabelecimento sólido de uma nova dinastia, fundada sob o signo daquele rei justo, Pedro I, com que iniciara o seu ciclo cronístico. Com efeito, o cronista finaliza aqui a edificação de um elogio que não só favorecia esse rei, mas que também lhe permitia legitimar a dinastia de Avis, a quem servia⁹¹. Nos interstícios da narrativa principal introduzia personagens e breves trechos que apontavam para uma leitura mais completa e complexa, deixando de estar exclusivamente centrada na realeza, na nobreza e nos clérigos que ocupavam os espaços da *Crónica de 1419*, da *Crónica de 1344* ou daquela *IVª Crónica Breve*.

⁹⁰ Em 1450, já ao serviço de Afonso V, escreveria a *Cronica del Rei D. Joam I de boa memória. Terceira parte em que se contam a Tomada de Ceuta*, uma continuação do relato que Fernão Lopes deixava por acabar, não sabemos se por doença ou velhice. Cf. Rita Costa Gomes, "Zurara, Gomes Eanes de", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 687-690.

⁹¹ Amado, "Crónica de D. João", p. 181.

3. Representações, paradigmas e antagonismos

3.1. Reis, letrados e reis letrados

Uma parte substancial dos letrados, diríamos talvez mesmo a maioria, parece gravitar à volta das figuras régias, entrando no diálogo entre o poder e o saber direta ou indiretamente e participando, em maior ou menor grau, na composição narrativa daqueles líderes como se fosse inevitável essa dependência. Este dado não será, ainda assim, motivo para espanto, como vimos, dadas as características da própria crónica, fundamentalmente régia ou construída em torno dessas personagens⁹². A ligação aos detentores daquele conhecimento letrado, mais ou menos explícita, aparece assim quase como axial, intrínseca, mas também imprevisível, ocultando-se por vezes entre as sombras da ideologia e da sua interpretação. Esse seria o reflexo daquele longo e lento processo de aproximação, primeiro, e integração, depois, das *gentes do saber* no conjunto das práticas governativas e da administração do reino, mais evidente durante os séculos XIV e XV com a estruturação do *Desembargo Régio*⁹³, mas cujo caminho começara já a ser trilhado nos séculos anteriores⁹⁴.

Por outro lado, revelava também o estreitamento daquele vínculo que os monarcas foram estabelecendo com a Universidade, e sobretudo com os que por ela

⁹² Sobre este assunto veja-se o primeiro capítulo desta dissertação, «Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas».

⁹³ Sobre esse órgão ver o trabalho fundamental de Armando de Carvalho Homem, *O desembargo régio (1320-1433)* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), pp. 19-33.

⁹⁴ Para uma visão global sobre essa aproximação ao longo dos primeiros reis portugueses, veja-se José Mattoso, *Identificação de um País* (Lisboa: Temas e Debates, 2015), pp. 664-677, assim como o estudo prosopográfico de Armando Norte, «Homens de letras e homens de leis ao serviço da monarquia portuguesa (séculos XII-XIII)», *Revista História*, 33, n. 1 (2014), pp. 145-170. Um processo similar ocorria nas diferentes monarquias ibéricas e transpirenaicas, com ritmos distintos e cronologias diferenciadas, mas onde os letrados ganhavam igualmente essa evidência. Em todo o caso, como recorda Jacques Verger, «Les professeurs ou les officiers se sont parfois faits conseillers, mais bien rarement décideurs, comme on dirait aujourd'hui. Mais en vérité, l'exercice direct des responsabilités politiques supérieures n'était pas le seul moyen dont ils pouvaient user pour faire leur influence sur l'évolution de la société et de l'État.» Jacques Verger, *Les gens de savoir en Europe à la fin du Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1997), p. 155, ver igualmente pp. 146-155. Para a restante Península, embora algo datados, importa ainda ter em conta algumas das intuições de José Maravall, «Los hombres de saber o letrados y la formación de su conciencia estamental», em *Estudios de historia del pensamiento español* (Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983), vol. I, pp. 333-362; Salvador Moxó, «La elevación de los 'letrados' en la sociedad estamental del siglo XIV», em *XII Semana de estudios medievales de Estella*, dir. por Vicente Galbete Guereniain (Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1976), pp. 183-215. Para uma visão mais atual acerca da importância do aumento de letrados nas instituições monárquicas, relativa ao período da primeira metade do séc. XV, ver José Monsalvo Antón, «Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos», em *Salamanca y su universidad en el Primer Renacimiento: siglo XV*, coord. por Luis Enrique Rodríguez, San Pedro Bezares e Juan Luis Polo Rodríguez (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011), pp. 36-37.

passaram e nela se formaram, a partir dessa altura⁹⁵. Em particular, o alento introduzido pela dinastia de Avis, que parece ter reconhecido a importância do Estudo Geral na formação dos seus homens de confiança e, como tal, a considerou uma engrenagem fundamental na consolidação e legitimação do poder. João I, de resto, seria o primeiro dos monarcas a invocar diretamente o seu auxílio institucional na condução das suas pretensões ao trono, concedendo-lhe abundantes benesses⁹⁶. Não deixa de ser interessante reparar que, tendo em conta a relação privilegiada do monarca de Avis com o Estudo, o seu principal cronista, Fernão Lopes, quase não se lhe refira ou o faça apenas de forma indireta⁹⁷. Nesse sentido, a alusão mais concreta dentro da crónica é, simbolicamente, aquela que lhe faz o rei que confirma a sua fundação em 1290, D. Dinis, na *Crónica de 1419*. Em discurso direto, Dinis afirma a *alguns de seu conselho*:

«(...) *hum rey não pode esto melhor aver que a terra e regno a ele encomendado fazer que esprandeça com obras boas dos que em ele vivem. E esta cousa não pode tam prestesmente ser como avendo em ela barões ensynados em ciência e firmes em doutrina da santa fe. Porem, consyrando em como ho regno não tão somente he afermosentado por avomdamça de mantimentos e gemtes d'armas, ainda cumpre aver em ele pessoas leteradas e sabedores, cuidei em minha vontade proveito comum de meus regnos e fazer que aja em ele estudo de todolas çiençias, poendo em esto tal deligençia que se faça melhor e mais homradamente que ser puder.*⁹⁸»

Aquelas *pesoas leteradas e sabedores* seriam, portanto, os escolares, mestres e doutores formados no Estudo disposto na *cidade de Coimbra* com *grandes privilegios*, e ao qual teriam vindo *doutra terra*, a expensas do rei, *grandes mestres e doutores de toda ciemçia*⁹⁹. Subentendia-se, assim, que para o cronista aqueles homens representavam a sua noção de *letrado*, associando-a um percurso universitário, mas sem estabelecer uma distinção clara em relação aos *sabedores*. Ainda assim, ao apresentar os dois termos evidenciava uma diferença fundamental que não passava pela sinonímia e que, somada às restantes ocorrências do termo *letrado* nesta crónica,

⁹⁵ Armando Martins, "Lisboa, a cidade e o Estudo: A Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência", em *A universidade medieval em Lisboa: Séculos XIII-XVI*, coord. por Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta da China, 2013), pp. 77-85.

⁹⁶ Martins, "Lisboa, a cidade e o Estudo", pp. 84-86.

⁹⁷ João Gouveia Monteiro (*Fernão Lopes: Texto e contexto* (Coimbra: Minerva, 1988), pp. 74-78), sem referir esta questão, salienta, no entanto, que a cultura do cronista não seria a de um profundo intelectual ou de um letrado, mas antes a de alguém com um conhecimento limitado de autores e matérias, e por isso alguém que dificilmente teria passado pelo Estudo. Não é claro até que ponto podemos relacionar estas duas informações, mas pensamos que futuramente poderão apontar algumas hipóteses de resposta.

⁹⁸ *C1419*, p. 183.

⁹⁹ Idem. De resto, como sabemos, o Estudo foi fundado em Lisboa e não em Coimbra.

tenderia certamente a valorizar este em detrimento dos *sabedores*¹⁰⁰. Independentemente disso, o seu autor associava de um modo inequívoco aquele rei e o seu reinado, que o texto da *IVª Crónica Breve* havia abreviado sobremaneira, à fundação do Estudo e às *obras boas*, mas sobretudo aos letrados, ao conhecimento e à sua promoção. Mostrava, além disso, as preocupações que mantivera em dotar o aparelho administrativo, fiscal e judicial de indivíduos com os conhecimentos necessários à sua manutenção e, um outro dado importante, formados fora das instituições controladas pelas instâncias eclesiásticas¹⁰¹.

Paralelamente, evocava a revitalização do Estudo a partir da última década do séc. XIV pela mão de João I, como dissemos, após um trajeto relativamente atribulado ao longo das décadas anteriores e muito marcado pela sua itinerância física entre Coimbra e Lisboa. A confirmação e concessão de novos privilégios logo em 1384¹⁰², recorrendo à qualidade de *filho do mui nobre rei dom Pedro* e de *deffensor dos regnos de Portugal e do Alguarve*, assim como a sua renovação daí em diante até à fase final do reinado, estabeleceria João I enquanto sucessor de pleno direito do *rei poeta*. E talvez evocasse já aquela ligação precoce do ainda infante Duarte ao Estudo, perceptível através da ordenação datada de 1418 para que fosse respeitado o antigo privilégio dos lentes¹⁰³. Num último elo entre os dois soberanos, poderíamos dizer que aquela referência serviria para recordar que os letrados que mais tarde participariam no processo de legitimação do Mestre de Avis provinham daquele Estudo.

O rei Dinis, compositor de cantigas, impulsionador de traduções e compilações de obras produzidas na corte do seu avô, Afonso X de Castela - o rei *sábio* – e pai do autor da *Crónica de 1344* não aparecia como letrado¹⁰⁴, como de resto quase nenhum outro. Verificava-se assim uma tendência para os textos cronísticos reservarem o qualitativo *letrado* para qualquer outra personagem que não o rei, para quem guardam os epítetos grandiloquentes, relativos a ações guerreiras, à justiça ou à piedade, mas que também podem ser *sabedores*¹⁰⁵ sem chegarem a ser caracterizados como *letrados*. Uma

¹⁰⁰ De acordo com a leitura que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁰¹ José Augusto Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Temas e Debates, 2012), p. 178-179.

¹⁰² *Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*, ed. por Manuel Augusto Rodrigues (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992), pp. 85-94.

¹⁰³ *Livro Verde*, p. 168-169.

¹⁰⁴ Sobre o ambiente cultural da corte dionisiana e as relações familiares e intelectuais do rei português veja-se Pizarro, *D. Dinis*, p. 319-321. Sobre a autoria das suas composições ver António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV* (Lisboa: Colibri, 1994), pp. 327-328.

¹⁰⁵ Como é o caso do rei Ordonho, de quem *conta a estoria que foy rey māsso e sisudo e sabedor e entendudo ã todos seus feitos de mātimento de seu reyno (CGE 1344, vol. II, p. 415)* ou de Suintila, que descrevia como *homẽ muy sabedor de guerra, muy bõ cristão, muy sabedor e justiçoso, franco, piadoso e era de tan grande esmolla aos pobres que nõ tansolamente era chamado rey mas ainda padre dos pobres* (Idem, Vol. II, pp. 210-212).

exceção óbvia e que não poderia de alguma forma ser ignorada é aquela alusão do refundidor da *Crónica de 1344* ao monarca visigótico Sisebuto, atribuindo-lhe não só a qualidade de *muy leterado*, mas também *piadoso, justo e muyto entendido e sabedor de juízo*¹⁰⁶.

Todos estes qualificativos afluíam para a dignificação do rei que conduziu os destinos da Hispânia entre 612 e 621 e quem se conhece particularmente bem pelas suas polaridades entre a devoção religiosa e a política desembaraçada, o literato que escreveu uma *Vita Desiderii* e a repressão antijudaica, o militarista e o cristão piedoso que privava com Isidoro de Sevilha¹⁰⁷. O refundidor, que nos reinados seguintes refere sucessivamente o arcebispo toledano Rodrigo Jiménez de Rada como sua principal fonte¹⁰⁸, seguia também indiretamente, através daquele, o autor das *Etimologias* e principal panegirista de Sisebuto através da *Historia de regibus gothorum, wandalorum et suevorum* e da sua *Chronica Maiora*¹⁰⁹. Era, portanto, um olhar filtrado pela propaganda isidoriana aquele que o refundidor reproduzia ou escolhia reproduzir. Mas essa escolha era, mais uma vez, uma opção do indivíduo, em virtude de um discurso maior e mais complexo possivelmente, mas ainda assim uma opção.

De facto, escolhe em certos casos reproduzir os adjetivos do arcebispo toledano e manter vivos os ecos de Isidoro de Sevilha, como também havia feito à sua maneira Afonso X¹¹⁰, e noutros casos sublinhar os termos para que ganhem uma força redobrada. Vejamos em primeiro lugar o texto de Jiménez de Rada:

«Fuit autem Sisebutus eloquio nitidus, litterarum sciencia doctus, in iudiciis strenuus ac prestantissimus pietate, mente benignus, gubernatione regni precipuus, in bellicis documentis et in uictoriis semper clarus.»¹¹¹

Quando comparamos este texto com aquele da versão refundida da *Crónica de 1344* a decisão do refundidor evidencia-se. Com efeito, transformava a expressão

¹⁰⁶ CGE 1344, vol. II, p. 209.

¹⁰⁷ Como salienta Yitzhak Hen, "A Visigothic king in search of an identity. Sisebutus Gothorum gloriosissimus princeps", em *Ego trouble: Authors and their identities in the early Middle Ages*, ed. por Richard Corradini, Matthews Gillis, Rosamond McKitterick e Irene van Reenswoude (Wien: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2010), p. 89. Para uma contextualização deste reinado ver igualmente Roger Collins, *Visigothic Spain. 409-711* (Oxford: Blackwell, 2004), pp. 75-76.

¹⁰⁸ «Segundo o que conta o arcebispo dom Rodrigo em sua estorya», «E esto conta o arcebispo dom Rodrigo», «segundo o que conta é sua estorya o arcebispo dom Rodrigo», etc. CGE 1344, vol. II, pp. 211-211.

¹⁰⁹ Como notou Juan Fernández Valverde, "Introducción", em Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de los hechos de España* (Madrid: Alianza, 1989), p. 34.

¹¹⁰ Gaël Le Morvan de Villeneuve, "Les vertus des rois wisigoths au service du pouvoir alphonsein dans l'Estoire d'Espagne d'Alphonse X le Sage", *e-Spania*, 22 (2015), <http://e-spania.revues.org/2496>

¹¹¹ Roderici Ximenii de Rada, *Historia de rebus Hispanie siue Historia gothica*, ed. por Juan Fernández Valverde (Turnhout: Brepols, 1987), p. 65.

litterarum sciencia doctus, que outro utilizador da mesma fonte, Afonso X na *Primera Crónica General*, modificava para *et era muy entendudo en letras*¹¹², numa outra que passava agora a ser uma caracterização mais direta e mais expressiva: *muy leterado*. Os restantes termos, menos relevantes para a nossa análise, pareciam seguir mais fielmente a sua fonte, notando-se embora a anulação da referência às suas qualidades oratórias. Por outro lado, era notória não apenas a passagem dos qualificativos belicistas para uma outra parte do texto, mas inclusive para um registo eufemístico que registava as expressões *in bellicis documentis* e *in uictoriis semper clarus* segundo a fórmula *Sissebunto era mui esforçado ennas batalhas e dava a suas gentes grande audácia e esforço pera todos fazerem bem e o que devyam*¹¹³. Além do mais, a versão refundida ocultava por completo a alusão ao seu cuidado com o governo do reino e das suas gentes, ao contrário do que fizera Afonso X, quando dizia *et deffendie bien sus yentes et suregno*.

Afastadas aquelas qualidades, restava um conjunto de qualificativos convergentes para o que parecia ser um símbolo privilegiado do conhecimento e onde só a piedade, num primeiro olhar, parecia não se encaixar. Mas mesmo essa procura de Deus, que tudo conheceria porque divino, era também uma participação num conhecimento maior e mais perfeito. Face ao exposto, esse rei *letrado* respondia em certa medida ao *rex litteratus* enunciado por João de Salisbúria e cuja antítese apresentou sob o signo da famosa expressão «*Rex illiteratus est quasi asinus coronatus*»¹¹⁴. Esse modelo de um rei sábio e prudente encontrava um novo espaço à luz da mentalidade dos finais do séc. XIV, quando os *espelhos de príncipes* começam a privilegiar a «reflexión sobre la acción brutal, la prudencia y la búsqueda de la paz sobre la hazaña y la violencia gratuitas», como escreveu Denis Menjot¹¹⁵. Na origem dessa conceção estaria não apenas o modelo de João de Salisbúria e de outros pensadores, clássicos ou medievais (*moderni* é, na verdade, a expressão que o próprio autor do *Policraticus* utiliza para se identificar face aos pensadores da antiguidade), mas também os textos bíblicos e a figura de

¹¹² Afonso X, *Primera Crónica General de España*, ed. por Ramón Menéndez Pidal (Madrid: Gredos, 1955), vol. I, p. 272, col. b. A versão afonsina do texto correspondente a esta passagem segue desta forma, que será porventura interessante comparar com a versão do refundidor: «*Este rey era bien razonado et de buena palabra, et era muy entendudo en letras et muy sabidor de juyzio, e con tod esto era muy piadoso et bueno et deffendie bien sus yentes et suregno et uencio muchas lides; e andando sobre mar crebanto muchas tierras, assi que los godos ligeramiente las pudieron ganar.*»

¹¹³ CGE 1344, vol. II, p. 209.

¹¹⁴ João de Salisbúria, *Policraticus*, ed. por Clement Webb (Oxford: Clarendon Press, 1909), vol. 1, liv. 4, cap. 6, p. 254.

¹¹⁵ Denis Menjot, *Dominar y controlar en Castilla en la Edad Media* (Málaga: Diputación Provincial de Málaga, 2003), p. 263.

Salomão, rei sábio por excelência e figura modelar para Afonso X¹¹⁶. Seria, pois, no seguimento dessa corrente, que Sisebuta surgia enquanto rei letrado.

Todavia, se conhecemos a fonte onde o refundidor terá recolhido aquelas referências e conseguimos reconstruir, de alguma forma, o universo de autores onde radicavam, desconhecemos o possível destinatário desse modelo no final do séc. XIV, em razão da incerteza à volta da autoria, da promoção da refundição e das condições em que esta foi elaborada¹¹⁷. Conhecemos, sim, o texto, o contexto em que este se produziu e alguns dados biográficos sobre Sisebuta.

Como observaram Diego Catalán e Luís Filipe Lindley Cintra¹¹⁸, a reelaboração da obra eliminaria as incursões de Pedro Afonso pela história genealógica universal, aproveitando as informações recolhidas por outros autores para se centrar exclusivamente na Península Ibérica, onde a tendência geral parecia ser a de exaltar a importância do espaço português na «construção da história peninsular»¹¹⁹. Não obstante, o refundidor acrescentava informações sobre a monarquia visigótica, que com Suintila encontrava o primeiro *rex Totius Hispaniae*, como afirmava Isidoro de Sevilha¹²⁰, e mantinha as descrições dos geógrafos árabes que a *Crónica de 1344* original já utilizava, além de reproduzir um *Louvor da Espanha* inexistente naquela versão. Não significaria isto que o refundidor olhasse para a ideia de unidade hispânica como uma realidade possível, mas certamente esse discurso seria do interesse quer do rei

¹¹⁶ Jean-Patrice Boudet, "Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V", *Revue historique*, 3, n. 647 (2008), pp. 545-566. Esse ideal de um rei guiado pela *prudencia* seria plasmado nas *Siete Partidas* de Afonso X, mais precisamente na *Segunda Partida*, títulos III-V. Sobre esta questão, por relação com os *specula principum* medievais, veja-se Irina Nanu, "La Segunda Partida de Alfonso X el Sabio y la tradición occidental de los specula principum" (Tese de Doutoramento, Universitat de València, 2013), pp. 144-151.

¹¹⁷ Apesar de existir uma certa concordância em torno da variação do discurso da refundição de cerca de 1400 face ao texto original (*CGE 1344*, vol. I, pp. CDXVIII-CDXIX, *C1344*, pp. XXI-XXX), tomando-a como um versão de cariz nacionalista e muito mais elogiosa das figuras régias, em óbvio detrimento das personagens senhoriais, do que a redação do Conde D. Pedro, não nos parece que esta segunda redação tenha partido necessariamente de uma iniciativa da Corte de Avis. Se, por um lado, o refundidor tratou de aclarar os momentos mais negros de Afonso Henriques ou de justificar a ausência de Afonso II na Batalha de Navas de Tolosa e, em certos casos, de manifestar uma certa tendência para obscurecer os reis de Castela e Leão (Isabel Barros Dias, "Metamorfoses de Babel", Tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2003, p. 99), não podemos também deixar de notar a presença acentuada de outras figuras como o Cid ou Álvaro Fáñez Minaya, ambos nobres, Julião de Toledo, Bernardo de Toledo e outros eclesiásticos daquela cidade, como procuramos compreender adiante, que parece denotar uma certa tendência a recuperar um elogio da capital da monarquia visigótica. Era nesse sentido que Luís Krus ("Crónica Geral de Espanha de 1344", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), p. 190) entendia a reelaboração da crónica: «(...) embora a refundição de cerca de 1400 contribuisse para uma maior uniformização cronística da redação original (...), não sacrificou a perspectiva com que o conde de Barcelos encarou a história peninsular da *Reconquista*.» Essa memória, segundo o autor, congregava os esforços do «Portugal nobiliárquico e régio» para o cumprimento de um destino «libertador e redentor».

¹¹⁸ *C1344*, p. XVII e *CGE 1344*, vol. I, pp. XXXVI-XXXVIII, respetivamente.

¹¹⁹ Krus, "Crónica Geral de Espanha de 1344", p. 190.

¹²⁰ Isidoro de Sevilha, *Las Historias de los godos, vándalos y suevos*, ed. e trad. por Cristóbal Rodríguez Alonso (León: Archivo Histórico Diocesano, 1975), p. 92.

português como de certos sectores da nobreza com aspirações de aproximação à Coroa. Afinal de contas, aquela reunião dos elementos régios e nobiliárquicos para o cumprimento de um destino *redentor* que, segundo Luís Krus, parecia estar presente na refundição, não tinha que ser exclusivamente evocado pela dinastia de Avis. Além disso, Sisebuto, considerado como um *homem de letras* ou *sábio* não apenas por Isidoro, mas mesmo por uma crónica transpirenaica, escrita provavelmente no séc. VII, e conhecida como *Crónica de Fredegar*, que o refere como *sapiens*¹²¹, ou pela *Crónica Moçárabe de 754* (*vir sapiens et nimium litteratura deditus*)¹²², poderia representar tanto um modelo régio letrado para João I como para aquelas famílias nobres que nele viam o reflexo do seu rei.

O próprio contexto é bastante singular nesse aspeto. Se realmente a refundição foi terminada por volta de 1400, havia ainda pouco tempo que a Coroa portuguesa passara sérias tribulações, com Juan I de Castela a tentar apoderar-se do trono após a morte de Fernando I, em 1383, e a regência da rainha Leonor de Teles. Essa tensão culminaria na derrota do monarca castelhano na Batalha de Aljubarrota em 1385. Já com João I como regente, seria a vez da Coroa portuguesa tentar apoderar-se de Badajoz e de Albuquerque, em 1396, mas com o mesmo grau de insucesso que o monarca castelhano, entretanto falecido. A paz entre os dois reinos chegaria mais tarde, assinada, em Segóvia, a 15 de agosto de 1402¹²³. Seriam, portanto, tentativas de domínio e expansão dos territórios dentro da península que, aos olhos do refundidor, refletiam os tempos da monarquia visigótica e apelavam a uma reunificação liderada pela Coroa portuguesa? Além disso, poderia tratar-se ainda de uma recuperação do discurso antijudaico promovido por esse rei visigodo, legitimando as ações da Coroa em relação a essa comunidade durante o séc. XIV ou incitando a uma ação mais efetiva?¹²⁴ Essa era, de resto, uma das ações destacadas no relato do reinado de Sisebuto, juntamente com as batalhas contra os *Romãaos*¹²⁵, tidos aqui como o inimigo exterior, e as suas ações de controlo do território:

«Andados seis annos do reynado del rey Sisebunto, fez fazer concelho em Sevyilha sobre razon de hũa heresyia que era levantada de hũas gentes que er am chamados acephalos. E a esta sazõ era ja arcebispo de Sevyilha Sancto Isidoro. E hũm bispo que sostiinha aquellas gentes em aquella heresyia foy chamado em aquelle

¹²¹ Hen, "A Visigothic king", p. 90.

¹²² *Crónica Moçárabe de 754*, ed. José López Pereira (Zaragoza: Anubar, 1980), p. 32. A própria historiografia tem vindo a aceitar essa conotação. Cf. Hen, "A Visigothic king", pp. 90-92.

¹²³ Maria Helena Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2008), pp. 142-147.

¹²⁴ Veja-se, no capítulo 5, a discussão em torno desta hipótese.

¹²⁵ *CGE 1344*, vol. II, p. 208.

*concelho e disputaron cõ elle e vencerõno per muytas e evy dentes razões; e foy tirado elle e todollos outros do erro em que estavã.*¹²⁶»

Nesse passo em particular o refundidor mostrava mais uma vez a sua escolha, desta vez pelo texto afonsino («*Este rey Sisebuto fizo concilio en Seuilla sobre razon duna heregia que se mouiera dunas yentes que dizien acephalos. E era estonces arçobispo del logar sant Esidro.*»¹²⁷), onde se atribuía a iniciativa do concílio àquele rei e não a Isidoro de Sevilha, como fazia o autor do *De rebus hispaniae*¹²⁸. Embora possa não estar diretamente relacionado com isso, a verdade é que o próprio Afonso X interviu no desenvolvimento de políticas jurídicas e de carácter administrativo em relação aos judeus, seguindo algumas prerrogativas emanadas pelo IV Concílio de Latrão (1215) e outras provenientes ainda do período visigótico, plasmadas tanto no *Fuero Real* como nas *Siete Partidas*, e com efeitos que se poderiam considerar como não muito benéficos para as relações entre judeus e cristãos¹²⁹. Ao optar por reproduzir o modelo de intervenção de Sisebuto e, igualmente de Afonso X, estaria o refundidor a fazer uma afirmação de exemplaridade dos monarcas? Procuraria com isso justificar as modificações legais introduzidas por João I em relação àquela comunidade ou, como dissemos, estaria antes a apelar a uma ação mais efetiva em relação a esta matéria? Ou tratar-se-ia ainda de um elemento entregue ao acaso e ao manuseamento das fontes? Com exceção desta última hipótese, que nos parece menos verosímil dada a composição minuciosa do edifício cronístico, procuramos interrogar diferentes possibilidades de interpretação. Uma resposta definitiva, porém, permanece em aberto.

¹²⁶ Idem, vol. II, pp. 208-209: «(...) *E, porque as Esturas lhe revellaron ã aquela sazõ, ãvyõu allo suas gentes que guerreassem a terra. E os Esturãõs, quando vyron a cavallarya del rey Sisebunto, tomarõse a lhe obedecer como da prymeyra. (...) Este rey lidou duas batalhas con os Romãõs e sempre os venceu e tomou delles muytas vyllas e logares.*»

¹²⁷ Afonso X, *Primera Crónica General*, p. 272.

¹²⁸ Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de rebus Hispanie*, p. 65: «*Hisidorum Hispalensem metropolitanum tunc temporis Hispania celebrabat sanctissimum, doctorem egregium et preclarum, qui anno VIIº suprafati principis Sisebuti contra achephalorum heresim apud Hispalim in secretario sancte Hierusalem concilium celebravit.*»

¹²⁹ Maya Soifer Irish, *Jews and Christians in medieval Castile. Tradition, coexistence, and change* (Washington: The Catholic University of America Press, 2016), pp. 179-189; Jonathan Elukin, *Living together, living apart: rethinking Jewish-Christian relations in the Middle Ages* (Princeton: Princeton University Press, 2007), p. 110. Para uma visão detalhada das políticas régias direcionadas a judeus e muçulmanos no mesmo período em Portugal, veja-se: Maria Filomena Barros, “Judeus, cristãos e muçulmanos no Portugal medieval”, *Praça Velha*, 36 (2016), pp. 38-42.

3.2. Traços de uma composição

Aquela que poderá ser a única indicação sobre o carácter letrado de um nobre em toda a refundição não é, todavia, particularmente esclarecedora para que a partir dela possamos inferir com segurança, atendendo não à identificação das personagens ou ao contexto, mas à própria estrutura do excerto. A passagem em questão surge na sequência de um *concelho geeral* organizado pelo *papa Urbano*, a quem o imperador Henrique III do Sacro Império teria ido reivindicar a obrigatoriedade de Fernando I de Castela-Leão *dar o tributo que lhe davã os outros reis e lhe conhecer senhorio como faziã todollos altos homẽes da cristaydade*¹³⁰. Após essa queixa, o Papa trataria de enviar algumas cartas para *amoestar* o rei, às quais este responde aconselhado pelo *conde Rodrigo*, o *Cide*, dizendo *ca Spanha fora conquistada per os moradores della per spargimento de muito sangue delles* e que não aceitaria um tal pedido¹³¹. É na sequência de um bem-sucedido enfrentamento armado com o conde *dom Reymõ*, representante do poder *del rei de França* que tentava submeter aquele rei pela força, que Fernando I faz requerer ao Papa um *cardeal pera firmar que nõunca ja mais esto demandassẽ a nõ huũ rei d'Espanha*, enviando essa mensagem pelo *conde dom Rodrigo e Alvaro Fernandez Menaya e outros mui honrrados homẽes e mui leterados*¹³².

Embora toda aquela passagem fosse completamente fantasiosa, forjada pelos cronistas do início do séc. XIV¹³³, as personagens possuíam um substrato histórico e eram identificadas com relativa facilidade pelo espaço que ocupavam na narrativa, tratando-se respetivamente de Rodrigo Diaz de Vivar, o *Cid*¹³⁴, e de Álvaro Fáñez *Minaya*, nobre próximo de Afonso VI de Castela que o *Livro de Linhagens* do Conde Pedro Afonso registava como o antepassado *domde sayrom os de Castro*¹³⁵. O mesmo não acontecia com os qualificativos de *mui honrrados homẽes e mui leterados*, que não permitiam uma clara compreensão dos seus referentes e, portanto, levantavam algumas dúvidas se poderiam incluir também aqueles dois nobres. O mesmo caso parecia mais

¹³⁰ *CGE 1344*, vol. III, p. 325.

¹³¹ *Idem*, vol. III, p. 326.

¹³² *Idem*, vol. III, p. 328.

¹³³ O carácter ficcional dos acontecimentos parece bastante claro, como se pode observar, por exemplo, pelo facto do Papa Urbano II, eleito em 1088, ter sido contemporâneo de Afonso VI e não de Fernando I, falecido em 1065. Além disso, o texto acompanha bastante de perto, ainda que com algumas alterações, aquela que seria a narrativa original, presente na pós-afonsina *Crónica de Castilla* (datada de 1300-1301). Seguimos a *Crónica de Castilla*, ed. por Patricia Rochwert-Zuili (Paris: SEMH-Sorbonne, 2010).

¹³⁴ Sobre este nobre castelhano muito se tem escrito, pelo que reenviamos para duas obras bem distintas, mas de certo modo complementares na sua abordagem à sua figura histórica: Richard Fletcher, *The quest for El Cid* (Oxford: Oxford University Press, 1991), pp. 107-186, e Gonzalo Martínez Díez, *El Cid histórico* (Barcelona: Planeta, 2007), na generalidade.

¹³⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. por José Mattoso (Lisboa: Academia das Ciências, 1980), vol. II, p. 133.

claro na passagem da *Crónica de Castilla* em que o refundidor se terá baseado: «*E con este acuerdo enbiaron al conde don Rodrigo et a Álvar Hañes Minaya, et a otros omnes buenos letrados.*»¹³⁶ Aqui, os *otros omnes buenos letrados* parece distinguir-se mais claramente dos restantes do que no passo praticamente idêntico que a refundição da *Crónica de 1344* apresentava, de algum modo mais equívoco. É possível que a intenção do refundidor não fosse adjetivar como letrados aqueles dois homens, envolvidos sobretudo em façanhas guerreiras, mas a quem se dava também o privilégio de aconselhar o rei¹³⁷ e a quem consideraria como *honrrados*, tendo em conta o papel que desempenhavam na narrativa.

Com efeito, a descrição de todo o percurso do Cid é realizada com alguma minúcia e nela se inclui a figura secundária de Álvar Fáñez, de quem se dizia ser *primo*¹³⁸, aconselhando-o por diversas vezes, servindo de seu emissário ou, no caso, acompanhando-o como representante do rei. Não podemos deixar de notar que aquela relação será, como o era já no *Poema de Mio Cid*, um rearranjo de uma realidade histórica que aproximava duas personagens que terão servido causas distintas, não sendo necessariamente antagonistas¹³⁹.

Em todo o caso, sem que aquela classificação de *leterados* possa ser esclarecedora, importa ter em conta o efeito que a sua presença introduz no discurso. Desde logo, colocava-os como intermediários privilegiados no diálogo entre Fernando I e o Papa, ou seja, enquanto atores no palco das relações externas e elementos ativos na luta pela independência do reino. Era para essa dinâmica que o refundidor fazia confluir as ações dos letrados e ao serviço da qual estes colocavam as suas competências em matéria de conhecimento, funcionando como mais do que meros mensageiros: eram também homens capazes de relatar as cartas que transportavam, talvez mesmo de as discutir. Destarte, mostrava que os representantes do rei podiam rivalizar ou mesmo suplantar a *scientia atque doctrina*¹⁴⁰ dos legados pontifícios que lhe traziam as informações do conluio imperial. Além disso, transmitia a ideia de que a

¹³⁶ *Crónica de Castilla*, p. 81.

¹³⁷ «*E, depois que esto ouve dicto, el rei lho agradeceu muito e ouvesse delle por bem conselhado, por que Roy Diaz era de grande coração.*» *CGE 1344*, vol. III, p. 326.

¹³⁸ *Idem*, vol. III, p. 354. O parentesco entre ambas as personagens históricas tem sido muito discutido, embora seja mais comumente aceite que se trataria de tio e sobrinho. Cf. Milija Pavlović e Roger M. Walker, “Asil creçe la ondra a mio Çid el Campeador: The Role of Minaya Álvar Fáñez in the Poema de mio Cid”, em *Al que en buen hora naço: Essays on the Spanish Epic and Ballad in Honour of Colin Smith*, ed. por Brian Powell e Geoffrey West (Liverpool: Liverpool University Press, 1996), p. 119.

¹³⁹ Pavlović e Walker, “Asil creçe la ondra”, p. 118-126.

¹⁴⁰ Kriston Rennie, *The foundations of medieval papal legation* (Basingstoke: Palgrave, 2013), p. 116. Globalmente compreende-se que nem todos os legados papais seriam letrados ou intelectuais, embora pudessem ser esses os padrões esperados, conforme refere o autor.

entourage do monarca era também composta por aquelas gentes do saber, o que de igual forma dignificava a sua figura.

No conjunto, estes homens representavam um conteúdo de grande significado - a independência de um reino hispânico face ao domínio imperial, ainda que se tratasse de uma ficção criada *a posteriori*. Essa era uma outra luta diferente daquela que representava a ameaça interior, identificada como o Islão com o qual pugnava o Cid e que motivava as ações bélicas de expansão das fronteiras peninsulares em constante mutação, uma luta contra um inimigo exterior que reforçava a consciência de uma identidade comum no espaço peninsular, que seria mais tarde praticamente alcançada com Afonso VI, *imperator Totius Hispaniae*. Espaço esse que, ao olhar do refundidor, como podemos depreender, albergava agora o «conjunto dos acontecimentos», transferidos do Oriente ao aproximar-se o fim do curso do tempo, como escrevera Hugo de São Vítor no séc. XII¹⁴¹.

É precisamente durante o reinado de Afonso VI que surge a indicação da eleição de *dom Bernaldo*¹⁴² enquanto primeiro arcebispo de Toledo após a conquista dessa cidade em 1085. A descrição de como *dom Afonso* estaria *duvydoso se ãlegeria arcebispo em Tolledo*, por não querer *fazer força* aos *mouros* que aí habitavam, contraria em grande medida a ideia de uma vitória total e aniquiladora do inimigo. É, pois, precisamente o contrário que o refundidor apresenta quando escreve que *foyos levando per bẽ, pouco a pouco* até que pudesse construir aí a sua morada e assim fosse *pobrada a cidade dos cristãos, filhos da sancta igreja*. Esse aligeiramento da tensão entre muçulmanos e cristão revelava o carácter hierático de Toledo enquanto centro peninsular. A sua pertença temporal era, por isso, disputada num plano tático e estratégico, sem que fosse lícito expulsar ou passar a fio de espada os habitantes daquele espaço conquistado *per mercee de Deus*¹⁴³. Essa sacralidade do espaço toledano comparava-a a uma Jerusalém idealizada, onde a coexistência entre credos era defendida pelo rei que *pos amor antre os mouros e a raynha e o arcebispo ãleito*¹⁴⁴ num episódio em que este, admoestado *per pallavras* da rainha, entrara na *mizquita*

¹⁴¹ «*Et ita per diuinam providentiam uidetur esse dispositum, ut quae in principio temporum gerebantur, in oriente – quasi in principio mundi – gererentur, ac deinde ad finem profluyente tempore usque ad occidentem rerum summa descenderet, ut ex hoc ipso agnoscamus appropinquare finem saeculi, quia rerum cursus iam attigit finem mundi.*» Hugo de São Vítor, *De archa Noe*, ed. por Patrice Sicard (Turnhout: Brepols, 2001), t. I, pp. 111-112.

¹⁴² *CGE 1344*, vol. IV, p. 12.

¹⁴³ *Idem*, vol. IV, p. 13.

¹⁴⁴ *Idem*, vol. IV, p. 16.

mayor de Tolledo e deitara fora *todallas çugidades* que aí estavam *per que louvavã Maffomede*¹⁴⁵.

Nesse sentido, a eleição de um arcebispo *como fora ã outro tempo* marcava também a passagem simbólica para o poder cristão, a correção daquele erro cometido pelo rei Rodrigo quando abrira aí a porta da *casa de Ercoles*¹⁴⁶ e o regresso a essa possibilidade de completar o projeto da unidade hispânica. Também por isso se dizia que aquele arcebispo, o primeiro depois desse passo providencial no sentido da religação ao destino do espaço ibérico, *era homen bem leterado e de muy sancta vida*¹⁴⁷. Um homem duplamente marcado pela fé e pelo saber como para o refundidor haviam sido aqueles arcebispos dos tempos da monarquia visigótica, caso de Julião de Toledo ou de *Sancto Illafonso, homen de boo linhagen e muy devoto e de muy sancta e honesta vida*¹⁴⁸. Seriam não apenas os líderes religiosos do *primado d’Espanha*, mas também homens de uma espiritualidade quase mística que os levava a encontros com doutores da Igreja¹⁴⁹ ou, no caso de Ildefonso de Toledo, a própria *bẽeta Virgẽn Marya*¹⁵⁰ cuja virgindade defendera e tirara *d’Espanha tal duvyda como ã ella era*, recebendo em troca uma *vistidura* de Cristo para que fosse *cõ ella vestido de vertudes*¹⁵¹. Esse elogio agraciava não apenas o próprio prelado, mas também o reino e, em última análise, o próprio rei, honrado pelas celebrações de missa *em todallas festas sollennes do anno*.

É também nessa lógica dos letrados enquanto congregadores de honra para o rei que estes surgem em grande parte das referências que lhes faz Fernão Lopes, tanto ao serviço de Pedro I, de Fernando I como de João I. No caso de Pedro I, no entanto, não podemos falar de uma ação explícita, já que as referências a letrados nessa crónica servem para ilustrar outro tipo de questões. A ação do rei, descrita muitas vezes como «impulsiva» ou capaz de «manifestações de autêntica crueldade»¹⁵² encontrava nos elementos do desembargo régio e nos conselheiros a sua outra face, aquela que poderíamos exprimir através da metáfora das «duas faces de Jano»: à cólera, à impulsividade e à crueza dos atos responde a razão, a *gravitas* e o conhecimento. É,

¹⁴⁵ Idem, vol. IV, p. 15.

¹⁴⁶ C1344, pp. 95-96. Cf. José Carlos Miranda, “A Crónica de 1344 e a escrita profética”, *e-Spania*, 25 (2016), em <http://journals.openedition.org/e-spania/26194>.

¹⁴⁷ Sobre este arcebispo, Bernardo de Sédillac, veja-se Ramón González Ruiz, “La reorganización de la iglesia de Toledo durante el pontificado de Bernardo de Sédillac, primer arzobispo después de la reconquista (1086-1124)”, em *El Papado, la iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales del siglo XI: el traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela en 1095*, coord. por Fernando López Alsina (Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 1999), pp. 157-177.

¹⁴⁸ CGE 1344, vol. II, p. 226.

¹⁴⁹ Caso de Taio de Saragoça, CGE 1344, vol. II, pp. 221-222.

¹⁵⁰ Idem, vol. II, p. 226.

¹⁵¹ Idem, vol. II, p. 227.

¹⁵² Teresa Amado, “Crónica de D. Pedro”, em *Dicionário da Literatura Medieval Portuguesa e Galega*, dir. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), p. 183.

com efeito, com a imagem de um rei apresentado nesses moldes, referido tanto como *muito alto e mui nobre rrei, manteedor de suas leis e grande executor das sentenças*, mas igualmente como *muito gago*¹⁵³, que *veedores, escrivães ou chanceleres* entram em diálogo, literal ou metafórico, colocando a engrenagem do aparelho burocrático e jurídico a funcionar¹⁵⁴.

Encontramos com frequência o monarca junto de homens com discurso *bem rrazoado* ou a ser impedido de açoitá-lo um bispo por Gonçalo Vasques de Góis¹⁵⁵, outro membro da administração do rei, dizendo-lhe que tinha cartas para lhe mostrar¹⁵⁶. Numa proposição quase anedótica, essa estratégia acabaria por resolver uma questão que nem o conde de Barcelos, João Afonso de Telo, nem o mestre da Ordem de Cristo, Nuno Freire de Andrade - dois dos homens com maior influência no reino¹⁵⁷ - haviam conseguido. Em particular, essa situação, real ou fictícia, parecia ter sido desenhada para representar a ação contra o poder do clero que marca todo o reinado e que culminará com a prorrogação do *Beneplácito Régio*, que estabelecia a necessidade do reconhecimento régio dos diplomas papais¹⁵⁸.

¹⁵³ *Crónica de D. Pedro*, p. 17; *Idem*, p. 8; *Idem*, 7. Sobre esta última questão da gaguez, escreve Selena Simonatti: «Sin duda alguna el detalle añade a la narración una pincelada grotesca, pero además de infracción al código formal que regía la representación iconográfica de los reyes medievales, puede ser una clave de lectura fisiognómica de la personalidad de ambos reyes, ya que desde Hipócrates el tartamudeo es síntoma de cierta propensión a la saña o a las perturbaciones emocionales de la melancolía.» «Dos notas de iconografía monárquica: D. Pedro o Cru de Portugal y D. Pedro el Cruel de Castilla», *e-Humanista*, 17 (2011), p. 438.

¹⁵⁴ Não será, pois, por acaso que um dos primeiros capítulos da crónica trata exclusivamente «*Da maneira que el-rei dom Pedro tinha nos desembargos de sua casa*», *CDP*, pp. 19-21. O reinado de Pedro I continuava ainda uma política de centralização monárquica iniciada por Dinis I e desenvolvida pelo seu pai, Afonso IV, sendo por essa altura que o desembargo se começa a esboçar e a desempenhar um papel de destaque na vida política do reino, à semelhança do que aconteceu em Castela ao longo dos reinados de Afonso XI e Pedro I. Cf. Salvador Moxó, «La promoción política y social de los letrados en la corte de Alfonso XI», *Hispania. Revista española de historia*, 35, n. 139 (1975), pp. 5-30.

¹⁵⁵ Sobre Gonçalo Vasques de Góis, autêntico «primeiro ministro do despacho», veja-se Homem, *O Desembargo Régio*, p. 325-326. Não deixa de ser significativa a não identificação deste bispo, que tanto poderia ser Pedro Afonso (1343-1357) ou Afonso Pires de Soveral (1359-1372), pois as fricções do rei com o clero são conhecidas e parecem ter aqui uma representação simbólica. Conhecem-se, de resto, várias sentenças régias contra bispos, mosteiros ou a Ordem do Hospital, de tal forma que o clero surge nas Cortes de Elvas de 1361 a protestar contra as violências de que eram alvo. Cf. José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, «Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão», *Revista de História das Ideias*, 6 (1984), pp. 130-131; Maria Helena Coelho, «Bispos e Reis: oposições em torno de bens e jurisdições temporais», *Lusitania Sacra*, 2, n. 15 (2003), pp. 279-287; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367)*, ed por António de Oliveira Marques e João Dias (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986), pp. 13-27.

¹⁵⁶ *CDP*, pp. 31-32.

¹⁵⁷ João Afonso Telo foi, para além de conde de Barcelos, o primeiro conde de Ourém, título criado por Fernando I de Portugal em seu favor. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006), vol. III, p. 253; José Augusto Pizarro, «Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV» (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1987), p. 240. Por sua vez, acerca de Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo entre 1356 e 1372, veja-se Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, p. 249; João Silva, «A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)» (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2010), pp. 31-34.

¹⁵⁸ Bernardo Vasconcelos e Sousa, «O reino de Portugal (Séculos XIII-XIV)», em *História de Portugal*, dir. por Rui Ramos (Lisboa: Esfera dos Livros, 2015), pp. 128-131; António de Oliveira Marques, *Portugal na*

Num outro caso, Fernão Lopes mostra mais explicitamente como o rei se apoia em João Esteves, desembargador e *Vedor da Chancelaria*, o qual *falando el-rrei com elle hũa vez em cousas de labor*, o aconselha sobre qual a melhor forma de gerir as riquezas do tesouro e, de forma honrada, ir acrescentando valor ao tesouro, em vez de *gastar o que os outros rreis leixarom*¹⁵⁹. O rei, num registo diferente daquele que o cronista lhe tende a acentuar, responde-lhe dizendo que falava bem e que *lhe possesse em escripto* as receitas e as despesas. Quando isso lhe é apresentado, Pedro I, em pessoa, analisa com João Esteves as contas do tesouro, numa atitude de proximidade e, poderíamos dizê-lo, quase de respeito. Reconhece o trabalho desse homem, representante de tantos outros, e, acima de tudo, escuta-o, deixa-se guiar pelo seu conhecimento e, ao fazê-lo, reconhece a importância daquele grupo. No momento em que Fernão Lopes coloca lado a lado um funcionário e o rei, não sugere apenas uma imagem mais humana e menos temperamental deste último, mas transforma também aquele funcionário e o seu grupo num elemento relevante, conferindo-lhe visibilidade a si e às suas funções. Não lhe dava o título de letrados, é certo, mas desenvolvia através daqueles homens do saber uma estratégia de composição do monarca que não pode ser ignorada.

Essa delegação de competências sublinharia não apenas o papel daqueles, mas a ação do próprio rei num contexto profundamente marcado pelas crises de carácter económico e social que pontuaram praticamente toda a Europa, sendo conhecidas as medidas ao nível da agricultura, a preocupação em produzir legislação e desenvolver um sistema normativo¹⁶⁰. Fernão Lopes não o afirma nunca e chega mesmo a dizer que *tais dez anos nunca o povo vira em Portugal*¹⁶¹, negação silenciosa e doutrinária de um período histórico conturbado, mas que mantinha a imagem mais positiva possível do rei que legitimava aquela dinastia a quem o cronista estava ligado. O seu discurso sobre os momentos mais conturbados é, por isso, encapsulado, ainda que reconheça de forma implícita uma certa má gestão.

Globalmente, aquilo que observamos parece mostrar-nos uma e outra face de algo maior, de um poder que ao longo de todo o século XIV se consolida e que culminará nas reformas administrativas e jurídicas levadas ao longo dos reinados de João I e Duarte I. Exemplo disso seriam as chamadas *Ordenações de D. Duarte*, tentativa de

crise dos séculos XIV e XV, vol. 4, «Nova História de Portugal» (Lisboa: Presença, 1987), pp. 377-379; *Cortes Portuguesas*, pp. 26-27.

¹⁵⁹ CDP, p. 53.

¹⁶⁰ Sousa, "O reino de Portugal", p. 128; Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Lisboa: Temas e Debates, 2008), p. 182 e seguintes.

¹⁶¹ CDP, p. 198.

recolha, compilação e sistematização de um *corpus* legislativo delimitado que abrangesse todo o reino, para o qual trabalharam os juristas da Coroa e talvez mesmo o próprio rei¹⁶². Assim, na primeira das suas crónicas descreve-nos os procedimentos do desembargo e os seus funcionários, apresenta-nos a outra face do poder, oposta à do rei violento e impulsivo. A representação de cada um dos lados acentua os traços do outro, os matizes da justiça tingem os da razão e ajudam-nos a compreender os seus contornos.

No raio de ação de Fernando I, por oposição, os letrados parecem funcionar sobretudo em contracorrente, isto é, contra a vontade do monarca, como veremos adiante. Apenas numa ocasião se faz referência ao termo por relação com o rei: aquando das tréguas assinadas com Henrique II de Castela, durante as guerras fernandinas, assinalando como as penas acordadas, *assi ecclesiasticas come seculares que mayores nom podiam ser postas em escriptura a vista de leterados*, deveriam cair sobre qualquer um dos reis que *quebrantasse estas pazes*¹⁶³. Nem mesmo essa imposição garantiria uma paz duradoura, dado que logo após a morte do rei, em outubro de 1383, a sucessão dinástica originava graves dissensões internas. Quem assumia a regência do reino era a rainha Leonor Teles, recebendo a designação de «*Dona Lionor pella graça de Deus rainha governador e rregedor dos rregnos de Portugall e do Algarve*», *per acordo dos senhores e leterados de seu consselho*¹⁶⁴. Filha de Martim Afonso Telo de Meneses e de Aldonça Anes de Vasconcelos, membros de duas linhagens da alta nobreza portuguesa, e sobrinha de João Afonso Telo de Meneses¹⁶⁵, conde de Barcelos e magnate que representa em Fernão Lopes uma personagem destacada e referida através de diversos atributos, tanto positivos como negativos. Para o cronista representaria a garantia da independência de Portugal frente a Castela, sendo-lhe atribuída a regência pelos senhores e letrados. Estes passavam assim a figurar simbolicamente ao lado dos senhores do conselho régio, essa nobreza se arrogava a herança daqueles homens que haviam *andado a filhar o reino de Portugal* aos mouros, como escreviam os autores dos *Livros de Linhagens*. A garantia da legitimidade da monarquia num momento em que esta estava bastante fragilizada ficava, assim, também entregue a esse grupo. Os seus membros deixavam agora de

¹⁶² *Ordenações del-rei Dom Duarte*, ed. por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988).

¹⁶³ *CDF*, p. 287.

¹⁶⁴ *CDF*, p. 593.

¹⁶⁵ Sobre a família Teles de Meneses, de onde provinha a rainha, veja-se: Nuno Campos, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)* (Lisboa: Colibri, 2004), pp. 31-40.

ser o motor intelectual, burocrático e jurídico da Coroa, para passarem a figurar como zeladores da regência que haviam acordado.

Mais clara é relação de João I com os letrados, agora designados explicitamente como tal. São eles que, em diversas ocasiões, cumprem as suas vontades e agem no sentido de providenciar uma governação isenta de percalços. Essa composição é evidente desde muito cedo, aquando da escolha do *seu Chamceller moor o doutor Joham das Regras que era mui gram letrado*¹⁶⁶, homem que norteará as suas ações e que será como que o modelo de todos os letrados que gravitam em torno do monarca¹⁶⁷. Ainda assim, não será o único. Vemos como o cronista apresenta um rei que se faz rodear de homens do saber, fossem-no de facto ou não, e lhes delega a presença em algumas das ações mais significativas.

Nesse plano, os letrados surgiam desde logo como a garantia da paz com *el-Rey de Castella* para que este se não *chamasse Rey destes reynos e esteuessem de sua mão essas villas e logares*, sendo da sua responsabilidade as *sentenças e escryturas dadas per portuguesses, homeens letrados, hofyçiaees que foram del-Rey dom Fernando*¹⁶⁸. Era deles, portanto, a responsabilidade pela redação do acordo, pondo em evidência uma certa incapacidade de ser o próprio rei a estabelecer aqueles pontos, como de resto se depreendia das cláusulas que estabelecera aquando do casamento da infanta Beatriz com Juan I de Castela e que tinham redundado na crise dinástica de 1383-1385. A ação dos letrados seria, por isso, providencial no estabelecimento de um pacto com o monarca castelhano que não pusesse em causa a independência portuguesa.

Um outro caso reporta-se a um eclesiástico, *Rui Louremço, Dayam de Coimbra, gramde letrado*, presente nas Cortes de Coimbra de 1385 juntamente com *outras homrradas pessoas ecclesiasticas*¹⁶⁹, quando precisamente João das Regras faz a defesa retórica da legitimidade de João I, e que surge numa outra ocasião em que Nuno Álvares Pereira intencionava sair do reino porque *el-Rey avya por seruyço seu de lhe tirar parte das terras que lhe dadas tinha, por a qual rezam se elle nam entendia soportar como a sua honrra pertença com as que de lhe ficar ouuessem*. O rei, sabendo dessa vontade de *hir fora do reyno a buscar a sua vida*, envia Rui Lourenço para que

¹⁶⁶ CDJ, vol. I, p. 48.

¹⁶⁷ Sobre a exemplaridade de João das Regras na *Crónica de D. João I* veja-se o penúltimo capítulo desta dissertação.

¹⁶⁸ CDJ, vol. II, p. 265.

¹⁶⁹ CDJ, vol. I, p. 344. Acerca da figura histórica de Rui Lourenço, clérigo, licenciado em Degredos e Deão de Coimbra, e «um dos mais destacados membros da “primeira geração” dos oficiais joaninos, ver: Homem, *O Desembargo Régio*, pp. 382-383.

persuadissem a ficar, *como letrado que era*, através da enunciação de muitas *rezoões boas*¹⁷⁰. Não sendo suficientes para demover o Condestável, envia depois *Fernam Rodriguez, Mestre de Avis*¹⁷¹, *notavel pessoa e avomdoso de muyta rezam*, sem sucesso, e por último *dom Joham*, bispo de Évora¹⁷² e *perllado de boa autoridade*, que o consegue finalmente convencer a não abandonar o reino.

O pormenor interessante deste episódio reside no facto de, mais do que assinalar a importância daquele prelado eborense que havia sido um dos enviados à cúria do Papa Urbano VI com o intuito de pedir o reconhecimento da legitimidade do monarca¹⁷³, estabelecer uma hierarquia dignificante através daquilo a que poderíamos dar o nome de uma «prova de honra». Assim, ao bispo João Eanes atribuía simbolicamente o lugar mais elevado, em sinal do sucesso que obtivera na sua viagem a Roma em busca da confirmação do título régio. Atrás dele, com igual grau de insucesso, deixava um membro de uma Ordem militar e um letrado, figurando como elementos representativos da hierarquização social que Fernão Lopes propusera já noutra lugar da mesma crónica. Parecia assim jogar com as próprias categorias sociais e as suas representações, num episódio que tanto poderia acumular de fictício como de real, e que serviria ainda como uma manifestação de um outro tema: a glorificação de Nuno Álvares, evidente nessa utilização de alguns dos homens de maior importância no reino para o dissuadir e que fazia lembrar as muitas tentativas goradas de convencer Aquiles a combater os dardânidas no poema homérico¹⁷⁴. O líder da hoste portuguesa em Aljubarrota e Condestável do reino era possivelmente, além do mais, a outra personagem principal da crónica, em virtude até da utilização que Fernão Lopes fazia da *Coronica do Condestabre*¹⁷⁵. Na qualidade de herói, surgia aos olhos do cronista como um

¹⁷⁰ CDJ, vol. II, p. 322-323.

¹⁷¹ Fernão ou Fernando Rodrigues Sequeira foi Mestre da Ordem Militar de Avis desde 1387 e 1433. Cf. Cristina Pimenta, "A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)", em *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, dir. por Luís Adão da Fonseca (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997), pp. 175-181.

¹⁷² Também membro do Conselho do rei João I, João Eanes é um dos prelados presentes nas Cortes de Coimbra de 1385. Ocupou a Sé episcopal de Évora até 1404. Hermínia Vilar, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Estampa, 1999), pp. 97-99; Armando de Carvalho Homem, "Os conselheiros de D. João I", em *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), p. 262.

¹⁷³ Vilar, *As dimensões de um poder*, pp. 97-98.

¹⁷⁴ Sabemos que uma tradução galega prosificada do *Roman de Troie*, de Benoît de Sainte-Maure, circulava nos finais do séc. XIV com o nome de *Crónica Troiana*, mas que teria existido também uma versão portuguesa (desaparecida) e uma tradução castelhana, conservada como *Historia Troyana*. Não seria, portanto, de estranhar que Fernão Lopes tivesse conhecido esse episódio e o tivesse usado como exemplo. Ramón Lorenzo, "Crónica troiana", em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (Lisboa: Caminho, 1993), pp. 192-193.

¹⁷⁵ Na edição de Adelino de Almeida Calado, *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira* (Coimbra: Coimbra Editora, 1991).

predestinado que havia completado o plano divino da eleição do Mestre de Avis e da independência do reino:

«Outros screpvem isto per contrario, e desta opiniom nos praz mais, dizemdo que em casa deste Prioll dom Alvaro Gomçallvez, amdava hũu gram leterado e mui profumdo astrollogo, que chamavam meestre Thomas. E per este comtom que soube o Prioll, que hũu de seus filhos avia de seer veemçedor de batalhas, e que este era NunAllvarez Pereira.¹⁷⁶»

Era esse plano, o do nascimento em boa hora e com um destino previamente traçado¹⁷⁷, revelado por intermédio de um letrado¹⁷⁸, que colocava aquele descendente dos Pereira num lugar destacado da crónica. Mas mesmo nesse quadro, e sem retirar qualquer valor ao Condestável, o cronista voltava a sublinhar a ação dos letrados, já não apenas como elementos ao serviço do rei, como era o caso de Rui Lourenço, mas também como agentes perscrutadores das ordens cósmicas, terrenas e salvíficas, capazes de encontrar nos astros a grandeza do homem que viria a afastar as negras nuvens da subjugação perante o inimigo castelhano. Note-se como essa informação é incluída quase lateralmente em relação ao tema da crónica, razão que leva Fernão Lopes, como que tomando consciência do desvio temático que faz, a apontar as *razões*¹⁷⁹ para incluir os dados sobre o Condestável, mas, ainda assim, a forma como alimenta o seu substrato simbólico.

Também Pedro I de Castela, segundo o cronista, se socorre dos saberes dos letrados na procura pela *certidom que lhe podiam aquecer*. Para isso recorreria não somente aos *leterados de sua terra, mas ainda a Graada mandava perguntar a Abenahatim mouro, grande sabedor e fillosofo*¹⁸⁰, mostrando que a sua sede de

¹⁷⁶ CDJ, vol. I, p. 58.

¹⁷⁷ Não apenas pela astrologia, mas inclusive pela linhagem de que provinha, como acentuava a refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), pp. 323-334; João Gouveia Monteiro, *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do condestável* (Lisboa: Manuscrito, 2017), pp. 70-71.

¹⁷⁸ Próxima da herança árabe, a astrologia medieval desenvolvida na Europa via na posição macrocósmica dos planetas o reflexo do microcosmos humano, criado por Deus e colocado no centro cosmológico do universo, procurando naquelas relações interplanetárias as explicações para o quotidiano temporal. Dividia-se nos finais da Idade Média em quatro grandes ramos – natividades, revoluções, eleições e interrogações. Seria através do primeiro deles que o astrólogo, neste caso Mestre Tomás, seria capaz de predizer o futuro do filho de Álvaro Gonçalves Pereira. Para tal, seria necessário conhecer com precisão a data, o local e a hora do nascimento, assim como a posição dos planetas, informações que não seriam muito comuns e até difíceis de obter fora da Corte. Esse dado tornaria ainda mais importante aquela previsão, já por si decisiva para os destinos do reino. Jean-Patrice Boudet, “Astrology”, em *Medieval science, technology, and medicine. An Encyclopedia*, ed. por Thomas Glick, Steven Livesey e Faith Wallis (Abingdon: Routledge, 2005), pp. 62-63; Jim Tester, *A History of Western Astrology* (London: Boydell, 1996), pp. 197-198.

¹⁷⁹ CDJ, vol. I, p. 55.

¹⁸⁰ CDF, p. 153.

conhecer o futuro o levava mesmo até esse reino de Granada, com quem o rei Fernando I de Portugal estabeleceria um Tratado de aliança em 1369, ao mesmo tempo que acordava uma igual aliança com Aragão e Navarra, na tentativa de sufocar o reino castelhano governado por Henrique II de Trastâmara¹⁸¹. À parte disso, ou talvez por isso, Fernão Lopes colocava esse *Abenhatim mouro* entre os letrados que através da astrologia desvendavam o conhecimento das coisas e sobretudo aquelas *cousas que aviam de vïr*¹⁸², revelando não só as movimentações políticas, mas talvez mesmo uma noção de que o conhecimento congregava e admitia diversos credos religiosos e esse grupo dos letrados poderia receber, na sua conceção, gentes de diversas crenças. Depreendemos, no entanto, de escassos dados.

Será também o próprio Nuno Álvares quem entra no conjunto daqueles servidores do rei num episódio de instituição de tréguas entre Portugal e Castela, em 1398, quando *comvinha tempo dasessego sem outra discordia antre os pouoos*¹⁸³. Aí, quando *tal recado vyo*, faz-se acompanhar do mesmo Rui Lourenço, *bacharel em degredos*, e de outro *famosso leterado que chamauam Alvaro Perez Escolar*¹⁸⁴, para mostrarem os agravos que o seu rei havia recebido da parte de seu *averssairo* e procurarem um entendimento entre as partes. É interessante notar como o cronista colocava ao lado do Conde Nuno Álvares aqueles homens do desembargo, como que simbolizando a necessidade de este se fazer acompanhar por letrados nessa missão. Mas repararemos também como se acrescentava, assim, um outro letrado à lista dos que serviam o monarca português, ainda que indiretamente. Além disso, não podemos deixar de ver nesta situação o fortalecimento das relações de João I com aqueles homens do desembargo, vincando a necessidade de os incluir nas mais diversas ações de administração do reino e das suas políticas. Era o caso daquela negociação que só chegaria a bom porto quatro anos depois, em outubro de 1402, com um acordo de tréguas por dez anos estabelecido em Segóvia¹⁸⁵, mas em que os letrados haviam estado desde a primeira hora.

¹⁸¹ Gomes, *D. Fernando*, pp. 98-102.

¹⁸² Não temos conhecimento de um filósofo granadino com aquele nome, provavelmente Ibn Hatim, para o período em questão. Tratar-se-ia de uma referência à embaixada de Ibn Khaldūn, descrita pelo próprio como tendo acontecido em 1362 ou 1363, a Pedro I de Castela? Jean-Pierre Molénat, “Encore sur la rencontre d’Ibn Khaldūn et de Pierre le Cruel à Séville”, em *Al-Rihla entre l’Orient et l’Occident*, coord. por Hammam Mohammed (Rabat: Université Mohammed V, 2003), pp. 17-22; Abdeslam Cheddadi, “A propôs d’une ambassade d’Ibn Khaldūn auprès de Pierre le Cruel”, *Hespéris-Tamuda*, 20-21, (1983), pp. 5-23.

¹⁸³ *CDJ*, vol. II, p. 385.

¹⁸⁴ Álvaro Peres terá desempenhado as funções de clérigo, cónego de Lisboa, bacharel em Leis, ouvidor, *Juiz dos feitos* de João I entre 1391 e 1405 e ainda seu procurador entre 1402 e 1405. Homem, *O desembargo régio*, p. 283.

¹⁸⁵ Coelho, *D. João I*, pp. 146-147.

Tal como estavam presentes nas ações que visavam aproximar o monarca de uma espiritualidade que chegasse a um maior número de pessoas, escrevendo o cronista como aquele fizera com que *grandes leterados* traduzissem *em linguagem os auangelhos e autos dos apóstolos e epistollas de Sam Paulo e outros spirituaes liuros dos santos*, para que *aquelles os ouuissem fossem mais deuotos açerca da lley de Deus*¹⁸⁶. Ou ainda na afirmação do apoio a Roma na questão do Cisma, embora neste caso a inultrapassável prudência do rei, que *nom embargando jsto e outras cousas que lhe razoaram, por moor cautella e auondamento*, isto é, por querer fazer saber ao novo Papa que estava por Roma, não aceitasse as indicações dos seus homens *do conselho que eram leterados* e que haviam dito ser escusado pedir uma nova confirmação do título régio, *ca pois o Papa Vrbano com el despensara*¹⁸⁷. Em ambos os casos, era a vontade do rei que liderava as ações dos letrados ou as contradizia, procurando o apoio da Igreja e solidificando as suas ligações à Sé de Roma durante o Cisma, mas simultaneamente entrando no domínio do espiritual para ordenar aos letrados que, através dos seus conhecimentos, aproximassem os iletrados e os desconhecedores de latim dos textos sagrados. Essa ação, que parece ter sustentação histórica¹⁸⁸, participava de um plano em que as traduções e a produção literária ganhavam uma importância renovada, plano esse que seria depois continuado por Duarte I, ele próprio autor do *Leal Conselheiro*, e mais tarde por Afonso V.

Era ainda com recurso aos letrados que Fernão Lopes expressava a vontade da rainha Catarina de Lencastre obter a paz já depois de 1402, aconselhando o marido, Henrique III de Castela, ao declarar-lhe que *ella ouuyra dyzer a lleterados que seu padre se ouuera tão mal acerca dos trautos que sobre tal sobçessam foram feytos, que seu deryto era muy dovidosso*¹⁸⁹. Era, portanto, com base no juízo dos letrados que lhe dizia que *era bem aver paz*, aceitando aquela visão de um *deryto* duvidoso sobre Portugal. As palavras do cronista são, a este título, suspeitas, mas ainda assim representativas talvez da sua vontade de uma paz duradoura. Mas também reveladoras, pela posição assumidamente favorável com que tratava o pai de Catarina de Lencastre, João de Gand, Duque de Lancaster¹⁹⁰, igualmente pai de Filipa de Lencastre, a mulher

¹⁸⁶ CDJ, vol. II, p. 2.

¹⁸⁷ CDJ, vol. II, p. 254.

¹⁸⁸ Saúl Gomes, "As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV", *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 33 (2010), pp. 175-176.

¹⁸⁹ CDJ, vol. II, p. 406.

¹⁹⁰ Sobre esta figura fundamental no xadrez político e diplomático da península ibérica do final do séc. XIV, que casou em segundas núpcias com Constança, filha de Pedro I de Castela, de quem teve Catarina de Lencastre, e que chegou a intitular-se rei de Castela e Leão, veja-se Manuela Santos Silva, "John of Gaunt, duque de Lancaster, rei de Castela e Leão: a 'praxis' de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos", em *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval. A Guerra e a Sociedade na Idade*

de João I de Portugal. Era a ele que atribuía a possibilidade do Tratado de Windsor, em 1386, que estabelecia uma aliança entre Portugal e Inglaterra, mas também pelos assédios anglo-portugueses ao reino castelhano nesse mesmo ano e em 1387¹⁹¹, ainda que fracassados, mas que reduziam as hipóteses de um novo projeto de invasão do reino português pelo soberano vizinho.

Talvez por isso, o faça rodear por *senhores e leterados que com el vinham*¹⁹² ou mencione como seria escusado levar os seus direitos à *posissam dos ditos regnos* de Castela e Leão *em disputaçam de leterados*¹⁹³, copiando os termos da sua fonte, o chanceler castelhano Pedro López de Ayala, praticamente *ipsis verbis*¹⁹⁴. Num passo, no entanto, distancia-se de Ayala, afirmando claramente como *pareçe muyto o comtrairo do que aquel autor por mal dizer scpreueo açerca de taaes feitos*¹⁹⁵. Aí, discordante do texto castelhano, que segue descrevendo as Cortes de Briviesca, afirma como chegou a João de Gand *huum leterado do comselho del-Rey* Juan I de Castela *por cousas algumas que lhe per el mandaua dizer*. Sem revelar o teor da mensagem, o cronista revela sim a resposta do Duque de Lancaster, que cedia perante a incapacidade de fazer frente ao monarca castelhano:

«Outrossy uos agradeçemos muyto e temos em mesura a cortessya e nobreza que contra nossa filha mostraees, e de uossos rricos doões que uos prougue de lhe dar e da booa hordenamça que auees feita pera mantimento della e de seu estado e do que com ella estom; por o quall nos somos muyto theudo a fazer por homra vossa e de uossas cousas assy como per nosas mesmas, e fyamos em Deus que nos ponha em tal estado que vollo possamos conhecer como compre a nossa homra e vossa. Muy noble e muyto homrado e poderoso Rey, nosso parente e amygo, nosso Senhor Deus uos aja todo tempo em sua guarda (...).¹⁹⁶»

Média (Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009), pp. 159-171; Anthony Goodman, *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe* (Abingdon: Routledge, 2013), pp. 111-143; Coelho, *D. João I*, pp. 148-154.

¹⁹¹ Coelho, *D. João I*, pp. 129-137.

¹⁹² CDJ, vol. II, p. 192. Pedro López de Ayala (*Crónicas*, ed. por José-Luis Martín, Barcelona: Planeta, 1991, p. 621), que será a fonte do cronista, é menos contido nesta passagem, referindo que *el duque ovo su consejo con los señores e caballeros, e con letrados grandes que con él venían*.

¹⁹³ CDJ, vol. II, p. 195. O trecho de Ayala segue: *E por ende mi señor el rey, e mi señora la reyna doña Constanza, su mujer, non han por qué poner su derecho en disputación de letrados, salvo seyendo él e mi señora la reyna, su mujer, restituidos en la posesión de los regnos de Castilla e de León (...)*. Pedro López de Ayala, *Crónicas*, p. 624.

¹⁹⁴ Pensamos especificamente numa outra passagem, que pouco deixa à interpretação: *E, señor, se algunos letrados ha que contra esto quisieren decir algo, yo so presto para lo disputar, e provar por derecho que es así como yo digo*. (Pedro López de Ayala, *Crónicas*, p. 621). Que encontramos apenas traduzida em Fernão Lopes: *E se aquy, Senhor, ha alguuns leterados que comtra esta razom alguuma cousa dizer queiram, eu som prestes pera tal disputaçam e prouar per dereito todo esto que digo* (CDJ, vol. II, p. 192).

¹⁹⁵ CDJ, vol. II, p. 244.

¹⁹⁶ Idem.

A sua saída de cena era, como assinalava Fernão Lopes, a de um nobre com a sua honra intacta. Além do mais, como resultado da sua campanha na península, em que investira grandes somas de dinheiro, deixava duas filhas como rainhas. Negociaria ainda os termos da sua renúncia ao trono castelhano, partindo depois para Inglaterra, onde morreria em 1399, sem chegar a ver o seu filho Henrique sentado no trono¹⁹⁷. A essa coroação responderiam logo em 1400 os apoiantes de Ricardo II com uma revolta a que os cronistas dariam o nome de «Epiphany Rising»¹⁹⁸.

3.3. Entre a espiritualidade, o saber e a Coroa

Os encontros entre a fé e o saber são frequentes na cronística, dado que uma grande parte dos letrados são também identificados como membros do clero¹⁹⁹. Embora essa relação se manifeste noutros aspetos, algumas das referências a letrados são particularmente interessantes na forma como associam o saber, a fé e o poder régio. É o caso da *Crónica de 1344*, onde *Tajom*, ou *Taio*²⁰⁰, bispo de Saragoça entre 651 e 664, que *era homem muy letrado e amava muyto os livros das Sanctas Scripturas*, é enviado pelo rei Chindasvinto a Roma procurar o *livro dos Moraaes* (ou *Moralia in Job*), que fez *Sam Gregorio sobre Job*²⁰¹. Depois de uma experiência quase mística, em que encontra o próprio Gregório Magno e com ele estabelece uma conversação que lhe revela onde poderia encontrar o livro por entre tantos outros que se guardavam em Roma, *veeosse pera el rey Cindasundo, que o recebeu muy bem*. Esse regresso para o rei não deixa de ser simbólico, na medida em que substitui a ideia de *regresso à península*, fixando por

¹⁹⁷ Silva, “John of Gaunt”, pp. 168-169.

¹⁹⁸ *Chronicles of the Revolution: 1397-1400. The Reign of Richard II*, ed. por Chris Given-Wilson (Manchester: Manchester University Press, 1993), pp. 224-229.

¹⁹⁹ Na globalidade, estes representam 34% das referências a letrados. O que corresponde respetivamente a 8 das 12 referências a letrados na *CGE 1344* (o equivalente a 66.7%), 2 das 3 referências na *C1419* (66.7%), 1 das 3 referências na *CDP* (33.3%), 2 das 8 referências na *CDF* (25%) e 6 das 25 referências na *CDJ* (24%).

²⁰⁰ Para uma descrição do percurso desse bispo: Jorge Ayala, “Escritores eclesiásticos del siglo VII: Braulio y Tajón de Zaragoza”, *Revista Española de Filosofía Medieval*, 4 (1997), pp. 30-34; José Orlandis, *Semblanzas Visigodas* (Madrid: Rialp, 1992), pp. 128-141. A sua obra mais importante será aquele *Sententiarum libri V*, os *Cinco livros das sentenças*, onde recolhe grande parte da doutrina que Gregório Magno expusera no *Moralia in Job*, o livro de que fala a crónica. Note-se que também Taio, como outros letrados referidos na *CGE 1344*, expõe algumas ideias sobre a relação com os judeus em três das secções do livro, fazendo notar que estes se haviam tornado um «povo infiel» após a vinda do Messias, que «coxeava de um pé» porque apenas aceitava o Antigo Testamento ou que nos final dos tempos se converteria e seria acolhido pela Igreja. Carlos del Valle Rodríguez, “Tajón de Zaragoza (ca. 600-680)”, em *La Controversia judeocristiana en España: (desde los orígenes hasta el siglo XIII): Homenaje a Domingo Muñoz León*, ed. por Carlos del Valle Rodríguez (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998), pp. 113-114.

²⁰¹ *CGE 1344*, vol. II, pp. 221-222. O mesmo episódio é relatado na *Crónica Moçárabe de 754*, pp. 40-41. Sobre essa viagem veja-se em particular José Madoz, “Tajón de Zaragoza y su viaje a Roma”, em *Mélanges de Joseph de Ghellinck* (Gembloux: Duculot, 1951), pp. 345-360.

esses termos a relação com um monarca que terá desenvolvido uma relação privilegiada com a produção literária da época²⁰². Pensa-se que Chindasvinto terá tido um importante papel no desenvolvimento de uma nova codificação das leis do reino visigótico, promulgadas depois por Recesvinto em 654, um ano depois da morte do rei²⁰³. Todo aquele episódio em busca de um livro que *ante nō avya* na Hispânia permitiria ao cronista dar conta dessa ligação à produção escrita para lá das fronteiras do reino, sobretudo, àquela de origem religiosa. Taio de Saragoça funcionaria assim não apenas como o letrado que trouxera o *livro dos Moraes*, mas também como o intermediário do rei na procura dos elementos da sua espiritualidade.

Esse caso exemplifica uma relação que parece ser particularmente evidente na *Crónica de D. João*, uma vez que a proximidade dos franciscanos à Coroa assume aí um papel fundamental. Com efeito, esse homens aparecerão em momentos-chave da narrativa, servindo o discurso cronístico e ilustrando a relação peculiar que a dinastia de Avis desenvolveria com a espiritualidade franciscana. O primeiro desses momentos desenrola-se no contexto do cerco de Lisboa, em 1384, conduzido pelas forças de Juan I de Castela, pretendente ao trono vacante de Portugal que invocava para o efeito o casamento em segundas núpcias com a única filha de Fernando I de Portugal, Beatriz²⁰⁴. O pormenores do assédio são descritos por Fernão Lopes com um detalhe quase presencial, embora saibamos que dificilmente lá poderia ter estado, dado que seria ainda muito jovem, e que muitas das tribulações por míngua de mantimentos e dos sofrimentos que descreve serão muitas vezes claramente exacerbados em função da retórica propagandística que servia²⁰⁵.

Os exemplos multiplicam-se apresentando sempre o mesmo estado de privação, os motivos quase apocalípticos misturados com a tenacidade espartana e guerreira que mantinham contra o inimigo, a angústia do futuro rei João I com toda a situação²⁰⁶. O único auxílio para as gentes, segundo o cronista, seriam as *missas e preegações*, encomendando aos eclesiásticos as súplicas a Deus pelo estado da cidade. Assim,

²⁰² Um estudo de síntese sobre essa relação encontra-se em Roger Collins, "Literacy and the Laity in Early Medieval Spain", em *The Uses of Literacy in Early Medieval Europe*, ed. por Rosamond McKitterick (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), pp. 109-133.

²⁰³ Paul King, "King Chindasvint and the First Territorial Law-code of the Visigothic Kingdom", em *Visigothic Spain: New Approaches*, ed. por Edward James (Oxford: Clarendon Press, 1980), pp. 131-157, lança a hipótese de ter sido esse monarca visigótico, e não Recesvinto, o impulsor do código. Para uma visão mais abrangente sobre os dados da questão veja-se Roger Collins, *Visigothic Spain. 409-711* (Oxford: Blackwell, 2004), pp. 81-83.

²⁰⁴ É particularmente útil a síntese de César Olivera Serrano, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara* (Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005), pp. 81-91. Cf. também Gomes, *D. Fernando*, pp. 208-211; Coelho, *D. João I*, pp. 40-41.

²⁰⁵ Sobre o cerco veja-se o estudo exaustivo, sobretudo do ponto de vista militar, de Miguel Gomes Martins, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384* (Lisboa: Prefácio, 2005), pp. 45-65.

²⁰⁶ CDJ, vol. I, pp. 268-271.

quando em setembro de 1384, pouco mais de três meses depois do início do cerco, o rei de Castela retira a suas forças, essa profissão de fé aparece como a fonte tutelar de toda a resistência. O que permite a Fernão Lopes realçar ao mesmo tempo os sofrimentos padecidos pelas gentes das cidades que, não obstante a degradação por que haviam passado, seguiam fiéis e, obviamente, os intercessores junto da providência divina que haviam conseguido obter a sua benevolência. Talvez por isso, a primeira ação da comunidade lisboeta quando Juan I retira a suas tropas é ordenar uma procissão²⁰⁷. Nessa celebração seguem dois intercessores. O primeiro deles seria:

«(...) o homrrado dom Joham Escudeiro, Bispo que entom era dessa çidade, que partio descallço, da egreja cathedrall da See, rrevestido em pomtificall com o Copo de Deos nas mãos, o mais honesto e honradamente que sse fazer pode, muito acompanhado doordeês e clerezia, e desi do Meestre com todo outro poboo.²⁰⁸»

Tratava-se de João Anes Escudeiro, bispo de Lisboa entre 1384 e 1394 e depois primeiro arcebispo dessa mesma cidade até 1402 e um dos fautores do acordo de paz com Castela²⁰⁹. Era, assim, uma personagem ilustre que guiava a procissão e à qual dificilmente se poderia comparar o segundo dos intercessores. Não obstante, o cronista dirige-se a ele como *huũ grande e notavell pregador mui letrado em teholesia, chamado per nome mestre Rodrigo de Simtra da Hordem de sam Framçisco*, acrescentando ainda que este teria feito *hũa sollemne e comprida preegaçom, mui bastamente teçida de textos das Samtas Escrituras, que a seu proposito mui sabedormente trouve*²¹⁰. Embora os seus papéis fossem narrativamente complementares, quando olhamos de forma mais atenta a seleção de palavras que o cronista utiliza para cada um deles, vemos como a comparação entre as duas personagens intercala motivos bem distintos para cada uma delas. A figura do bispo João Anes Escudeiro aparece como uma figura piadosa, de gestos honestos e honrados, que se faz acompanhar pelos eclesiásticos e pelo próprio rei. Mas esses adjetivos e elementos qualificadores, se claramente favoráveis, não deixam de ser em certo sentido impessoais, apontando sobretudo os gestos e os homens de quem se faz

²⁰⁷ Se este meio de chegar a Deus por intercessão de Cristo, da Virgem ou dos Santos, será a ampliação ao espaço público da devoção – extravasando, por isso, o espaço fechado e sagrado da igreja -, este tem também a particularidade de congregar os homens e mulheres da cidade num ritual comunitário e participativo onde o mediador teria um papel fundamental. Tinha também a particularidade de levar o sagrado às ruas da cidade e com isso sacralizar ou abençoar o espaço intramuros. António Camões Gouveia, “Procissões”, em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. por Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), vol. 4, pp. 67-68.

²⁰⁸ CDJ, vol. I, p. 277.

²⁰⁹ Armando Martins, “João Anes Escudeiro”, em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes (Lisboa: Horizonte, 2018), pp. 459-484.

²¹⁰ CDJ, vol. I, p. 277.

rodear. Os adjetivos que qualificam aquele franciscano, Rodrigo de Sintra²¹¹, pelo contrário seguem o modelo franciscano do exemplo pela ação, acentuando o *mui leterado* e o *grande e notavell preegador*, ecoando aí não apenas a *fama*, mas também a *eloquentia* que diferenciava os pregadores, mas mesmo a *sapientia* a que estavam associados os letrados ou a *scientia* que rodeava aqueles indivíduos formados nas universidades²¹².

Essa adjetivação apresentava-o como um homem de fé, tal como o bispo João Anes, mas também um homem que havia seguido o *cursus honorum* dos estudos universitários, essa outra via de acesso ao poder que, segundo Jacques Le Goff, se juntava às já existentes no medievo: o nascimento, a riqueza e o acaso²¹³. Por isso, o cronista valorizava também aquele título de *Mestre em Teologia*, pouco frequente na cronística tardomedieval que analisamos²¹⁴. Esse franciscano representava, assim, um elemento de ligação entre aquela espiritualidade franciscana e o saber universitário, tornando-o homem indicado para conduzir o sermão com que terminava a procissão solene. A sua valorização fazia-se tanto ao nível da função que exercia na narrativa, de carácter mais explícito, como ao nível da adjetivação e distinção retórica que assumia uma aparência mais implícita. A sua pregação, reconstruída por Fernão Lopes, levava como tema *Misericordiam fecit nobiscum*, que o próprio cronista traduz por *Gram misericordia fez o Senhor Deos com nosco*, e seria sobretudo um exemplo da sua capacidade de educar as gentes, de as informar doutrinando-as²¹⁵. Seguindo esse tema, condena um *Portugall* que *contra Portugall pelleja*, aludindo à guerra civil que grassara no país, mas também ao cerco que comparava àquele da *gram çidade de Samaria que çercou Benabad, Rei de Siria, no tempo do propheta Heliseu*, e à Jerusalém *çercada por Senacharib, Rei de Assur, seemdo estomçe Ezechias Rei della*²¹⁶. O seu *exemplum*

²¹¹ Rodrigo de Sintra foi um dos confessores do rei e um dos seus pregadores, juntamente com outros franciscanos como Afonso de Alprão, Fernando de Astorga ou João de Xira, mas também dominicanos como Lourenço Lampreia ou Vicente de Lisboa. Coelho, *D. João I*, p. 186; José Marques, "Franciscanos e dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política", *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, anexo V (1993), pp. 53-60; Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995), pp. 119-120.

²¹² Todas elas virtudes ciceronianas que distinguiram estes homens de saber, como refere Bernard Guenée, "Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l'Université de Paris", *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 136, n. 4 (1992): pp. 683-686.

²¹³ «L'Occident n'avait connu que trois modes d'accès au pouvoir: la naissance (...), la richesse (...), le tirage au sort (...) cette promotion sociale s'est faite au moyen d'un procédé tout à fait neuf et révolutionnaire en Occident: l'examen.» Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2014), p. III.

²¹⁴ De facto, as duas únicas vezes que este título surge será para qualificar mestre Rodrigo de Sintra.

²¹⁵ Sobre essa noção da pregação como uma forma de educação, doutrinária e ideológica, veja-se o artigo de Nicole Bériou, "Un mode singulier d'éducation. La prédication aux derniers siècles du Moyen Âge", *Communications*, 72 (2002), pp. 120-123.

²¹⁶ CDJ, vol. I, p. 278. Esses motivos bíblicos, retirados sobretudo do Antigo Testamento, agigantam as proporções do acontecimento, sobredimensionando-o à escala desses acontecimentos resolvidos mediante

terminava depois com uma alocução em que comparava o rei de Castela com certo faraó egípcio referido pelo Antigo Testamento, dizendo:

«E assi ha da comteçer a elRei de Castella, que sse ell tornar a este rreino com a emtêçom que leva, que Deos lhe matara tantos dos seus primogénitos, que ssom os gramdes e homrrados de seu rreyno, com que britou a verdade que prometida tiinha, que numca mais avera voomtade de tornar a esta terra. Ell poem sua esperamça esperamça em multidõ de muita gemte, pera nos destruir sã por que, e nos esperemos em huñ soo Deos que nos livrara de suas mãos; o qual nos leixou padeçer tamtas pressas e tribullações como vistes, por termos rrazom de o mais amar quamdo nos dellas livrasse.²¹⁷»

Esta frase de tom quase profético, como quase todo o sermão, estará possivelmente mais próxima de uma autoria ficcionada de Fernão Lopes do que das palavras que originalmente teriam sido proferidas naquela tarde. O carácter que lhe atribui serve como forma de demonstrar a sapiência do letrado, o seu conhecimento tanto das Sagradas Escrituras como de um sentido cósmico e, não menos, para reforçar aquelas tribulações das gentes que haviam ilustrado o seu amor ao divino. Mas também lhe permitia estabelecer um contacto entre este momento e um outro em que a narrativa atingiria aquele que podemos considerar o seu ponto de viragem: o encontro dos exércitos português e castelhano na batalha de Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385²¹⁸.

Após a vitória do exército português, os habitantes da cidade de Lisboa saem em procissão a receber *as bamdeiras e pemdoões del-Rey de Castella e dos senhores e capitaães que en sua companhia vinham; das quaaes trazia el-Rey quatro de suas dereitas armas, que som castellos e leoões, e as de Portugal mjscladas com ellas* e isto porque *se chamaua rey dambollos regnos*²¹⁹. Para o cronista, que tratava narrativa e simbolicamente os dados da questão, tratava-se assim tanto da comemoração de uma vitória militar como do impedimento de uma união ibérica. Também por isso, o sermão que recebe os despojos de guerra volta a ser proferido por um franciscano, *frey Pedro*,

intervenção divina. De igual modo, a comparação implícita entre Ezequias, um dos reis modelares para Pedro Afonso, conde de Barcelos (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. I, pp. 66-67) e João I é também sintomática do exemplo bíblico, utilizado pelo cronista para realçar o monarca e a sua atitude perante o cerco. Encontramos também exemplos próximos destes na cronística produzida em Santa Cruz de Coimbra nos finais do séc. XII, enquadrados por Armando de Sousa Pereira, "Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII", *Lusitania Sacra*, 2, n. 13-14 (2002), pp. 120-125.

²¹⁷ CDJ, vol. I, p. 280.

²¹⁸ Para um olhar pormenorizado, desde vários ângulos, desse acontecimento, cf. João Gouveia Monteiro, "Introdução", em *Aljubarrota revisitada*, coord. por João Gouveia Monteiro (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001), pp. 3-28.

²¹⁹ CDJ, vol. II, p. 114.

frade da hordem de Sam Framçisco, gramde leterado em theologia e muy afamado de boom pregador²²⁰, de quem pouco ou nada sabemos. Não obstante, de igual modo que no exemplo anterior, voltam a aparecer as virtudes norteadoras do modelo letrado. Ainda assim, se o espaço que Fernão Lopes concedia a frei Rodrigo de Sintra estava dividido com o Bispo de Lisboa, aqui o frade franciscano ocupava a totalidade da cerimónia e tinha total visibilidade.

O seu sermão *A Domino factum est istud et est mirabile in oculis nostris* (tornando a dizer per linguagem: O muy alto Deus fez esta cousa e he marauilha ante os nossos olhos²²¹) reflete também essa condição de letrado, invocando uma vez mais as Sagradas Escrituras e as obras marauilhosas do Antigo Testamento para as comparar com aquelas de que a cidade de Lisboa havia beneficiado. Ao discurso subjaz também o discurso propagandístico, voltando aos exemplos em torno do cerco da cidade, acentuando agora o carácter milagroso da *mortindade* que assolara as tropas sitiadas e não a população lisboeta. Essa pregação resume-se, por isso, a apresentar a vitória portuguesa como uma vitória da vontade divina e, como tal, a representar João I como um monarca coroado pelos céus:

«E assy foy de feito; que ueendo o muy alto Deus sua maa vantaade [do rei de Castela] e perverssa comdyçom, naquell dia da gram bathalha lhe tolheo a homra e o reyno, e deo-o a el-Rey nosso senhor, que o bem mereçya per uertudese caualleiroso esforço (...).²²²».

Uma vez legitimada a vitória militar portuguesa e estabelecida a ligação com a presciência divina, faltava ainda a aprovação do representante de Deus na Terra. A terceira e última vez que nesta crónica aparece um frade de São Francisco em destaque será quando o Papa Urbano VI recebe os mensageiros portugueses que procuravam legitimar a nova dinastia junto da Santa Sé, garantindo que a união de João I com Filipa de Lencastre era lícita aos olhos do Papa de Roma²²³. Quando chegam esses homens com as cartas que o novo pontífice, Bonifácio IX, enviara é frei Rodrigo de Sintra quem as lê, mais uma vez apodado de *gramde leterado, mestre em teologia, muy famoso*

²²⁰ Idem, p. 115.

²²¹ Idem.

²²² Idem, p. 118.

²²³ Entre os propósitos de uma tal missão estaria certamente a legitimação da dinastia, o que incluía obter a dispensação papal em relação ao parentesco com Filipa de Lencastre, mas não menos a necessidade de reforçar o alinhamento do rei com o Papa de Roma. O atraso na obtenção das deliberações do Papa Urbano VI sobre o caso levantaria algumas insinuações de ilegitimidade da união, silenciadas pela outorga das bulas, já por Bonifácio IX, que se referem neste passo da crónica. Cf. Coelho, *D. João I*, pp. 153-154; Domingos Maurício, "A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre", *Brotéria*, 87 (1968), pp. 296-307.

*pregador da hordem de sam Framçisquo, chamado frey Rodrigo de Simtra, todos atemtos com manso sillençio pera o ouuir, foy per elle feito huum sermom assaz sollemne, a tal auto pertemçente*²²⁴. Note-se ainda como a descrição do cronista acentua a atitude dos presentes, dizendo como estavam *todos atemtos com manso sillençio pera o ouuir* e como aquele frade fez *foy per elle feito huum sermom assaz sollemne, a tal auto pertemçente*, lendo as palavras do Papa *em alta e emtendida voz de çima do pulpito*. O silêncio das gentes adensava a adjetivação e aumentava a sua honra – uma honra que se jogava igualmente nos gestos e ações do quotidiano²²⁵ – como também a suas qualidades e, por outro lado, a própria importância do conteúdo das cartas²²⁶. Estas, por sua vez, apresentavam algo muito claro: o Papa colocava-se do lado do rei português, legitimando a sua união, mas também a sua aclamação popular e a sua coroação²²⁷.

Era, portanto, um franciscano que lia aquela informação e, simbolicamente, com este gesto entregava as palavras do Papa ao rei. Os seus atributos, fornecidos tanto pela fé como pela razão tornavam-no alguém com o perfil acertado para essa função retórica e narrativa que encontrava em João das Regras, outro personagem fundamental no quadro composto por Fernão Lopes. Na globalidade, aquelas referências aos franciscanos e a sua colocação cirúrgica em eventos muito particulares teriam, talvez, a função de recordar ao auditório os diferentes franciscanos que haviam ocupado o lugar de confessores dos reis portugueses, sobretudo aqueles de João I. E, igualmente, recordar a importância espiritual, moral e intelectual que estes tiveram no seu reinado e no reinado de Duarte I²²⁸. Como se, através de um propósito político, o cronista fosse também acrescentando pequenos elementos que ampliavam as virtudes destes homens. Era a eles, afinal, que cabia a tarefa de escutar o monarca, de o aconselhar e de cuidar da salvação da sua alma.

²²⁴ CDJ, vol. II, p. 255.

²²⁵ Antoine Destemberg, “L’honneur, un horizon pratique. Des catégories médiévales dans l’analyse des phénomènes sociaux contemporains”, em *Faire jeunesses, rendre justice*, ed. por Antoine Destemberg, Yann Potin e Émilie Rosenblieh (Paris: Publications de la Sorbonne, 2015), pp. 233-234.

²²⁶ Beverly Mayne Kienzle, “Medieval sermons and their performance: theory and record”, em *Preacher, sermon and audience in the Middle Ages*, ed. por Carolyn Muessig (Leiden: Brill, 2002), pp. 91-94 põe em destaque, à luz das teorias dos quadros mentais de Bateson, a importância do espaço em que é feita a pregação, da linguagem e da *performance* para destacar o conteúdo do texto, objeto central da ação.

²²⁷ CDJ, vol. II, p. 256-258.

²²⁸ Uma medida dessa influência, pese embora a dificuldade de aferição, será através da preferência de mendicantes no conselho moral e ético do rei, como vimos, mas também pela influência na produção literária do monarca, conforme analisou João Dionísio, “Literatura franciscana no Leal Conselheiro, de D. Duarte”, *Lusitania Sacra*, 2, n. 13-14 (2001-2002), pp. 491-515.

3.4. Quadros de uma oposição

Entre estes relatos Fernão Lopes ia encontrando um lugar para incluir as ações desse grupo a que chamava *leterados* em prol dos diferentes monarcas. Noutro casos, porém, colocava-os no sentido oposto ao rei. Na *Crónica de D. Pedro*, desde logo, essa oposição colocava-os contra a o processo de validação do casamento entre Pedro I e a falecida Inês de Castro. Eram os *mais sotiis d'entender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito delgado investigaram, quem duvidava desse ato, buscando sse aquello que ouviam podia seer verdade ou per o contrairo e que nom rreceberom isto em seus entendimentos, parecendo-lhe de todo seer muito contra rrazom*²²⁹.

Fernão Lopes, recorrendo a subtilezas linguísticas, identifica-os apenas no plural, uma vez que estavam contra a vontade do rei, tornando-os assim numa massa crítica informe, desprovida de rosto. Ainda assim, afirma o seu entendimento mais subtil da situação, colocando-os do lado que considerava certo sem atentar explicitamente contra a vontade do rei em realizar o matrimónio. De facto, não chega a tecer qualquer julgamento relativamente à posição dos letrados, limitando-se a narrar o processo e a aventar os elementos como que de forma aleatória. Introduzia, contudo, através dessa frase uma chave de leitura subversiva, em contracorrente e quase impercetível. Mais tarde, na *Crónica de D. João*, colocará na boca de João das Regras uma frase perentória, dizendo durante o discurso apologético do Mestre de Avis que, apesar da *despemssaçõ* que lhe outorgara o Papa e que o Bispo de Lisboa, *fallamdo sobrello com leterados*, julgara como *avomdosa, nom devera fazer segumdo os impedimentos que amtrelles avia*²³⁰.

Escrevendo várias décadas depois dos acontecimentos, o cronista conhecia os factos e a importância que esse casamento teria após a morte de Fernando I, sobretudo pela reclamação do trono pelos filhos do monarca com Inês de Castro, João e Dinis. Estes encontravam nas ligações familiares, não apenas do pai, mas também da mãe²³¹ as razões para reclamar o direito ao trono português. Beneficiavam, além disso, do processo lançado pelo próprio pai para legitimar o casamento celebrado, tanto quanto

²²⁹ CDP, p. 131.

²³⁰ CDJ, vol. I, p. 365.

²³¹ Recorde-se que Inês era filha ilegítima de Pedro Fernandes de Castro, um dos grandes senhores da Galiza no séc. XIV, um dos nobres mais importantes da Corte de Afonso XI de Castela e descendente de uma família com profundas raízes na península. Vanda Menino e Adelaide Millán da Costa, *A rainha, as infantas e a aia. Beatriz de Castela, Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012), pp. 418-423; Pimenta, *D. Pedro*, p. 108.

se sabe, perante Gil Cabral, bispo da Guarda²³². A argumentação apresentada mais tarde por Fernão Lopes, através de João das Regras na *Crónica de D. João*, será precisamente no sentido de desfazer essa possibilidade a favor dos meios-irmãos do Mestre de Avis. Não obstante, essa argumentação começa a ganhar forma ainda na crónica que dedica a Pedro I, possivelmente como forma de iniciar uma propaganda que afastasse as dúvidas que ainda pairavam sobre a dinastia que servia. Os letrados representavam, assim, a sabedoria face a uma situação que se mostraria mais tarde adversa, mesmo que isso significasse posicionarem-se anonimamente contra o rei.

O mesmo acontece face ao posicionamento de Fernando I de Portugal na questão do Cisma do Ocidente, iniciado em 1378, o décimo primeiro ano do seu reinado, quando é eleito um novo Papa, após a morte de Gregório XI, informação que chegaria rapidamente a Portugal, segundo informa Fernão Lopes:

« (...) os officiaes da cidade enformarom o poboo que o cardeall de Sam Pedro nom era enleito, por nom seer tall que soportasse os encarregos do papado, mas que o era o arcebispo de Bairre, homem de boa vida, leterado em theologia e discreto e mui prudente nos feitos da corte e bem azaado pera ser papa como outro hi nom avia; e assi apacificarom o poboo.²³³»

Aquele bispo de *Bairre* a quem o cronista apelida como *homem de boa vida, leterado em teologia e discreto* era o arcebispo de Bari, Bartolomeo Prignano, eleito com o nome de Urbano VI. Alguns meses depois, os mesmos cardeais que o haviam eleito declaram inválida a sua eleição e, sem demoras, elegem Roberto da Ginevra com o título de Clemente VII, iniciando aquele período de cisão no seio da Igreja²³⁴.

Face a essa situação, Fernão Lopes aponta aí um rei que *contra vontade do mais saão consselho e contra desejo de todo o poboo, seguindo mais a afeição da carne do que o juízo da rrazom*, declara em Évora, muito possivelmente antes do final de 1379 o dito *Clemente seer verdadeiro papa e nom Urbano sexto*²³⁵. Sem tomar partido, o cronista questionava retoricamente essa decisão, pois como podiam *homeões tam leterados e assi discretos perverterem seu bõ juízo de guisa que levantaram tal error*

²³² Esse processo culminará na redação de um documento, em 1360, onde se resume toda a questão e onde são apresentadas as testemunhas. O documento foi publicado por António Rego, *As Gavetas da Torre do Tombo* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965), vol. 5. pp 410-415.

²³³ *CDF*, p. 390.

²³⁴ Para uma visão geral sobre o início do Cisma e os principais acontecimentos que conduziram a essa situação, veja-se: Joëlle Rollo-Koster, "Civil violence and the initiation of the Schism", em *A Companion to the Great Western Schism (1378–1417)*, ed. por Joëlle Rollo-Koster e Thomas M. Izbicki (Leiden: Brill, 2009), pp. 9-65.

²³⁵ *CDF*, p. 409. Cf. Gomes, *D. Fernando*, p. 121; Baptista, "Portugal e o Cisma do Ocidente", pp. 97-117.

na *Egreja de Deus*?²³⁶ Era, não obstante, contra a vontade de todos que Fernão Lopes colocava a decisão do rei, possivelmente enfermo, marcado por uma suposta tentativa de envenenamento e afetado por um longo período de guerras, se colocava ao lado de Avignon, de Castela, de França, da Escócia ou da Sicília.

Para mais, referia o cronista, antes sequer que tivesse chegado a um acordo com os *leterado dos seu rreino*. Mais tarde, *avendo maduro consselho com o arcebispo de Braga e outros leterados homeẽs de seu rreino*, voltaria com a palavra atrás para declarar *pubricamente presente todo o poboo* o seu alinhamento com o Papa de Roma²³⁷. Mas aí as circunstâncias eram já outras. Em agosto de 1381 tinham lugar os esponsais da infanta Beatriz com Eduardo, filhos dos condes de Cambridge, o que colocava Portugal do lado inglês e simultaneamente no eixo favorável a Roma, uma vez que a Guerra dos Cem Anos se fazia ainda sentir nas suas divisões insanáveis²³⁸.

Mas a obediência religiosa seguiria mais uma vez ao sabor da política, quando em setembro de 1382 morre Leonor de Aragão, rainha de Castela. Fernando I, que viu aí uma oportunidade para pôr termos às guerras que iam perdurando na fronteira, estabelece um acordo de paz e trata de fazer casar a infanta Beatriz com o próprio Juan I, abandonando a aliança inglesa e passando a alinhar de novo pelo Papa de Avignon²³⁹. Perante essa nota organização política, o monarca português solicita a comparência em Lisboa de *algũus leterados, assi como o doutor Gill do Ssem e Rrui Lourenço dayam de Coimbra e outros e o doutor Joham das Regras com eles*, e depois de alguns dias com o seu conselho volta a declarar obediência ao Papa Clemente VII, *muito porém contra voontade d'alguũs e especiallmente do doutor Joham das Rregras*, que diria ao rei que *mostraria per dereito que nom era verdadeiro papa*²⁴⁰.

Fernando I morreria a 22 de outubro de 1383 deixando, como vimos, uma situação periclitante para os destinos do reino. Leonor Teles assumiria o título de *rrainha governador e rregedor dos rregnos de Portugall e do Algarve* por acordo dos senhores e letrados, mas ainda nesse mesmo ano o rei castelhano entraria em Portugal e a rainha regente seria levada para um mosteiro em Tordesilhas no princípio de 1384. Antes, já Martinho de Zamora, bispo da cidade de Lisboa havia sido morto às mãos dos habitantes de Lisboa, por manter a sua posição por Clemente VII. O cronista, que

²³⁶ CDF, p. 395.

²³⁷ CDF, p. 459. Cf. Baptista, "Portugal e o Cisma do Ocidente", pp.

²³⁸ Gomes, *D. Fernando*, p. 120-122. Jean Favier, *La Guerre de Cent Ans* (Paris: Fayard, 1980), oferece um olhar abrangente sobre todo esse período, procurando não apenas elencar os acontecimentos entre 1337 e 1453, mas também refletir sobre os antecedentes dessa guerra que, escrevia, começara com Leonor de Aquitânia e por isso não teria durado um século, mas três.

²³⁹ Baptista, "Portugal e o Cisma do Ocidente", pp. 136-164.

²⁴⁰ CDF, p. 543.

descreve todo o episódio, refere-o como *grande letrado e boom ecclesiastico, e regia mui bem sua igreja morando em cima da claustra della, por comthinuadamente viir aas horas e devinaaes officios*²⁴¹. Esses elogios teriam sobretudo o propósito de acentuar a reprovação daquela atitude da população lisboeta, como que admitindo que, fosse o bispo verdadeiramente *cismático* ou não, tal não implicaria que fosse assassinado. Dessa forma, a legitimação do novo rei não se associava à morte de um prelado. Fernão Lopes, ainda recordado daquele assassinio do arcebispo de Santiago às mãos dos homens de Pedro I de Castela, quisera certamente isentar a aclamação de João I de quaisquer atos de contornos mais duvidosos em relação à *clerezia*. Até porque em momento algum este coloca Martinho de Zamora contra o Mestre de Avis, e vice-versa, nomeadamente quando diz que, pedindo-lhe as gentes que repicasse os sinos em sinal de que *matavom o Mestre, este homem boõ nom sabia que volta era aquella, desi por que o dar da campãa em tal igreja, era aazo de grande alvorço da çidade dovidou muito de o fazer*²⁴².

Um duplo assassinato permitir-lhe-ia de novo estabelecer narrativamente a oposição a um monarca, evidenciando a forma como instrumentalizou as representações dos letrados em função de um discurso maior e mais complexo. Tratava-se da morte do arcebispo de Santiago e de *Pero Alvarez dayam de Santiago, homem mui letrado e bem sisudo* às mãos dos homens de Pedro I de Castela, em 1366, *dia de Sam Pedro, à porta da igreja de Santiago enquanto o rei oolhava de cima da igreja como sse todo esto fazia*²⁴³. O arcebispo em causa seria Soeiro Gómez de Toledo²⁴⁴, partidário de Henrique de Trastâmara²⁴⁵, ao passo que Pedro Álvarez, o deão que seria *natural de Toledo*, pensa-se que poderia ser familiar daquele arcebispo²⁴⁶ e partilharia talvez, por essa razão, da preferência pelo futuro Henrique II de Castela. As suas mortes exemplificavam tanto na crónica de Ayala como na de Fernão Lopes, que optara por manter o episódio, o ponto a que poderia chegar a iniquidade de Pedro I de Castela e a

²⁴¹ CDJ, vol. I, p. 24. Sobre esta figura veja-se Armando Martins, “Martinho Anes de Zamora”, em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes (Lisboa: Horizonte, 2018), pp. 417-429.

²⁴² CDJ, vol. I, p. 24.

²⁴³ CDP, p. 180. A passagem em causa era, na verdade, uma cópia traduzida da crónica daquele rei. Pedro López de Ayala, *Crónicas*, p. 327: *Otrosí mataron en ese día luego y al deán de Santiago, que decían Pero Álvarez, ome muy letrado, natural de Toledo.*

²⁴⁴ O caso é, de resto, bastante conhecido. Eladio Leirós, “El asesinato del arzobispo don Suero”, *Boletín de la Real Academia Galega*, 277-280 (1944), pp. 116-121; Carlos Barros, “Violencia y muerte señorial en Galicia a finales de la Edad Media”, *Estudia Historica Medieval*, 9 (1991), p. 134.

²⁴⁵ Soeiro era irmão de Diego Gómez de Toledo (alcaide daquela cidade e casado com Inês de Ayala, por sua vez irmã do chanceler Pedro Lopéz de Ayala), de Gutierre Gómez, Mestre da Ordem de Alcântara em 1362, e de Pedro Suárez de Toledo, próximo de Pedro I no início do seu reinado. Cf. Salvador Moxó, “El auge de la nobleza urbana de Castilla y su proyección en el ámbito administrativo y rural a comienzos de la baja Edad Media”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 178, n. 3 (1981), pp. 407-518.

²⁴⁶ Moxó. “El auge de la nobleza urbana de Castilla”, p. 478.

ausência daqueles *códigos de conduta* que tomavam a prudência e a justiça como elementos fundamentais no modo de atuação do rei²⁴⁷. Representavam, em suma, a oposição a essa forma 'disfuncional' de reger. A presença daquele deão, figura de algum modo secundária quando comparada com o arcebispo de Santiago, acentuava essa resistência e mostrava como mesmo a morte de um letrado poderia funcionar como uma forma de contrapoder e de reforço da causa. Talvez por essa razão o definisse como tal: Pedro Álvarez deixava de ser um mero peão e passava a ilustrar uma instrumentalização do saber e dos seus representantes pelo discurso cronístico.

Era também o caso, embora em sentido contrário, daquele bispo ou arcebispo, suposto filho do rei Égica e irmão de Vitiza, que dava pelo nome de Oppa ou *Epa*²⁴⁸, que ao tentar convencer Pelágio das Astúrias a submeter-se ao poder *daquele Tarique, tam honrrado e que nũca foy vencido*, era acusado de ser *falssso cristãao* ainda que fosse *arcebispo leterado*²⁴⁹. Nele se tem visto o arquétipo do traidor, um Judas que tenta a figura do guerreiro e por isso se vê acusado de pecar, *con o conde Ilham, servo do diaboo Satanas*, procurando a destruição das gentes dos Godos e da Cristandade. Serviria assim sobretudo como contraponto ao defensor, refugiado nas grutas das Astúrias, clamando que *ainda a cristayndade se levantara*.

À ideia de letrado, o refundidor justapunha a arteirice tipicamente conotada com a inteligência do Diabo, o traidor por excelência que aqui era apresentado como inimigo de uma Hispânia visigoda que parecia simbolizar toda a Cristandade. O prenúncio da *reconquista* inaugurava-se assim à imagem humana da vida de um Cristo que primeiro havia sido tentado por Satanás, depois traído e finalmente humilhado para alcançar a redenção do Mundo. No caso, Oppa acabaria por ser capturado por Pelágio, sinal de uma visão maniqueísta da narrativa onde o bem trinfava sobre o mal. *A estoria nõ conta como o matou nẽ a morte que lhe deu*²⁵⁰, escrevia o refundidor, o que subentendia que *Epa, falssso cristãao* ou infiel, havia sido morto e com ele a tentação de sucumbir ao poder islâmico, num gesto sacrificial de catarse e libertação da Cristandade que pretendia simbolizar a erradicação do mal no seio da Igreja e fora dela, mesmo que para isso fosse necessária a morte de um prelado que era também um letrado.

²⁴⁷ Como observa Covadonga Valdaliso Casanova, "La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la Corona de Castilla", *Edad Media: Revista de Historia*, 12 (2011), pp. 193-211.

²⁴⁸ Sobre essa personagem na cronística em que o refundidor se terá baseado veja-se Alexander Bronisch, "Precisiones sobre algunas informaciones históricas en la Crónica de Alfonso III", *Edad Media. Revista de Historia*, 12 (2011), pp. 49-51; Andrea Ordóñez Cuevas, "La legitimidad de los reyes asturianos en las Crónicas de Alfonso III", *Estudios Medievales Hispánicos*, 5 (2016), pp. 19-29.

²⁴⁹ *CGE 1344*, vol. II, pp. 381-382.

²⁵⁰ *CGE 1344*, vol. II, p. 384.

4. A idealização, ou variações em torno de um letrado ideal

Colocadas num espaço e num tempo construídos *a posteriori* pelos cronistas, embora sob um fundo historicamente credível, as personagens evocadas mediram-se nesse jogo de representações em função de várias dimensões. Desde logo, pelas suas ações no plano narrativo, mas também pelas palavras que proferem, da forma como quer as ações quer as palavras são adjetivadas e da forma como as próprias personagens são qualificadas e distinguidas. Através desse aparato qualificativo e qualitativo, os autores podiam transpor para os seus relatos aquelas virtudes e valores do seu próprio tempo, projetando-os nas figuras que moldavam e permitindo-se assim cristalizar para a posteridade uma certa imagem de cada uma delas. Mas com essas imagens podiam também transmitir ou reforçar determinadas mensagens, mais ou menos propagandísticas, que teriam como objetivo alcançar um auditório para nele forjar uma opinião particular, reproduzida depois até à extensão da *fama publica*²⁵¹ e, mais adiante, à cristalização de uma memória posterior²⁵².

Recurso estilístico por excelência, a adjetivação entrava na economia do texto como um elemento aglutinador de virtudes - ou como expressão da ausência delas -, sintetizando um conjunto de aspetos morais, comportamentais, intelectuais ou de outra ordem que não cabiam nas descrições mais sucintas dessas personagens secundarizadas no contexto cronístico. Assim, o rol de elementos qualificadores podia desdobrar-se numa pletora de unidades de discurso ou, por contraste, resumir-se a uma expressão que, nem por isso, deixaria de ser significativa²⁵³.

²⁵¹ Claude Gauvard, "La Fama, une parole fondatrice", *Médiévales*, 24 (1993), pp. 5-13; Thelma Fenster e Daniel Smail, "Introduction", em *Fama: The Politics of Talk and Reputation in Medieval Europe*, ed. por Thelma Fenster e Daniel Smail (Ithaca: Cornell University Press, 2003), pp. 1-11; Bernard Guenée, *L'opinion publique à la fin du Moyen Age* (Paris: Perrin, 2002).

²⁵² Jacques Le Goff, *História e Memória*, vol. II (Lisboa: Edições 70, 2000), pp. 27-39.

²⁵³ Com efeito, na maior parte das vezes em que ocorre nas crônicas analisadas (mais concretamente em 30 das 51 ocorrências), o qualificativo *letrado* surge isolado de quaisquer outros epítetos. Dessas, apenas uma surge pela negativa, identificando «o papa Benedicto, que ouvera o papado per symonya e, por que nõ era letrado, tomou por companheiro e consagrouho por papa, por que comprisse o ofício da igreja; e este avya nome Silvestre» (*CGE 1344*, vol. III, p. 316). Essa justificação da deposição de Bento IX por simonia, agravada pela acusação de não ser letrado, parece próxima do criticismo do cronista Raul Glaber na sua *Historiarum* (lv. IV, cap. 5. Utilizamos a edição de Mathieu Arnoux, Turnhout: Brepols, 1997), onde se diz que esse mesmo Papa teria chegado ao poder com apenas 12 anos, e mesmo dos dados mais seguros. De facto, teria sido o pai, Alberico III, conde de Túsculo, a colocá-lo no poder em 1032. Na *CGE 1344*, esta referência surge enquadrada pelo cerco de Fernando I de Leão a Coimbra, em 1064, e a nomeação de um novo Papa, Silvestre III, que assumiria o cargo de Sumo Pontífice entre 20 de janeiro e 10 de março de 1045. Bento IX voltaria a ocupar o lugar por mais duas vezes, a segunda entre aquele mesmo 10 de março 1045 e 1 de maio do mesmo ano e a última entre 1047 e 1048. Pelo meio seria também eleito pelo imperador Henrique III do Sacro Império Romano-Germânico um outro Papa, Clemente II, a que a crônica também faz referência. Veja-se: Klaus-Jürgen Herrmann, "Benoît IX", em *Dictionnaire Historique de la Papauté*, ed. por Philippe Levillain (Paris: Fayard, 1994), pp. 203-205; Ovidio Capitani, "Benedetto IX", em *Enciclopedia dei Papi* (Roma: Treccani, 2000), vol. 2, pp. 138-147. A acusação de que não era letrado simbolizaria, portanto, essa forma duvidosa de alcançar o cargo, mas de igual forma estaria também a

Se, como vimos, *letrado* remeteria essencialmente para uma ligação a um saber mais teórico e estabeleceria uma distinção social baseada naquilo a que poderíamos chamar a *honra letrada*, os atributos que o acompanham, em alguns casos, completam esse quadro de distinção apoiando-se nas virtudes cardeais, entendidas num sentido medieval próximo daquele que Tomás de Aquino lhe atribuiu²⁵⁴ e presentes também numa certa mentalidade comum. Através delas, cada um dos diferentes redatores apresentava modelos de indivíduos letrados, definidos na relação com as restantes personagens e pela sua própria condição, mas apresentava também aquelas características que supunha como inerentes a um letrado ideal. De entre elas destacavam-se, por serem repetidas um maior número de vezes, a piedade²⁵⁵ (representando a *fides cristã*), a *caritas*, associada aqui sobretudo a uma vida guiada pelos ideais de santidade e honestidade (onde se incluíam os *simpres de coraçõn* e aqueles que nutriam o amor *aos pobres*)²⁵⁶, a discricção ou temperança (*temperantia*)²⁵⁷ nos gestos e nas atitudes, a prudência (*prudencia*)²⁵⁸, apresentada sobretudo como entendimento, sabedoria e domínio da *scientia* e igualmente próxima da *eloquentia*.

A concentração de um maior número destas virtudes indiciaria a importância relativa de determinada personagem na narrativa ou, numa outra dimensão de análise, a uma tendência de apresentar os letrados com base numa imagem até certo ponto idealizada, tomando como ponto de partida relatos anteriores ou mesmo uma

relembrar que essa condição de letrado se tornava essencial para ocupar o trono de São Pedro. Além disso, mostrava também que aos olhos do refundidor essa distinção entre letrados e não letrados não apenas existia como podia mesmo ser determinante.

²⁵⁴ Tomás de Aquino, *Suma Teológica* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012), vol. V, qq. 55-67. Encontramos, na verdade, um grande número das virtudes enunciadas pelo Aquinate e tomadas da *Ética a Nicómaco* de Aristóteles nas expressões associadas aos letrados, quer sejam de carácter moral, intelectual ou teologal, desde a *piedade*, a *sabedoria*, a *honestidade*, a *honra*, a *devoção*, a *eloquência*, a *justiça*, a *prudência* ou a *discricção*. Cf. István Bejczy, *The Cardinal Virtues in the Middle Ages. A Study in Moral Thought from the Fourth to the Fourteenth Century* (Leiden: Brill, 2011), pp. 135-222.

²⁵⁵ Virtude associada maioritariamente a letrados eclesiásticos (*Sancto Illafonso*, que refere como «muy devoto», *CGE 1344*, vol. II, p. 226; e Juliano de Toledo, de quem se diz que «foy muy noble catollico e de grande devaçõn e muy conforme a todollos mandamentos do Sancto Evangelho», *CGE 1344*, vol. II, p. 284) pelo refundidor de c. 1400 com uma única exceção, o rei visigodo Sisebuto, apontado como «piadoso» (*CGE 1344*, vol. II, p. 209).

²⁵⁶ Predicados que se referem também exclusivamente a eclesiásticos, neste caso sem qualquer exceção (a «muy sancta e honesta vida» de Ildefonso de Toledo, *CGE 1344*, vol. II, p. 226; a «muy sancta vida» de Bernardo de Toledo, *CGE 1344*, vol. IV, p. 13, de quem também se diz que seria «santo antre os mouros», *C1419*, p. 115; e a «boa vida» de Gilberto de Hastings e do Papa Urbano VI, *C1419*, p. 53 e *CDF*, p. 390).

²⁵⁷ Que encontramos exclusivamente nas crónicas de Fernão Lopes, por quatro vezes, qualificando dois conjuntos de letrados que identifica unicamente através dessa expressão («discretos», *CDP*, p. 5; *CDF*, p. 395), um grupo de conselheiros do rei («discretos homeês», *CDJ*, vol. I, p. 98) e o Papa Urbano VI («discreto», *CDF*, p. 390).

²⁵⁸ De entre as virtudes que mencionamos será aquela que os cronistas utilizam de forma mais indiscriminada, apontando-a tanto a clérigos (como o Papa Urbano VI, referido como «mui prudente», *CDP*, p. 390; Gilberto de Hastings, «bõo em degredos», *C1419*, p. 53; ou um conjunto de clérigos letrados e «sabedores e Sancta Escripura», *CGE 1344*, vol. II, p. 286), ao «entendudo» e também «letrado» rei Sisebuto (*CGE 1344*, vol. II, p. 209), a letrados «sotiis de entender» (*CDP*, p. 5), conselheiros régios «avisados» (*CDJ*, vol. I, p. 98) ou ao «comprido de sçiemçia» João das Regras (*CDJ*, vol. I, p. 345).

ficcionalização retrospectiva que tenderia a imaginar essas qualidades. Podemos imaginar que uma e outra estariam associadas na maior parte das vezes, marcando profundamente a forma como as personagens eram criadas para servir a narrativa, em certas ocasiões²⁵⁹, e noutras servirem como figuras exemplares, autênticos *specula literatorum*.

Os modelos sucedem-se dentro de cada crónica, sugerindo práticas e discursos diferenciados, associando o saber e as virtudes análogas a homens de diferentes categorias sociais e, com isso, introduzindo elementos de leitura na própria cronística. Essas categorias distribuem-se de forma desigual, evidenciando-se diferenciadamente em cada uma das crónicas, como vimos, e aparecendo também para lá da sua individualidade como modelos grupais e sociais com características e significados simbólicos não necessariamente semelhantes entre si. De igual forma, os propósitos subjacentes a cada um dos grupos são também diferentes, como o são em relação a cada indivíduo. Esses variavam de acordo com o imaginário do cronista, com as necessidades retóricas ou com as próprias características da personagem que pretendia retratar²⁶⁰.

Não obstante, as virtudes enunciadas pareciam evidenciar entre os cronistas uma visão partilhada (ou pelos menos apontar visões próximas entre si) de um modelo ideal de letrado. Esse reflexo disperso, tal como aquele do *mestre ideal* da Universidade²⁶¹, é-nos alcançável apenas pela variedade de referências. Estas, contudo, pareciam seguir uma tendência mais ou menos clara. Assim, as virtudes cristãs apareciam associadas quase exclusivamente a membros do clero, ao passo que as restantes construíam um modelo mais unificado que ganhava uma maior expressão nas referências coletivas de Fernão Lopes aos *letrados*²⁶². Perante este quadro, a representação do letrado ideal comum parecia ser a de alguém devoto, podendo ser eclesiástico ou não, mas certamente cumpridor dos preceitos religiosos, levando uma vida honesta ou aquilo que os cronistas chamam uma *boa vida*, apresentado como alguém discreto, moderado, prudente e também um conhecedor profundo da sua área

²⁵⁹ Jean Blacker, *The faces of time*, p. 120.

²⁶⁰ Sophie Marnette, *Narrateur et points de vue dans la littérature française médiévale. Une approche linguistique* (Bern: Peter Lang, 1998); Jean Blacker, *The faces of time*, p. 133-134.

²⁶¹ Astrik Gabriel, "The ideal master of the medieval University", *Catholic Historical Review*, 60, n. 1 (1974), pp. 1-40. O mesmo para o caso do *doutor* medieval: Gabriel Le Bras, "Velut splendor firmamenti. Le docteur dans le droit de l'Église médiévale", em *Mélanges offerts à Étienne Gilson* (Paris: Vrin, 1959), pp. 373-388.

²⁶² É, de facto, na obra cronística de Fernão Lopes que ocorre o maior número de referências a grupos de letrados sem outro epíteto identificador (18, num total de 36 referências a letrados), contrastando com as duas referências (num total de 12 referências a letrados) da *CGE 1344* e a única referência do mesmo género na *C1419*.

do saber, como a própria qualificação de letrado já indicava²⁶³. Esta última atribuição reforçava a importância relativa, mas também intrínseca, do saber para a composição da personagem e para o seu posicionamento no objeto cronístico. São, por isso, precisamente esses os atributos que se unem, nas suas diversas variações, mais vezes ao qualificativo *letrado*. Esse seria também o peso dos letrados na narrativa, o de símbolos do saber, e seria através dele que o seu estatuto se jogava na economia do texto²⁶⁴.

Quer na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, quer na *Crónica de 1419* e mesmo na produção cronística de Fernão Lopes conseguimos distinguir algumas personagens letradas que parecem encarnar verdadeiramente esse modelo. Em traços gerais, são aquelas que mais epítetos recolhem dos cronistas, caso de Julião de Toledo e de João das Regras, como veremos, duas figuras que quase esgotam em si a lista de adjetivos utilizados para caracterizar todos os restantes letrados. Funcionam, por isso, como autênticos exemplos destacados entre a multidão, servindo a narrativa e evidenciando - talvez os principais - personagens, temas, relatos, motivações ideológicas ou discursos propagandísticos. No caso da *Crónica de 1419*, além disso, encontramos ainda as duas únicas figuras letradas como modelos antagonistas entre si, sem, no entanto, deixarem de representar aquelas funções. São, em todo o caso, um conjunto de figuras paradigmáticas que merecem um olhar mais atento.

4.1. Um modelo letrado visigótico: Julião de Toledo

Uma das figuras modelares entre os letrados que pontuam a paisagem humana da refundição de cerca de 1400 da *Crónica Geral de Espanha*, em virtude da adjetivação utilizada e do espaço que ocupa no texto, será Julião de Toledo²⁶⁵. Arcebispo dessa mesma cidade ao longo de todo o reinado de Ervígio e durante os primeiros anos do

²⁶³ Outras características poderiam ser acrescentadas, como a honra, a autoridade, a justiça ou a eloquência, mas que figuram sobretudo em casos paradigmáticos que merecem um olhar mais atento e individualizado.

²⁶⁴ Bernard Guenée, *L'opinion publique*, pp. 139-158.

²⁶⁵ Segundo a *Vita sancti Iuliani*, escrita por Félix de Toledo c. 693 e principal fonte para conhecer a biografia do arcebispo toledano, Julião terá sido consagrado metropolitano de Toledo em 680, cargo que ocupou até 690, ano da sua morte. Félix refere-o como natural dessa cidade, onde teria sido batizado e educado, chegando a ser discípulo de Eugénio II, também arcebispo daquela entre 646 e 657. Seguimos aqui o texto editado por Jacques Paul Migne, em *Patrologiae Latinae*, vol. 96 (Paris: 1862), cols. 445-452, assim como a tradução, baseada naquele texto, de José Carlos Martín, "Relatos hagiográficos sobre algunos obispos de la España medieval en traducción: Ildelfonso y Julián de Toledo (BHL 3917 y 4554), Isidoro de Sevilla (BHL 4488) y Froilán de León (BHL 3180)", *Veleia*, 28 (2011), pp. 216-220. Cf. também Jocelyn Hillgarth, "St. Julian of Toledo in the Middle Ages", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 1 (1958), pp. 7-26; José Carlos Martín, "Julián de Toledo", em *Diccionario Biográfico Español XXVIII* (Madrid: Real Academia de la Historia, 2012), pp. 409-410.

sucessor, Égica²⁶⁶, a imagem que dele transmite o refundidor deverá certamente tanto às fontes que manejou e empregou na escrita da obra como à vontade do próprio. Com efeito, a ele se deve a recuperação dessa personagem que a versão original da *Crónica de 1344* havia omitido, resumindo-se a recordar em breve fórmula os reinados de *Vrgeus* e de *Agica*²⁶⁷. Recuava assim, direta ou indiretamente através da tradição historiográfica peninsular, às primeiras informações recolhidas pela *Vita S. Iuliani* e pela *Crónica Moçárabe de 754*²⁶⁸. É justamente nesta última que se alude pela primeira vez à suposta origem judaica de Julião, sugerindo que este seria como as rosas nascidas entre os espinhos (*ex traduce Iudeorum ut flores rosarum de inter uepres spinarum productus*) e origem remota daquele elemento que o refundidor utiliza para apresentar *don Julham Pomer*, dizendo-o também *do linhagen dos Judeus*²⁶⁹.

A descrição que faz em seguida das virtudes do arcebispo toledano parece remeter igualmente para aquele autêntico catálogo de virtudes que apresentava o seu sucessor, Félix de Toledo. Considera-o como nada menos que cheio de temor a Deus, distinto pela sua prudência, cauto no conselho, notável pela bondade da sua discrição, predisposto para a doação de esmolas, diligente na denúncia das necessidades dos humildes, solícito a socorrer os oprimidos, discreto na assistência aos outros, valente na resolução de conflitos, justo, compassivo nas suas sentenças, eminente na defesa da justiça, admirável nos seus raciocínios e nas controvérsias, de palavra fluída nos

²⁶⁶ Para um enquadramento geral sobre as dinâmicas políticas e culturais desse período consulte-se, entre outros: Roger Collins, *Visigothic Spain. 409-711* (Oxford: Blackwell, 2004), pp. 92-116; Edward Thompson, *The Goths in Spain* (Oxford: Clarendon Press, 1969), pp. 218-251.

²⁶⁷ *C1344*, pp. 89-90. Sobre a origem do trecho mais extenso relativo a Ervígio, Égica e a Julião de Toledo na versão refundida refere Lindley Cintra que deverá ter sido proveniente “da mesma fonte que informou o primitivo refundidor do *Liber Regum*, ou seja, de um exemplar do *Corpus Pelagianum*.” *CGE 1344*, vol. I, p. CII.

²⁶⁸ De autoria desconhecida, recebe também o nome de *Continuatio Hispana* por ter sido concebida aparentemente como uma continuação da *Chronica majora* de Isidoro de Sevilha. A crítica atual coloca-a como tendo sido escrita por um clérigo do sul da Península Ibérica com conhecimentos da doutrina eclesiástica e de História da Igreja por volta do ano 754. O relato tem início nos começos do séc. VII, focando três realidades que apresenta alternadamente: o império bizantino, o mundo árabe e o reino visigodo. Julião de Toledo aparece aí pela primeira vez no ano 681 (*era DCCXVIII*), durante o reinado de Ervígio. Sobre a autoria da crónica e a sua estrutura veja-se: José López Pereira, *Continuatio Isidoriana Hispana. Crónica Mozárabe de 754. Estudio, edición crítica y traducción* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2009), pp. 30-114.

²⁶⁹ *CGE 1344*, vol. II, p. 284. A expressão latina da *Crónica de 754* encontra-se em José Eduardo López Pereira, *Crónica Mozárabe de 754. Edición crítica y traducción* (Zaragoza: Anubar, 1980), p. 56. Conferir também a tradução, baseada na edição de 1980 de López Pereira, e as notas de Kenneth Baxter Wolf, *Conquerors and chroniclers of Early Medieval Spain* (Liverpool: Liverpool University Press, 2011), p. 103, assim como o texto fixado por Juan Gil, “Chronica anni 754 uel Chronica Muzarabiza”, em *Chronica Hispana saeculi VIII et IX* (Turnhout: Brepols, 2018), pp. 327-382. Aceita-se hoje que Julião poderia ser filho de judeus convertidos ao cristianismo, embora não existam certezas. No que diz respeito ao nome de Julião *Pomer*, remete para um equívoco da cronística posterior que viu neste autor um escritor homónimo, Julianus Pomerius, falecido nos finais do séc. V e mestre de Cesário de Arles, que o próprio Julião de Toledo cita em algumas passagens das suas obras. Cf. Ramón González Ruiz, “San Julián de Toledo en el contexto de su tiempo”, *Anales Toledanos*, 32 (1996), p. 7; Martín, “Julián de Toledo” (2012), p. 409.

discursos e digno de admiração no cumprimento dos ofícios litúrgicos. Acrescenta ainda, repetindo e reforçando algumas das virtudes que expressara antes, que fora vigilante no governo dos seus subordinados, firme na correção dos soberbos e veemente na defesa dos humildes, fazendo uso da sua autoridade, mas distinguindo-se também pela bondade, humildade e probidade dos seus costumes, pela compaixão e pela caridade²⁷⁰.

Este elenco deixava adivinhar um discurso laudatório em que não só se procurava estabelecer Julião de Toledo enquanto personagem exemplar, mas igualmente como uma figura episcopal paradigmática, tipificada nomeadamente através do cumprimento dos ofícios litúrgicos, com o objetivo de mostrar a importância da sede metropolitana e de quem a dirige²⁷¹. De igual forma, será também esse o registo em que o refundidor assentará o seu discurso, embora de forma mais sintética – diríamos mesmo programática – adaptando a relação das virtudes enunciadas ao seu auditório e os seus objetivos. Assim, aquela informação transmitida pela *Continuatio Hispana* sobre a «brilhante educação em todas as ciências» que recebera em Toledo (*splendide in omni prudentia Toletum manet edoctus*)²⁷², ela própria uma alteração do texto da *Vita*, transforma-se numa caracterização mais pessoal e mais expressiva, resultando na fórmula *muy vallente leterado en todollos saberes*²⁷³.

Trata-se, talvez, de um exagero motivado pelas fontes a que terá acedido, mas ainda assim significativo por se afigurar de algum modo como exuberante, sobretudo quando comparado com a expressão que utiliza mais comumente ao longo da crónica, *muy leterado*, ou mesmo *bem leterado*, que emprega apenas uma vez. Além disso, atribuía-lhe um conhecimento geral que não concordava *strictu sensu* com a produção

²⁷⁰ «Fuit enim uir timore Domini plenus, prudentia summus, consilio cautus, discretionis bono praecipuus, eleemosynis nimium deditus, in suffectu oppressorum devotus, in reuelatione miserorum promptissimus, in interueniendo discretus, in negotiis dirimendis strenuus, in promendis iudiciis aequus, in sententia parcus, in uindicatione iustitiae singularis, in disceptatione laudabilis, in oratione iugis, in diuinarum laudum exolutione mirabilis. (...) in defensione omnium Ecclesiarum eximius, in regendis subditis pervigil, in comprimendis superbis erectus, in sustentione humilium apparatus, debita auctoritate munificus, amplectendae humilitatis bono optimus, ac generaliter universa morum probitate conspicuus, in pietate affluens, ut non esset cui in angustiis constituto non subvenire vellet; ita unius charitas exuberans, ut non a se boni quidpiam cuique postulanti ex charitate praestare desisteret (...)» *Vita sancti Iuliani*, col. 447; Martín, "Relatos hagiográficos", pp. 217-218.

²⁷¹ Como se depreende da referência acerca da determinação de Julião para que as luminárias se mantivessem sempre acesas nas igrejas (*pro sacris luminaribus vehementer adtonitus*). *Vita sancti Iuliani*, col. 447; Martín, "Relatos hagiográficos", p. 218. Tema que fora, aliás, também debatido no XIII Concílio de Toledo, em 683, segundo dos quatro concílios presididos por Julião. Editados em *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, por José Vives (Madrid: CSIC, 1963), pp. 423-424. Cf. José Orlandis e Domingo Ramos-Lissón, *Historia de los concilios de la España romana y visigoda* (Pamplona: Universidad de Navarra, 1986), p. 397.

²⁷² *Crónica Mozárabe de 754*, p. 56

²⁷³ *CGE 1344*, vol. II, p. 284.

literária, fundamentalmente teológica, do toledano²⁷⁴. Para o refundidor importava, assim parece, engrandecer o seu leque de conhecimentos e com isso a autoridade intelectual da personagem. Não seria já, portanto, uma mera manobra de equiparação aos eclesiásticos que o haviam precedido (*ab eis in nullo virtutum corpus extitit infimus*)²⁷⁵, ou de afirmação da primazia da sede toledana, mas antes a elevação da sua figura acima de todas as outras que distinguia como letradas, tornando-o um modelo letrado sem correspondência dentro da crónica. Não obstante, omitirá o epíteto de *doctore* que a *Continuatio* lhe atribuía²⁷⁶, englobando-o no sentido latente do conceito de letrado.

Às virtudes intelectuais acrescentava ainda as qualidades eclesiásticas que a *Vita* enunciava, afirmando-o como *muy noble catollico e de grande devaçon e muy conforme a todollos mandamentos do Sancto Evangelho e ben fiel despenseiro dos bẽes da Igreja*, e salientando também que fora *simpres de coraçon e amador dos pobres*²⁷⁷. Estas últimas evidenciavam o lado mais humano, no sentido caritativo da piedade e da simplicidade, expressões de um ideal canónico que encontrava nos exemplos da vida de Cristo o seu modelo²⁷⁸. As afirmações de *ben fiel despenseiro e muy noble catollico*, por outro lado, concorriam não só para reforçar as virtudes teológicas e dignificar o lugar que ocupava na hierarquia visigótica, como também para regressar às virtudes intelectuais. Era precisamente esse o fio condutor do episódio que o refundidor acrescentava, com base, mais uma vez, na *Continuatio* e que relatava como no *quinto decimo concelho que foy feito en Tolledo* Julião mostrou um livro que *elle fezera ã honrra da Sancta Triindade e provouho per muytas e boas razões*²⁷⁹. Acrescentava depois:

«Quando este livro foy acabado, mandouho este Julyam Pomer ao papa Bono, que o visse e lhe desse autoridade. E o papa vio o livro e nõ se curou muyto de o eixamynar; ante o julgou por maaõ. E elle despois tomou o livro e mandouho ao

²⁷⁴ A *Vita* refere 17 obras, embora apenas nos tenham chegado completas 6: a *Historia de Wambae regis Gothorum Toletani expeditione*, o *Elogium beati Ildefonsi*, o *Apologeticum de tribus capitulis*, os *Antikeimenon libri II*, os *Prognosticorum futuri saeculi libri III* e o *De comprobatione sextae aetatis*. Cf. José Carlos Martín, "Julián de Toledo", em *La Hispania visigótica y mozárabe: dos épocas en su literatura*, coord. por Carmen Codoñer (Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010), pp. 155-171.

²⁷⁵ *Vita sancti Iuliani*, col. 448.

²⁷⁶ *Crónica Mozárabe de 754*, p. 58. Recorde-se que o termo não teria por esta altura a consistência e a validade do grau que a entrada em cena das universidades iria depois trazer, mas, ainda assim, remeteria já para a posse de um determinado saber ou uma certa erudição, especializados, como também o termo *litteratus* denotava. Cf. Olga Weijers, *Terminologie des Universités au XIIIe siècle* (Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1987), pp. 149-151.

²⁷⁷ *CGE 1344*, vol. II, p. 284.

²⁷⁸ Baldomero Jiménez Duque, *La espiritualidad romano-visigoda y mozárabe* (Madrid: Fundación Universitaria Española, 1977), p. 167. Sobre a origem e disseminação da *imitatio Christi* veja-se o estudo "The ideal of the imitation of Christ" de Giles Constable, *Three studies in medieval religious and social thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998), pp. 169-193.

²⁷⁹ *CGE 1344*, vol. II, p. 286. O passo em questão da *Continuatio* encontra-se na *Crónica Mozárabe de 754*, p. 60.

papa Sergio per tres clerigos muy leterados e sabedores ã a Sancta Escripura e mandoulhe assiinadas todallas razões em que o livro era fundado; e ãvyou com elle hũus verssos que elle fezera em louvor do emperio e senhorio dos Romãaos. E, despois que os messegeiros foron ã Roma, deron os verssos enno senado, e o livro ao papa. E elle, des que o vio com os leterados e com os senadores, mandou que se leesse; e emvyou suas cartas ao arcebispo, en que lhe mandava muyto agradecer aquello que lhe mandara mostrar e que outorgava todo quanto elle escrepvera em aquelle livro, ca todo era fundado em boas razões e verdadeiras. E, quando os mandadeiros chegaron a Tolledo, estavã em o concelho os arcebispos e bispos. E entõ dom Julliam Pomer mostrou o livro cõ as cartas do papa em o concelho, segundo ja avedes ouvido.»²⁸⁰

Embora pouco explícito na apresentação do contexto o refundidor fazia aí alusão à polémica em torno de algumas cartas endereçadas pelo Papa Leão II ao arcebispo de Toledo, referindo o cumprimento da condenação dos monotelitas, tal como havia estabelecido o III Concílio de Constantinopla de 680-681²⁸¹. Depois de convocar o XIV Concílio de Toledo, em 684, onde foi aprovada a resolução emitida contra aquela heresia, Julião terá escrito o livro *Apologeticum fidei* (atualmente perdido), onde debatia algumas questões análogas à decisão ecuménica. Seria depois o conhecimento desse livro e de algumas das afirmações que aí constavam que levaria o Papa Bono (Bento II) a duvidar da ortodoxia das posições apresentadas pelo metropolitano toledano. É então, como reação a essas dúvidas, que Julião convoca o XV Concílio de Toledo e aí apresenta o *Apologeticum de tribus capitulis*, a mesma obra que o refundidor indiretamente menciona. Caberia depois ao Papa Sérgio I sanar o conflito, aceitando como ortodoxos os termos e os argumentos do livro²⁸².

Desse confronto intelectual entre o arcebispo da capital visigótica e o bispo de Roma, do qual o primeiro parecia sair imaculado, emergia uma valorização clara da figura toledana e inclusive da própria arquidiocese que representava. Mas também dos letrados, aqueles *tres clerigos muy leterados e sabedores ã a Sancta Escripura*²⁸³ que

²⁸⁰ CGE 1344, vol. II, p. 286.

²⁸¹ Sobre o monotelismo, que advogava a dualidade da natureza de Cristo e uma única vontade, bem como sobre o contexto em que se desenvolveu e sobre a reação da Igreja, veja-se Cyril Hovorun, *Will, Action and Freedom: Christological Controversies in the Seventh Century* (Leiden: Brill, 2008), pp. 50-102.

²⁸² Sobre a cronologia e os contornos desta questão ver: Francis Murphy, "Julian of Toledo and the condemnation of monothelitism in Spain", em *Mélanges Joseph de Ghellinck* (Gembloux: Duculot, 1951), pp. 361-373; José María Lacarra, "La iglesia visigoda en el siglo VII y sus relaciones con Roma", em *Le chiese nei regni dell'Europa occidentale e i loro rapporti con Roma sino all'800, 7-13 aprile 1959* (Spoleto: CISAM, 1960), pp. 353-384; Martín, "Julián de Toledo", 2010, pp. 157-158.

²⁸³ Os suos legatos ecclesiasticos uiros presbiterem, diaconem et subdiaconem, eruditissimos in omnia Dei seruos et per omnia de diuinis scripturis inbutos que a *Continuatio* refere. *Crónica Mozárabe de 754*, p. 60.

se diz terem ido à Santa Sé na qualidade de mensageiros, que simbolizariam o estatuto intelectual da sede metropolitana de Toledo e daqueles que nela circulavam. De algum modo, era também deles a responsabilidade pelo resultado da contenda. A sua atitude ativa no discurso contrastava, por isso, com a passividade dos *letrados* e *senadores* que acompanhavam o sumo pontífice. Eram também um prolongamento da figura do arcebispo Julião, que assim aparecia como um modelo ideal rodeado de outros homens de cultura.

Tal como na *Continuatio*, a inclusão deste episódio na *Crónica de 1344* pretendia difundir um panegírico da urbe hispânica e dos seus elementos mais proeminentes, mas de igual forma evocar num sentido quase nostálgico a grandeza dessa capital que Julião quase levava a desafiar a autoridade de Roma quando escrevera aquele *Apologeticum de tribus capitulis*²⁸⁴. As motivações e os interessados, porém, seriam já bastante distintos. Desde logo, poderíamos ver na recuperação desta querela teológica a ressurgência de um apelo velado à unidade hispânica. Embora hipotético, esse tópico interessaria por certo ao monarca português, João I, ou mesmo a algumas das famílias com pretensões aos tronos de Portugal e Castela. Uma hipótese a ter em conta seriam os Castro, família que tinha ganho um particular destaque durante o reinado de Pedro I de Portugal, não apenas pelo seu envolvimento com Inês de Castro, mas também com a nomeação de Álvaro Pires de Castro enquanto primeiro Condestável do reino por Fernando I²⁸⁵. Não é por isso descabido pensar que, quer os descendentes de Inês e Pedro I²⁸⁶, pretendentes ao trono durante o interregno, quer um dos descendentes de Álvaro, Pedro de Castro, partidário de Juan I de Castela durante esse mesmo período, poderiam ver na refundição daquela crónica que apelava à recuperação de um outro tempo visigótico²⁸⁷, em que Toledo estendia a sua autoridade

²⁸⁴ Murphy, "Julian of Toledo and the condemnation", pp. 361-373, e outros depois dele viram nesta tensão entre Julião de Toledo e o papado uma hostilidade que se poderia alargar a um cisma entre ambas as partes. No entanto, nada nos registos dos XIV e XV Concílios toledanos nos aponta essa possibilidade, registando apenas a intervenção de Égica e a resposta de Julião de Toledo. Conferir os dados da questão em *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, pp. 441-474.

²⁸⁵ José Augusto Pizarro, "Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e Estrutura da Família Nobre - Séculos XI a XIV" (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1987), p. 30. Não podemos também esquecer que este mesmo Álvaro Pires de Castro foi um dos que aliciaram o então infante Pedro, futuro Pedro I, para que aceitasse o trono do reino vizinho assim que o seu homónimo fosse deposto. Esta pretensão poderia ainda pairar no final do século, metamorfoseada noutras circunstâncias e noutros atores? Bernardo Vasconcelos e Sousa, "O reino de Portugal (Séculos XIII-XIV)", em *História de Portugal*, dir. por Rui Ramos (Lisboa: Esfera dos Livros, 2015), pp. 126-127.

²⁸⁶ Um deles, Dinis, seria mesmo sepultado no mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, hoje província de Cáceres, com o título de «Dinis II de Portugal», dadas as suas pretensões ao trono. César Olivera Serrano, *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara* (Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005), pp. 25-26.

²⁸⁷ Seguindo a argumentação de José Carlos Miranda ("A Crónica de 1344 e a escrita profética", *e-Spania*, 25, 2016, em <http://journals.openedition.org/e-spania/26194>) para a versão original da crónica, os três momentos-chave da obra (a construção da casa de Toledo, por Hércules, o desdém do rei Rodrigo pelas

a um reino hispânico unitário, um modo de difundir a sua propaganda. Recordemos que um dos filhos de Inês e do rei Pedro I, Dinis é inclusive aclamado rei de Portugal, em Castela, no ano de 1398, atacando as comarcas de Trás-os-Montes e da Beira²⁸⁸.

Se realmente fora algum dos muitos membros desta família a patrocinar a refundição, é certo que podia não só alicerçar o discurso naqueles antepassados próximos, mas também apoiar-se na figura de Álvaro Fernández de Minaya, que o refundidor dizia ser *primo do Cid*, como vimos, e que o acompanhava ao longo de toda a narrativa. Recuperavam assim a sua ancestralidade fidalga e aproximavam-se daquele campeão da *reconquista* as suas aspirações ao trono. Patrocinar a refundição de uma crónica hispânica onde se evidenciava esse antepassado familiar seria uma estratégia de propaganda que lhes permitiria construir um espaço e uma memória da sua linhagem, continuando ao mesmo tempo a apologia do providencialismo hispânico que ecoava na versão do conde D. Pedro. Esta hipótese, no entanto, é meramente especulativa e contraria a visão de que a refundição teria invertido os aspetos prósenhoriais e imperialistas da crónica do Conde D. Pedro para desenvolver um discurso nacionalista e apologético da imagem do rei que beneficiava sobretudo os monarcas portugueses em detrimento dos homólogos castelhanos ou leoneses²⁸⁹.

Outra leitura possível seria o interesse do refundidor, e dos interesses acima dele, em reavivar a ideia de primazia da sé toledana sobre a Península. Neste sentido não podemos deixar de ter em conta que por volta de 1400 se vivia ainda o Cisma do Ocidente, que o papado de Avignon contestava mais do que nunca a supremacia do bispo de Roma²⁹⁰ e que esse precedente, quando somado ao sonho de um reino ibérico unido, seria bastante tentador para não ser tido em conta. Escrevê-lo era recuperar a memória, reacender o tema e retomar o discurso no contexto certo. Não obstante, esta hipótese podia comungar daquela anterior, já que a unidade política correspondia à unidade eclesiástica.

disposições daquele em relação à não abertura da casa, e a batalha do Salado) encerrariam uma razão profética que encontrava em Toledo o centro mítico de uma Hispânia unida que, ao ser perdida para o Islão por culpa da imprudência do rei Rodrigo, condenara o povo hispânico a uma desagregação comparável à dos judeus com a destruição de Jerusalém. A batalha do Salado seria, nesse plano, o elemento de redenção e de recuperação daquela unidade. Podemos transpor essa interpretação para a refundição da crónica, que mantém aqueles aspetos e, em alguns casos, acrescenta informações sobre cada um deles. Não obstante, os interesses e os interessados seriam já outros.

²⁸⁸ Maria Helena Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2008), pp. 137-147.

²⁸⁹ Isabel Barros Dias, *“Metamorfoses de Babel”* (Tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2003), pp. 93-118.

²⁹⁰ Sobre este período em particular, ver, entre outros, Joëlle Rollo-Koster, “Civil violence and the initiation of the Schism” e Phillip H. Stump, “The Council of Constance (1414–18) and the end of the Schism”, em *A Companion to the Great Western Schism (1378–1417)*, ed. por Joëlle Rollo-Koster e Thomas M. Izbicki (Leiden: Brill, 2009), pp. 9-65 e 395-442, respetivamente.

Mais conjectural seria tentar ver na recuperação deste episódio a possível reabilitação da memória de Julião de Toledo e das suas posições, nomeadamente aquelas que se relacionavam com a questão antijudaica. Com efeito, e embora a *Crónica de 1344* não o mencione, a *Continuatio* recuperava o seu *De comprobatione sextae aetatis* para justificar que a vinda do Messias já acontecera, ao contrário do que afirmavam os judeus²⁹¹. Não seria totalmente desprovido de sentido pensar que pudesse ter influenciado a forma como o refundidor representava Julião, para mais tendo em conta o elogio que fazia a Sisebuto, como vimos, e as referências à *maliciosa entençon sangoenta dos fedorentos judeus, que brasfemã en todo tempo e hora o sancto nome de Jhesu*²⁹², enquadradas pelos movimentos antijudaicos do final do século, com a expulsão dos judeus do reino de França em 1394, o massacre de Barcelona em 1391 ou as várias expulsões e violências na península itálica durante todo o século XIV²⁹³. Estaria o refundidor a passar, entre outras mensagens, a ideia subliminar de que era preciso seguir essa via que levaria mais longe a questão da segregação espacial retomada por João I em 1390, 1395 e 1400?²⁹⁴ Esta questão, quiçá subsidiária, não deixava de ser um fator a ter em conta, podendo mesmo estar relacionada com aquelas que referimos antes. De qualquer modo, a reintegração de Julião de Toledo não era um gesto inocente, mas antes o reflexo de um discurso ideológico, que poderia ser um daqueles que apresentámos ou qualquer outro, cujo objetivo seria com certeza agitar as águas da sociedade em que a crónica era escrita.

4.2. *Frey Bernaldo, Gilberto de Hastings e a Crónica de Portugal de 1419*

No que diz respeito à *Crónica de 1419*, os contornos de um modelo ideal de letrado encontrar-se-ão, por certo, de forma mais evidente no conjunto das referências a título individual. Na verdade, as alusões a Gilberto de Hastings, bispo de Lisboa, e a Bernardo de Carbio, um dos cinco franciscanos que terão sido martirizados em Marrocos em 1220, são as únicas deste género que podemos encontrar numa crónica em que, como

²⁹¹ Sobre este texto ver Martín, “Julián de Toledo”, 2010, pp. 155-171; Abdón Moreno García e Raúl Pozas Garza, “Una controversia judeo-cristiana del s. VII: Julián de Toledo”, *Helmantica*, 53 (2002), pp. 249-269.

²⁹² *CGE 1344*, vol. II, p. 190.

²⁹³ Para uma síntese sobre estes acontecimentos ver Jonathan Elukin, *Living together, living apart: rethinking Jewish-Christian relations in the Middle Ages* (Princeton: Princeton University Press, 2007), pp. 89-134.

²⁹⁴ Para uma análise geral da questão ver Maria José Ferro Tavares, “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”, em *História Religiosa de Portugal – Vol. 1*, dir. por in Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), pp. 53-89.

vimos, se fez uma diminuta utilização do termo²⁹⁵. Não deixam, no entanto, de ser referências significativas tanto individualmente como no seu conjunto.

O primeiro deles, Gilberto, é referido no contexto do reinado de Afonso Henriques, mais exatamente após a tomada da cidade de Lisboa em 1147²⁹⁶. É, de resto, o próprio monarca quem, depois de referir a distribuição dos *bens temporaes*, anuncia a necessidade de tornar a *Nosso Senhor* e para isso eleger um bispo que fosse *pastor de nosas almas e regedor da igreja catedral e see*²⁹⁷. Uma vez eleito, o rei anuncia a sua nomeação ao Papa e pede-lhe a confirmação, ao que este teria respondido com *grandes perdões e indulgências pera as igrejas que avia feytas*. Quando este recado chega o rei dirige-se novamente na primeira pessoa ao bispo, dizendo-lhe:

«*Bispo, eu edefiquey aquy estas duas igrejas, como sabês, em tempo que ainda as ostes dos christãos jaziam em redor dela, e pera soterar os corpos dos que hy morrerom. E ora quero e tenho por bem erdar as ditas igrejas e quero começar no moisteyro de São Viçente de Fora.*»²⁹⁸

O episódio é ainda continuado pelo cronista, ao contar como Afonso Henriques *entam o dotou* [o mosteiro de São Vicente de Fora] *de muytas posições, tantas per que ele entendeo que poderiom bem vyver sem mingua* aqueles que em lá vivessem ao serviço de Deus e, *pera os povos averem azo de fazerem ajuda ao dito moisteyro, pos em ele grandes indulgencias das que lho papa mandara*. Acrescenta ainda que, da mesma maneira, fez a *igreja de Santa Maria dos Marteres*.

²⁹⁵ Por comparação aos outros textos aqui analisados. Cf. Capítulo 2 desta dissertação.

²⁹⁶ Gilberto terá sido consagrado bispo de Lisboa logo em novembro de 1147, pouco tempo depois da tomada dessa cidade, como nos informa o *De expugnatione Lyxbonensi*: «Seguidamente, foi eleito para a sede episcopal um dos nossos, Gilberto de Hastings, tendo dado o seu assentimento a tal eleição o rei, o arcebispo, os bispos, o clero e todos os leigos. No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da sua Santíssima Mãe foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos e restaurada a diocese como sede do episcopado.», *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. por Aires Nascimento (Lisboa: Vega, 2001), p. 143. Pouco mais sabemos deste homem para além de que seria oriundo da cidade inglesa de Hastings (*Hastingensis*), tendo chegado a Portugal no contingente naval da Segunda Cruzada. Não sabemos também se terá chegado à dignidade episcopal através de negociações com Afonso Henriques ou pela influência e proximidade ao rei e a João Peculiar que poderá ter desenvolvido durante o cerco de Lisboa. Em qualquer dos casos, aí se manteria até à sua morte, que Maria João Branco data entre 1163 e 1165, tratando de reorganizar a diocese e reestruturar o cabido, rodeando-se de homens da sua confiança. Tanto quanto nos é dado saber terá permanecido fiel ao rei e colaborado ativamente na sua empresa ao longo dos quase vinte anos em que ocupou o cargo, prestando também obediência a Braga e apresentando-se como seu sufragâneo desde os primeiros tempos (1148). Cf. Maria João Branco, “Gilberto de Hastings”, em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes (Lisboa: Horizonte, 2018), pp. 123-133; José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), pp. 271-272, 312-313.

²⁹⁷ C1419, p. 53.

²⁹⁸ Idem.

Este trecho, embora baseado na versão traduzida e adaptada do *Indiculum foundationis monasterii Beati Sancti Vincentii Ulixbone*²⁹⁹, introduzia alguns elementos que se distanciavam deste. Desde logo, na versão apresentada pela *Crónica de 1419* deixava de figurar a indicação de que o rei se dirigia ao bispo para lhe comunicar que havia reunido uma comunidade de religiosos no mosteiro de São Vicente de Fora e que tencionava outorgar à diocese os direitos de Santa Maria dos Mártires³⁰⁰. Assim, e embora o rei se dirija também a Gilberto na versão de 1419, o que o cronista transmite é um rei que já não procura negociar, mas antes afirmar as suas intenções e de forma muito pragmática informar o que sucederá. Além disso, ocultava também as respostas do bispo, transformando o diálogo em monólogo.

Se, de facto, podemos notar que Gilberto de Hastings passava a apresentar uma atitude mais passiva, por contraponto a um rei que parecia menos dialogante, não deixa também de ser importante, contudo, realçar o quão reveladora seria aquela atitude de o chamar para lhe dar conta pessoalmente dos seus planos³⁰¹. A imagem do bispo de Lisboa não saía, portanto, tão afetada pela mudança de discurso como poderia parecer num primeiro olhar, mas era antes aproveitada para sublinhar a atitude do rei. Por outro lado, numa estratégia que quase poderíamos dizer compensatória, beneficiava os atributos daquela personagem, que a *Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente* referia como *homem de muy sancta vida, grande creligo e bẽ certo nas sanctas escripturas*³⁰², passando a mencioná-lo como *hum homem bõo em degredos, homem de bõa vida e leterado*³⁰³. A mudança, subtil e quase somente semântica, era na verdade uma mudança significativa, pois, tal como Michel Pinton, autor da *Chronique du Religieux de Saint-Denis*, e os seus contemporâneos, também o cronista de 1419 atribuiria uma grande importância aos títulos e epítetos de cada um³⁰⁴.

²⁹⁹ Cujo título, apontado pelo seu editor, será *Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez. Crónica da Tomada de Lisboa*, Fernando Peixoto da Fonseca (Lisboa: ADFA, 1995).

³⁰⁰ Note-se que esta versão era já diferente daquela descrita no *Indiculum*, onde se apresentava o rei a solicitar o conselho do bispo e a dizer-lhe que optasse pelos rendimentos de uma ou de outra. Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, pp. 189-191; *Crónica da Tomada de Lisboa*, pp. 58-62.

³⁰¹ Maria João Branco (“Gilberto de Hastings”, p. 126, 128-132) refere também a atitude *convenientemente submissa* que se parece sentir na ausência histórica de ações responsivas às atitudes do monarca, salientando, no entanto, como em certas ocasiões terão existido também tensões latentes, ou mesmo explícitas, entre as duas partes. Aponta ainda como único caso conhecido de “rebelião” do bispo a sua contestação do direito eclesiástico de Santarém, prometido pelo rei aos Templários. A questão seria resolvida em 1159, com o rei a estabelecer a concórdia e a finalizar o litígio, mas a ver-se obrigado, para tal, a doar aos cavaleiros do Templo um território abrangente em Tomar, Ourém, Beselga e Ceras. Gilberto não seria, portanto, um mero peão ao serviço do rei, mas antes uma peça fundamental que este queria certamente ter do seu lado.

³⁰² *Crónica da Tomada de Lisboa*, p. 58.

³⁰³ *C1419*, p. 53.

³⁰⁴ Como recordava Bernard Guenée, “Le Religieux et les docteurs”, p. 675.

No caso em questão substituía a *sancta vida* pela *bõa vida*, que o qualificava agora como homem de fé sem ser necessariamente santo e que aglutinava a designação de *grande creligo*, ao passo que o conhecimento dos textos bíblicos era transposto para um conhecimento das Decretais, que não sabemos se terá sustentação histórica, e isso faria do bispo de Lisboa um letrado. Real ou ficcionada, essa designação associava-o a uma certa erudição que o colocava num plano destacado dentro da crónica. Representava aí um modelo de saber entre reis igualmente modelares que encontrava o contraponto junto de um outro elemento, um muçulmano que se disputava com *frey Bernaldo*³⁰⁵.

A presença deste franciscano na crónica é devedora da utilização da lenda dos cinco mártires de Marrocos, recolhida certamente naquela crónica geral da Ordem franciscana escrita algumas décadas antes pelo ministro provincial da Aquitânia, Arnaldo de Sarrant³⁰⁶. Essa descrição, que ocupa na crónica três capítulos, dá-nos a conhecer como o infante D. Pedro, irmão de Afonso II de Portugal³⁰⁷, *sayo fora do regno e se foy a terra de mouros a ver mundo e a buscar sua vida*, tendo encontrado em Marrocos aqueles cinco franciscanos e recebendo-os com boa vontade. É através desse encontro que o cronista lança verdadeiramente a lenda, que na fonte onde terá bebido essas informações iria já a meio, contando como *comesarom de pregar aos mouros nos*

³⁰⁵ Natural de Carbio, região da Úmbria, Berardo (*Beraldus*) ter-se-á juntado aos frades menores nos primeiros tempos do movimento franciscano. Em 1219 foi um dos enviados pelo Capítulo geral da Ordem a Marrocos, juntamente com Pedro, Adjuto Acúrcio, Otão e Vital, para aí espalhar a mensagem cristã. À exceção daquele último, que teria ficado retido devido a uma enfermidade, todos os outros viriam a ser martirizados em 1220, conforme refere o cronista franciscano Jordão de Giano, o primeiro a divulgar este episódio e a datá-lo. Sobre a proveniência geográfica desses frades e o seu recrutamento, veja-se Paolo Rosso, *Francescani e Islam: i primi cinque martiri* (Anghiari: ITEA, 2001), pp. 11-12. Os nomes dos mártires são referidos pela primeira vez numa crónica tardia, escrita entre 1360-1374 e atribuída ao também franciscano Arnaldus de Sarano, “Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum”, em *Analecta Franciscana*, t. 3 (Firenze: Quaracchi, 1897), pp. 10-22. Esse apartado ganharia depois um maior relevo na “Passio sanctorum martyrum fratrum Beraldi, Petri, Adiuti, Accursii, Othonis in Marochio martyrizatorum”, em *Analecta Franciscana* (Idem), pp. 579-596. Seriam estes textos dois, depois traduzidos para português no final do séc. XIV ou início do XV, que viriam a servir de matriz à notícia que analisamos na *Crónica de 1419*. Cf. Isabel Dias, “La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc (1220) dans son contexte portugais”, *Franciscana*, XI (2009), pp. 1-25. Cf. Isabelle Heullant-Donat, “La perception des premiers martyrs franciscains à l’intérieur de l’Ordre au XIIIe siècle”, em *Religion et mentalités au Moyen Âge. Mélanges en l’honneur d’Hervé Martin*, dir. por Sophie Cassagnes-Brouquet, Amaury Chauou, Daniel Pichot e Lionel Rousselot (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003), pp. 211-220; Luciano Bertazzo, “I Protomartiri francescani tra storia e agiografia”, em *Dai protomartiri francescani a Sant’Antonio di Padova: atti della giornata internazionale di studi, Terni, 11 giugno 2010*, ed. por Luciano Bertazzo e Giuseppe Cassio (Padova: Centro Studi Antoniani, 2011), pp. 31-47.

³⁰⁶ Uma versão portuguesa da lenda deveria estar já disponível desde o séc. XIV, como refere Isabel Dias, “D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos”, em *O imaginário medieval*, coord. por Carlos Guardado da Silva (Lisboa: Colibri, 2014), pp. 123-131. A informação recolhida encontra-se na p. 128. Sobre a atribuição desta crónica àquele franciscano veja-se Maria Teresa Dolso, “La Chronica XXIV generalium tra storia e agiografia”, *Revue Mabillon*, 24 (2013), pp. 61-98, mais especificamente as pp. 65-68.

³⁰⁷ Sobre esta personagem veja-se António Brásio, “O Infante D. Pedro Senhor de Maiorca”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2, n. 9 (1959), pp. 163-240 e Hermínia Vilar, *D. Afonso II* (Lisboa: Temas e Debates, 2005), pp. 86-88, 105-110.

lugares e praças onde viam que se ajuntavam os mouros e como frey Bernardo era o principal pregador por saber bem a aravya dos mouros daquela terra³⁰⁸. Depois de o rei Miramomolym³⁰⁹ travar conhecimento da pregação que levavam a cabo, manda-os degredar dessa vila, sendo de novo o infante quem os ajuda a deslocar até Ceuta para dali passarem a terra de christãos. Berardo volta então a bradar e a pregar até que o califa almóada, por certo bastante desagradado com a situação, os manda prender e meter no cárcere sem autorização de comer ou beber. Depois de um milagroso jejum, voltariam a sair do cativeiro para ficarem em casa do infante D. Pedro, entendendo este que se porventura saysem, que per sua pregação os mandariom matar, e quantos na vyla avyom, por sua causa³¹⁰.

O martírio aconteceria mais tarde, quando Berardo volta a subir a um palanque e usar da sua voz para anunciar a palavra de Cristo diante do próprio *Miramolim*, que os manda degolar. No último dos capítulos dedicados a este tema, o infante volta a entrar em cena, desta feita para recolher os corpos dos franciscanos e levá-los para Santa Cruz de Coimbra³¹¹. Nesse sentido, era quase inegável a importância do papel deste membro da família real na narrativa, associando-o à «história escrita do reino»³¹², mas associando também os seus familiares e o seu país a esse movimento espiritual que mais tarde viria a ser continuado por Isabel de Aragão junto das clarissas e pela devoção aos próprios mártires³¹³. Era, pois, essa ligação espiritual que o cronista reforçava ao incluir aquele relato, não apenas através da menção do apoio da Coroa às causas, mas também pela própria alusão à obtenção de relíquias, esses «fragmentos de eternidade» que se pensava poderem favorecer a intervenção divina no quotidiano e, sem dúvida,

³⁰⁸ C1419, p. 113-114. Passo semelhante se encontra na "Passio sanctorum martyrum fratrum" (p. 585), onde se pode ler: «*Minister autem verbi erat frater Beraldus, qui noverat Saracenorum idioma.*»

³⁰⁹ O nome provinha de *al-Amir al-Mu'minin* («emir ou comendador dos crentes»), que era na verdade um título oficial e não um nome, conforme as fontes cristãs popularizaram através do nome genérico de *Miramolim*. O califa almóada neste caso era Abū Ya'qūb Yūsuf al-Mustansir (1213-1224). Embora se reporte ao pai deste, conhecido pelo mesmo nome, conferir a p. 1006 de Martín Alvira Cabrer, "La imagen del Miramamolín al Nasir (1199-1213) en las fuentes cristianas del siglo XIII", *Anuario de Estudios Medievales*, 26 (1996), pp. 1003-1028.

³¹⁰ C1419, p. 115.

³¹¹ Sobre a importância de Santa Cruz enquanto centro de apoio à soberania de Afonso Henriques e seus descendentes, assim como pilar espiritual e cultural, veja-se Armando Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003), pp. 730-732, 834-840, mas também as referências de Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003), pp. 36-37.

³¹² Como escreve Isabel Dias, "La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc", p. 22: «En insérant le text (...) dans sa structure narrative, la *Crónica de 1419* offrait à l'infant Pedro, fils de Sancho I^{er}, une place dans l'histoire écrite du royaume du Portugal. Une place de choix, car rattachée au domaine de la spiritualité, et certainement inattendue étant donné que le récit historique a fini par rapprocher deux frères que la vie avait séparés.»

³¹³ Objeto de estudo de Luís Krus em "Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos mártires de Marrocos e a devoção dos Nus", em *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), pp. 133-149.

forneciam um substrato material à crença³¹⁴. Mas a inclusão deste trecho levantava ainda outras questões.

Antes de serem executados pelas forças de Yūsuf al-Mustanšir, os cinco frades haviam saído da casa do infante e encontrado um muçulmano, *o qual avyom por muyto bom leterado e santo amtre os mouros*. O cronista de 1419, seguindo mais uma vez a sua fonte, mostra-nos como Berardo se digladia intelectualmente com ele, vencendo-o. Vexado pela derrota, *ou conhecendo a verdade*, aquele letrado não mais aparecera no *arrayal* nem depois em *Maroquos*³¹⁵. A vergonha seria tanto maior quanto mais letrado fosse aquele muçulmano, o que colocava o pregador, que não era referido na mesma medida, como maior merecedor dessa vitória pelo simples facto de proferir a verdade, a única verdade, aquela que Cristo anunciara. O *mouro* sem nome, mas tido como santo e erudito dignificava ainda mais quem com ele disputava. Seria assim, no olhar do cronista, a antítese de Gilberto de Hastings: um modelo negativo que, embora letrado, se basearia numa falsa crença. Tanto o bispo de Lisboa como aquele frade procuravam e serviam Deus, aquele que para o autor da crónica era o verdadeiro, e como tal a sua razão era iluminada por ele³¹⁶. Berardo não era, por oposição, nem letrado nem ainda um santo. Sê-lo-ia depois, quando *agravados de grande çede*, escavou um pequeno buraco de onde saiu *aguoa em tanta avondança que não tão somente o arrayal foy abastado, asy hos homens como os cavallos, mas ainda enchyom os odres e vasilhas que traziom*³¹⁷. Mais tarde morreria professando a fé.

4.3. João das Regras, o doutor ideal ou o futuro idealizado

Parece-nos bastante consensual afirmar que de entre as personagens trabalhadas e apresentadas por Fernão Lopes, com a óbvia exceção dos diferentes monarcas que ocupam a maior parte da narrativa e de Nuno Álvares Pereira, sobressai

³¹⁴ Luigi Canetti, *Frammenti d'eternità. Corpi e reliquie tra Antichità e Medioevo* (Roma: Viella, 2002). Para o caso dos santos e das relíquias mendicantes veja-se: Robert Bartlett, *Why Can the Dead Do Such Great Things? Saints and Worshippers from the Martyrs to the Reformation* (Princeton: Princeton University Press, 2013), pp. 57-65.

³¹⁵ C1419, p. 115.

³¹⁶ A concepção de que o conhecimento humano seria proveniente de uma iluminação divina radicava essencialmente em Agostinho de Hipona e ganharia um novo fôlego com os franciscanos, sobretudo Boaventura de Bagnoregio e Mateus de Aquasparta. Embora subalternizada por vários autores, desde Tomás de Aquino a João Duns Escoto e passando pelo franciscano João Pedro de Olivi (que a própria ordem condenaria), parecia ainda, no início do séc. XV, influenciar a mentalidade dos menos familiarizados com as querelas filosóficas. Cf. Lydia Schumacher, *Divine Illumination: The History and Future of Augustine's Theory of Knowledge* (Oxford: Wiley-Blackwell, 2011).

³¹⁷ Idem.

a figura de João das Regras³¹⁸. Ao contrário dessas personagens, no entanto, recebe a designação de letrado não apenas uma, mas por três vezes e acumula um conjunto de adjetivos que o distinguem claramente de qualquer outra figura referida pelo cronista. Descreve-o como *notavell barom e homem de perfeita autoridade*, associando-o assim à *auctoritas* que lhe resultava da formação doutoral³¹⁹, título que, de resto, surge em todas as referências que lhe faz e que adicionava à personagem uma dose importante de capital simbólico³²⁰. João das Regras não é o único doutor referido pelo cronista, bem longe disso, mas esse facto histórico coloca-o entre um grupo restrito de indivíduos que havia alcançado o topo da hierarquia universitária. Para Fernão Lopes, contudo, esse elitismo não era suficiente. A distinção face aos restantes é depois feita com recurso à repetição e à exploração exaustiva das qualidades subjacentes ao título. Para isso, qualifica-o como *comprido de sçiemçia e mui gramde letrado em lex*, arquétipos de uma autoridade em matéria de saber (*scientia*) adquirido ao longo do percurso universitário em Leis e que se diferenciava daquele saber mais pragmático e contingencial dos *sabedores e entendidos*. É claro que a expressão *comprido de sçiemçia* fazia crescer o simbolismo dessas referências e repetia o sentido do título de doutor, mas esse era também um efeito discursivo que o cronista não se coibia de reiterar e sublinhar: para Fernão Lopes a personagem não deveria representar apenas alguém que cumprira o *cursus honorum* na procura de um conhecimento mais seguro,

³¹⁸ De facto, nenhuma outra personagem, sendo identificada como letrada, é tão profusamente adjetivada na crónica analisada. A figura de João das Regras, filho de Sentil Esteves e de Álvaro Pais (Chanceler-Mor de Fernando I) é relativamente bem conhecida graças às referências da documentação coeva. Sabemos que terá recebido o grau de doutor em Leis em Bolonha, possivelmente antes de 1378, e se torna conselheiro de Fernando I de Portugal por volta de 1382. Seria depois designado membro do *Conselho do Mestre de Avis* e seu Chanceler-Mor a partir de 1384. Teria também sido Reitor e protetor do Estudo Geral de Lisboa, como avançam Armando Norte e André de Oliveira-Leitão, “A mobilidade dos escolares portugueses: a peregrinatio académica entre os séculos XII e XV”, *Lusitania Sacra*, 33 (2016), p. 90. Sobre o seu percurso e algumas notas biográficas vejam-se, entre outros, os estudos de Armando Carvalho Homem, “O Doutor João das Regras no Desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas”, em *Estudos de História de Portugal: Séculos X-XV – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques* (Lisboa: Presença, 1982), vol. I, pp. 241-253; João Luís de Sousa, “O Doutor João das Regras. Algumas notas”, em *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, ed. por Avelino de Meneses e João Oliveira e Costa (Lisboa: CHAM-FCSH, 2007), vol. I, pp. 81-89. Alguns dos dados de parentesco encontram-se em António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI (Lisboa, 1748), pp. 156-157.

³¹⁹ Essa autoridade provinha, no entanto, mais do discurso doutrinário dos mestres e doutores do que do título por si só. Cf. Serge Lusignan, «*Vérité garde le roy*». *La construction d'une identité universitaire en France (XIIIe -XVe siècle)* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1999); Elsa Marmursztejn, *L'Autorité des maîtres. Scolastique, normes et société au XIIIe siècle* (Paris: Les Belles Lettres, 2007).

³²⁰ Para uma análise do valor semântico do termo *doutor* no contexto universitário e para uma visão da valorização do mesmo, veja-se, Olga Weijers, “Terminologie des universités naissantes. Étude sur le vocabulaire utilisé par l'institution nouvelle”, em *Soziale Ordnungen im Selbstverständnis des Mittelalters: Soziale Ordnung im Selbstverständnis des Mittelalters*, ed. por Albert Zimmermann (Berlin: De Gruyter, 1979), pp. 258-280; Idem, *Terminologie des Universités au XIIIe siècle*, pp. 142-151; Le Bras, “Velut splendor firmamenti”, pp. 373-388.

sólido, e alcançara com isso um saber mais perfeito³²¹. A João das Regras cabia representar um modelo ideal, de um conhecimento máximo e muito superior ao dos restantes, doutores ou não.

A *sotillidade e clareza de bem fallar amtre os leterados*³²², expressões da eloquência (*eloquentia*), completam as virtudes de carácter ciceroniano³²³, mas a sua função vai muito para além de cumprir um elenco de qualidades. Neste registo tornar-se-ão verdadeiramente decisivas, aparecendo num momento-chave da narrativa, as Cortes de Coimbra, em abril de 1385. É aí que João das Regras faz a defesa do Mestre de Avis enquanto legítimo herdeiro do trono de Portugal e apresenta as razões para o afastamento dos restantes pretendentes³²⁴, mostrando-se como a personificação de um verdadeiro orador ao estilo clássico. Os seus argumentos, que serão provavelmente uma exposição das ideias do próprio autor mais do que uma recuperação de um discurso factual³²⁵, completavam um processo de legitimação do monarca de Avis que percorre toda a *Crónica de D. João* e que havia iniciado na *Crónica de D. Pedro*, onde Fernão Lopes colocava os *mais sotiis d'entender, leterados e bem discretos* contra o casamento entre Pedro I e Inês de Castro. Sem chegar a nomear tais indivíduos, já que estes se opunham, afinal de contas, à vontade do seu soberano, assinala essa oposição de forma bastante veemente, escrevendo:

«Acabadas as rrazões que ouvistes, ditas presentes letrados e outro muito poboo, aquelles que de chaão e simprez entender eram, nom escodrinhado bem o tecimento de taaes cousas, ligeiramente lhe derom ffe, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros, mais sotiis d'entender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito delgado investigarom, buscando sse aquello

³²¹ Sobre esta questão escreve Jacques Verger "(...) Ce prestige reposait avant tout sur l'idée que le docteur et *a fortiori* le professeur étaient parvenus, dans leur domaine, à la parfaite possession du savoir, à la maîtrise absolue de leur discipline, de son contenu, de ses méthodes et de ses exigences éthiques", em "Les bibliothèques de professeurs comme témoignages de leur culture et de leurs méthodes de travail (France, XIIIe–XVe siècles)", *Vorträge und Forschungen: Beiträge zur Kulturgeschichte der Gelehrten im späten Mittelalter*, 73 (2010), p. 101.

³²² *CDJ*, vol. I, p. 345.

³²³ Como referimos no primeiro capítulo. Cf. Guenée, "Le Religieux et les docteurs", pp. 683-686.

³²⁴ Entre eles os filhos de Inês de Castro com Pedro I, que segundo o cronista seriam fruto de uma relação tida como ilícita pela suposta consanguinidade e de um casamento que não teria chegado a acontecer. Recorde-se que Inês era filha bastarda do galego Pedro Fernandez de Castro, primo de Pedro Afonso, conde de Barcelos, e um dos mais importantes nobres da corte de Afonso XI de Castela, e irmã de Álvaro Perez de Castro, nobre com pretensões ao trono de Castela. Embora Fernão Lopes pareça isento neste ponto, coloca os principais nomes da nobreza no lado da legitimação do casamento e um importante intelectual, mestre Afonso das Leis. Sobre a linhagem dos Castros e as suas ligações a Portugal veja-se: Pizarro, "Os Patronos do Mosteiro de Grijó", p. 110.

³²⁵ Relembremos a hipótese de que o autor poderá ter cursado, ou pelo menos frequentado, aulas de retórica nos tempos em que a Universidade se encontrava em Lisboa. Cf. Teresa Amado, "Fernão Lopes", p. 272. Uma análise deste episódio da *CDJ* foi apresentada por António Brásio, "As «razões» de João das Regras nas Cortes de Coimbra", *Lusitania Sacra*, 3 (1958), pp. 7-40.

que ouviam podia seer verdade ou per o contrairo, nom rreceberom isto em seus entendimentos, parecendo-lhe de todo seer muito contra rrazom.»³²⁶

Se cabia a esses letrados representar os interesses da Coroa e expressar um porvir que o cronista conhecia bem, ao doutor formado em Bolonha cabia a defesa intransigente de João I e da independência do reino. Fernão Lopes depositava nele e na sua capacidade oratória e argumentativa a segurança de Portugal, assemelhando-se e diferenciando-se simultaneamente dos nobres que lutavam por essa mesma segurança com as suas espadas. Esse *intelectual orgânico*³²⁷ e exemplar tornava-se dessa forma um caso ainda mais simbólico, já que passava à prática as suas virtudes e as colocava ao serviço da Coroa. Era, sem dúvida, ele a voz da construção da legitimidade do monarca português nas Cortes, aquele espaço de poder e onde o poder se evidenciava, se erigia e igualmente se justificava³²⁸. Pouco importava se essa defesa nas Cortes tinha acontecido de facto ou se havia sido ficcionada, já que a verdadeira legitimidade havia sido conquistada no campo de batalha, em Aljubarrota. O que interessava ao cronista seria então colocar na boca de um letrado as palavras que concorriam para essa legitimidade e afirmá-la como segura, afastando todas as dúvidas que pudessem ainda restar. Fazia-o através de uma figura que adjetivava reiteradamente e que, quanto mais letrada fosse ou parecesse, maior licitude tinha para afirmar João I, o protagonista da crónica e o pai daquele rei, Duarte I, que teria encomendado as *Crónicas*.

Mas, para o autor da crónica, que certamente sentiria também estar a contribuir para o futuro da dinastia de Avis através da fixação de uma certa memória, esta personagem letrada seria bastante cara. Para tal não era forçosamente necessário que se tivessem conhecido ou que João das Regras tivesse representado, de facto, aquele papel que o cronista lhe atribuía. Bastava-lhe identificar-se com o seu percurso académico, com o seu papel no desembargo ou apenas com os aspetos mais gerais do percurso de vida que apareciam como quase paralelos, à distância de algumas décadas.

Nasceram ambos longe dos círculos de poder, ascenderam socialmente graças às letras, serviram alguns dos mesmos reis, construíram um percurso dentro do desembargo régio e, recorrendo à oratória e à retórica, chegaram a interceder direta ou indiretamente em favor de uma dinastia. Podemos dizer que, de alguma forma, o

³²⁶ CDP, p. 131.

³²⁷ Para utilizar a terminologia de Antonio Gramsci transposta para o medievo por Jacques Le Goff no prefácio à reedição de *Les intellectuels au Moyen Âge* de 1984.

³²⁸ Como sintetizou Bernard Guenée, “Cour”, em *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, coord. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt (Paris: Fayard, 1999), pp. 246-259, em particular as pp. 253-256.

cronista se projetaria nesta personagem? Não sabemos até que ponto a sua construção é verosímil, o que nos deixa apenas espaço para a especulação. Não obstante, parece tê-lo utilizado sem dúvida como figura de proa do conjunto dos letrados, de que ele próprio também fazia parte de forma consciente ou não, e talvez mesmo de uma grande parte da sociedade. Estes homens simples que haviam chegado a letrados participavam agora no xadrez político com as armas que dispunham: a erudição, o discurso e a escrita, que colocavam ao serviço da legitimação da dinastia que serviam.

Essa figura, a quem o Mestre de Avis faz seu *Chamceller moor* quando escolhe os oficiais da sua casa e que aí aparece referido em primeiro plano como o *doutor Joham das Regras que era mui gram leterado*³²⁹, será também um elemento importante na política do próprio monarca e sobretudo no que diz respeito à relação com o desembargo régio³³⁰. Simboliza, juntamente com o *doutor Gil dOssem*, o *doutor Martyaffonso* e *Joham Affonso da Azambuja*, bacharel em leis, a renovação desse órgão, a centralização dos poderes, a crescente burocratização e compartimentação das funções e cargos, mas também a inclusão de figuras com um grau de conhecimentos teóricos reconhecido na Cristandade. Ao mesmo tempo, expressava também a ligação de João I ao Estudo Geral, lugar onde se formarão muitos dos oficiais do monarca³³¹, como vimos. O conhecimento e a razão colocavam-se assim ao lado do rei e transformavam-se noutra das suas fontes de poder.

As estratégias discursivas a que recorre para apresentar João das Regras parecem evidenciar que este seria de inegável importância no plano da estratégia política, mesmo que somente no plano da narrativa. Não serão certamente aleatórias, portanto, as qualidades que o cronista lhe aponta, mas antes formas mais ou menos subtis de introduzir elementos simbólicos favoráveis ao rei que Fernão Lopes também serviu e sobre o qual se propôs a contar a trajetória, desde a ascensão ao trono até aos primeiros anos do reinado. Num outro plano, porventura mais dúbio, permitia-lhe criar ou recriar uma figura exemplar que recordasse ao seu auditório as virtudes morais que distinguiam os letrados e os códigos sociais que os colocavam num grupo social potencialmente distinto dos restantes. Não sabemos se o cronista terá ou não conhecido pessoalmente o doutor formado em Bolonha, mas podemos pelo menos considerar

³²⁹ CDJ, vol. I, p. 48; CDJ, vol. II, p. 5.

³³⁰ Armando Carvalho Homem, "Conselho Real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I", *Revista da Faculdade de Letras. História*, 4 (1987), pp. 9-68; Idem. "A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto", *En la España Medieval*, 12 (1989), pp. 231-241; Coelho, *D. João I*, pp. 205-210.

³³¹ Armando Martins, "Lisboa, a cidade e o Estudo: A Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência", em *A universidade medieval em Lisboa: Séculos XIII-XVI*, coord. por Hermenegildo Fernandes (Lisboa: Tinta da China, 2013), pp. 84-88.

plausível a hipótese de que se terá inspirado nessa figura ou em relatos posteriores para a caracterizar e idealizar. À parte disso, tipificava através dele um modelo ideal de letrado ligado ao serviço régio, de contornos imaculados, fiel servidor de uma causa e representante modelar de um grupo social que o cronista imaginava entre os *estados do reyno*.

5. O quarto «estado do reino» ou a identificação de um grupo social

«A consciência moderna toma – precisamente enquanto “consciência histórica” – uma posição reflexiva em face de tudo o que lhe é transmitido pela tradição. A consciência histórica já não escuta beatamente a voz que lhe chega do passado, mas, reflectindo sobre ela, recoloca-a no contexto de onde surgiu para verificar a significação e o valor relativo que contém. Este comportamento reflexivo face à tradição chama-se *interpretação*.»³³²

Recuando uma última vez até àquela analogia de Jacques Le Goff que encontrava nas danças macabras dos finais da Idade Média a dissolução simulada da hierarquia social, reparamos como cada elemento se transfigura na representação e símbolo do grupo de pertença. Podemos dizer, como Jacques Verger o fez para as *gentes do saber*³³³, que os letrados formariam no país ficcionado, diegético, o país das crónicas, um grupo social diferenciado dos restantes, com atributos específicos e aspetos idiossincráticos? Se, como vimos, as figuras modelares propostas no capítulo anterior tipificavam de algum modo o conjunto dos letrados de cada crónica porque nelas convergiam as suas características e virtudes, podemos considerar que entre elas coexistia também uma certa unidade. Uma unidade que se desenhava não apenas pela expressão da singularidade dos indivíduos, mas de igual forma pela oposição e pela distinção.

Fernão Lopes, o único dos cronistas portugueses que expressa abertamente um elemento fundamental para a análise da questão, concretizará na *Crónica de D. João I* aquilo que o refundidor da *Crónica de 1344* e o autor da *Crónica de 1419* apenas indiciavam através de casos dispersos, mas nem por isso menos significativos. A diferença, a existir, residirá na forma como aquele manipulava discursivamente os letrados, na uniformização das características do grupo e das suas figuras-modelo, nos lugares em que os colocava ou no sentido que lhes imprimia, genericamente associados

³³² Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica* (Gaia: Estratégias Criativas, 1998), p. 19.

³³³ Jacques Verger, *Le gens de savoir en Europe à la fin du Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1997), pp. 217-224.

à legitimação das origens da dinastia de Avis. De um modo geral, a presença dos letrados na cronística seria marcada, sobretudo, por uma certa dispersão de cargos, de funções narrativas, de polaridades e antagonismos a que Fernão Lopes viria dar um sentido e uma coerência organizativa. Além do mais, Fernão Lopes lidava com material menos difuso que os outros autores, trabalhando sobre uma figura em separado e não com aglomerados de fragmentos e pretensões de histórias gerais ao estilo afonsino.

Mas essa assimetria dos letrados em relação às diferentes personagens não será exclusiva de Fernão Lopes, dado que a podemos encontrar igualmente nas outras duas obras em que a expressão *letrado* ocorre. Em ambas, contudo, a variedade de grupos sociais não nos permite observar ou inferir com a mesma acuidade sobre a sua unidade. Pelo contrário, aquele autor parece ter tomado a homogeneidade do grupo como um dado suficientemente forte para incluir os *letrados* entre os quatro *estados* do reino, a par dos *perllados*, *fidalgos* e *cidadãos*³³⁴. Propunha, dessa forma, um modelo alternativo àquele esquema tripartido que Georges Duby estudaria vários séculos mais tarde, mas onde encontraria também «bolsas de resistência» à generalização dessa organização da sociedade pelo facto de os *magistri* parisienses parecerem não se enquadrar completamente em nenhum dos três campos³³⁵. Ao mesmo tempo, Fernão Lopes propunha uma visão da sociedade que a literatura política de Nicole d'Oresme ou Christine de Pizan apontara também nos finais do séc. XIV, emancipando os *homens de leis* ou as *gentes do conselho* face aos restantes grupos sociais. O cronista, ao contrário daqueles, não gizava uma teoria política construída sobre os pilares de uma argumentação cuidada, limitando-se a expressar aquilo que seria uma forma de conceber a organização da sociedade. Mas, ao atribuir um nome congregador da identidade dos letrados, Fernão Lopes entrava também no processo de definição desse grupo, como apontava Antoine Destemberg: «*le simple processus rhétorique de qualification d'un groupe social, ou d'un individu, le fait de donner un nom à une catégorie sociale participant de son identification, mais aussi de sa constitution en objet littéraire, sociale et politique*³³⁶».

Ecoava ainda aquela divisão proposta pelas Cortes de 1385, onde se lia que o *Estado he partido em estas partes, Prelados, fidalgos, Letrados e Cidadãos*³³⁷, cujo texto

³³⁴ CDJ, vol. II, p. 5.

³³⁵ Georges Duby, *Les Trois Ordres ou L'imaginaire du féodalisme* (Gallimard: Paris, 1978), pp. 775-788. Ver também Agostino Paravicini-Bagliani, "Les intellectuels et le pouvoir au Moyen Âge. Réflexions sur l'imaginaire social", *Études des Lettres*, 1 (1984), pp. 24-31.

³³⁶ Antoine Destemberg, *L'honneur des universitaires au Moyen Âge: Étude d'imaginaire social* (Paris: Presses Universitaires de France, 2015), p. 85.

³³⁷ Maria Helena Coelho, "Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista", *Tempo*, 3, n. 5 (1998), p. 122.

terá conhecido, e antecipava aquela divisão mais complexa do *Leal Conselheiro*, onde D. Duarte apresentava a ideia de que os *estados geeralmente som cinquo*, distribuídos pelos *oradores, em que se entendem cleligos, frades de todas ordeens e os ermitãaes, os defensores, os quaaes sempre devem seer prestes pera defender a terra de todos contrairos, os lavradores e pescadores, os oficiaaes*, onde incluía os *mais principaaes conselheiros, juizes, regedores, veedores, scrivãaes*, e aqueles que *husam d' algũas artes aprovadas e mesteres, como fisicos, cellorgiãaes, mareantes, tangedores, armeiros, ourívezes*³³⁸. Ao mesmo tempo, Fernão Lopes ia mais longe nessa conceção do tecido social do que aquela que seria fixada posteriormente no texto das *Ordenações Afonsinas*, onde se voltava à trifuncionalidade original e se identificavam os *defensores* como um dos *tres estados, que Deos quis, per que se mantevesse o Mundo*, a par dos *que rogam polo povoo* e seriam chamados *oradores*, e dos *que lavram a terra, per que os homeês ham de viver, e se manteem, som ditos manteedores*³³⁹. Não deixará de ser interessante fazer notar que o cronista de 1419 olhava recorria ainda àquela divisão mais simplista, afirmando *como a graça de Deos fora partida em tres estados*³⁴⁰.

Encontramos, de resto, na *Crónica de D. Pedro* o primeiro vestígio de uma diferenciação dos *letrados* face ao *multo poboo*³⁴¹, aquele grupo que encontra no cronista uma voz e uma identidade, chegando a ser o protagonista na aclamação de João I pelas ruas da cidade de Lisboa ou da morte de Martinho de Zamora, ele próprio um letrado. Desse agregado se distinguiam os letrados pela posse, produção e transmissão de conhecimento – um conhecimento que extravasava a capacidade de ler, escrever, de ser *sabedor* ou *entendido* em determinadas matérias –, mas também pela formação universitária que acendia *aquell claro lume da fillosophia Aristotilles*³⁴². Muitos deles serão também clérigos, como o eram frei Rodrigo de Sintra ou Rui Lourenço, mas mesmo nesse caso a diferença será estabelecida pelo cronista, quer por intermédio dos adjetivos que lhe complementam as descrições, quer pelas ações com que os sinaliza. Aos clérigos letrados não competiria apenas cultivar a vertente espiritual, mas também a razão, conciliando os argumentos de uma e outra barricada como defendera Tomás de Aquino ou, antes dele, Anselmo de Cantuária na expressão do *credo ut intelligam*.

³³⁸ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. por Maria Helena Castro (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998), pp. 25-26.

³³⁹ *Ordenações Afonsinas*, ed. por Eduardo Borges Nunes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984), vol. I, tít. LXIII, p. 360.

³⁴⁰ *C1419*, p. 184.

³⁴¹ *CDP*, p. 131.

³⁴² *CDP*, p. 132.

Por último, distinguiam-se também da nobreza pelas virtudes que lhe são associadas, pelas vias de ação associadas ao conhecimento ou simplesmente à razão.

Numa sociedade que se pensava a si mesma hierarquicamente, os títulos e epítetos não seriam, precisamente por isso, atribuídos ao acaso. Assim, quando enunciava os privilégios que João I outorgava à cidade de Lisboa, o cronista recorria àqueles grupos sociais formados pelos *grandes e sesudos rycos homeens, caualleyros e dignidades, bispos e outros prelados e leterados do nosso consselho e outros muytos cidadãos chamados em cortes specyalmente pera esto*³⁴³. Esboçava-se aí a delimitação de um grupo social, ainda que no plano literário, mas refletindo ainda assim uma realidade que o cronista vivenciara de perto. Escreviam-se por essa altura as *Ordenações de D. Duarte*, trabalho que Fernão Lopes terá certamente chegado a conhecer e onde terá reconhecido o lento e prolongado trabalho dos burocratas régios de todo o séc. XIV e do início do séc. XV. Representar os letrados como símbolo desse labor e da ação régia era a sua forma de fechar o círculo iniciado pelo refundidor da *Crónica de 1344*.

³⁴³ CDJ, vol. II, p. 8.

Fontes e bibliografia

I - Fontes cronísticas

Afonso X. *Primera Crónica General de España*, ed. por Ramón Menéndez Pidal, 2 vols. Madrid: Gredos, 1955.

Anais Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, ed. por António Cruz. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968.

Arnaldus de Sarano. "Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum". Em *Analecta Franciscana*, t. 3. Firenze: Quaracchi, 1897.

Chronicles of the Revolution: 1397-1400. The Reign of Richard II, ed. por Chris Given-Wilson. Manchester: Manchester University Press, 1993.

Cronica de 1344, ed. por Diego Catalán e María Soledad Andrés. Madrid: Gredos, 1971.

Crónica de Castilla, ed. por Patricia Rochwert-Zuili. Paris: SEMH-Sorbonne, 2010.

Crónica de Portugal de 1419, ed. por Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Crónica Geral de Espanha de 1344, ed. por Luís Filipe Lindley Cintra, 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

Crónica Moçárabe de 754, ed. José López Pereira. Zaragoza: Anubar, 1980.

Estória de Dom Nuno Alvrez Pereira, ed. por Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*, ed. por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

Fernão Lopes. *Crónica de D. João I*, ed. por William Entwistle e Luís Filipe Lindley Cintra, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

Fernão Lopes. *Crónica de D. Pedro*, ed. por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

Pedro López de Ayala. *Crónicas*, ed. por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991.

Raul Glaber. *Histoires*, ed. por Mathieu Arnoux. Turnhout: Brepols, 1997.

Roderici Ximenii de Rada. *Historia de rebus Hispanie siue Historia gothica*, ed. por Juan Fernández Valverde. Turnhout: Brepols, 1987.

II – Fontes literárias

- A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. por Aires Nascimento. Lisboa: Vega, 2001.
- Crónica da Tomada de Lisboa*, ed. por Fernando Peixoto da Fonseca. Lisboa: ADFA, 1995.
- D. Duarte. *Leal Conselheiro*, ed. por Maria Helena Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Félix de Toledo. *Vita sancti Iuliani*, ed. por Jacques Paul Migne, em *Patrologiae Latinae*, vol. 96, col. 445-452. Paris: 1862.
- Hugo de São Vítor. *De archa Noe*, ed. por Patrice Sicard. Turnhout: Brepols, 2001.
- Isidoro de Sevilha. *Las Historias de los godos, vándalos y suevos*, ed. e trad. por Cristóbal Rodríguez Alonso. León: Archivo Histórico Diocesano, 1975.
- João de Salisbúria. *Policraticus*, ed. por Clement Webb, 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1909.
- João de Salisbúria. *Metalogicon*, ed. por John Hall e Katharine Keats-Rohan. Turnhout: Brepols, 1991.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. por José Mattoso, 2 vols. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- Tomás de Aquino. *Suma Teológica*, vol. V. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012.

III – Fontes documentais

- António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI. Lisboa, 1748.
- António Rego. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 5. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.
- Concilios visigóticos e hispano-romanos*, ed. por José Vives. Madrid: CSIC, 1963.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por António de Oliveira Marques e João Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- Cristóvão Rodrigues Acenheiro. *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Tomo V da «Collecção de Inéditos da História Portuguesa». Lisboa: Real Academia das Sciencias, 1824.

Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição, ed. por Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

Ordenações Afonsinas, ed. por Eduardo Borges Nunes, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações del-rei Dom Duarte, ed. por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

IV – Dicionários e obras de referência

Amado, Teresa. “Crónica de D. Fernando”. Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 179-180. Lisboa: Caminho, 1993.

Amado, Teresa. “Crónica de D. João”. Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 181-182. Lisboa: Caminho, 1993.

Amado, Teresa. “Crónica de D. Pedro”. Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 182-184. Lisboa: Caminho, 1993.

Amado, Teresa. “Crónica do Mouro Rasis”. Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 188-189. Lisboa: Caminho, 1993.

Amado, Teresa. “Fernão Lopes”. Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 271-273. Lisboa: Caminho, 1993.

Amado, Teresa. “Fernão Lopes”. Em *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*, ed. por Graeme Dunphy, vol. 2, pp. 1044-1045. Leiden: Brill, 2010.

Branco, Maria João. “Gilberto de Hastings”. Em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes, pp. 123-133. Lisboa: Horizonte, 2018.

Capitani, Ovidio. “Benedetto IX”. Em *Enciclopedia dei Papi*, vol. 2, pp. 138-147. Roma: Treccani, 2000.

Fernández-Ordóñez, Inés. “Estoria de España”. Em *Diccionario filológico de literatura medieval española*, ed. por Carlos Alvar e José Manuel Lucía Megías (Madrid: Castalia, 2002), pp. 54-80.

- Gouveia, António Camões. "Procissões". Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. por Carlos Moreira Azevedo, vol. 4, pp. 67-72. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- Guenée, Bernard. "Cour". Em *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, coord. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, pp. 246-259. Paris: Fayard, 1999.
- Herrmann, Klaus-Jürgen. "Benoît IX". Em *Dictionnaire Historique de la Papauté*, ed. por Philippe Levillain, pp. 203-205. Paris: Fayard, 1994.
- Krus, Luís. "Crónica de Portugal de 1419". Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 185-186. Lisboa: Caminho, 1993.
- Krus, Luís. "Crónica Geral de Espanha de 1344". Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 189-190. Lisboa: Caminho, 1993.
- Krus, Luís. "Crónica". Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 173-175. Lisboa: Caminho, 1993.
- Lorenzo, Ramón. "Crónica troiana". Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, p. 192-193. Lisboa: Caminho, 1993.
- Lorenzo, Ramón. *La traducción gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, vol. II, *Glosario*. Ourense: Instituto de Estudios Oresanos Padre Feijóo, 1977.
- Martín, José Carlos. "Julián de Toledo". Em *Diccionario Biográfico Español XXVIII*, pp. 409-410. Madrid: Real Academia de la Historia, 2012.
- Martins, Armando. "João Anes Escudeiro". Em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes, pp. 459-484. Lisboa: Horizonte, 2018.
- Martins, Armando. "Martinho Anes de Zamora". Em *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. por João Luís Fontes, pp. 417-429. Lisboa: Horizonte, 2018.
- Monnet, Pierre. "Représentation(s)". Em *Le Dictionnaire de l'historien*, dir. por Claude Gauvard e Jean-François Sirinelli, pp. 596-601. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.
- Oliveira Marques, António de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. 4 da «Nova História de Portugal». Lisboa: Presença, 1987.
- Parker, Kelvin. *Vocabulario de la Crónica Troyana*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1958.

- Simões, Manuel. "Pedro de Portugal, Conde de Barcelos". Em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, org. por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, pp. 521-523. Lisboa: Caminho, 1993.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. "O reino de Portugal (Séculos XIII-XIV)". Em *História de Portugal*, dir. por Rui Ramos, pp. 103-133. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015.
- Tavares, Maria José Ferro. "O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo". Em *História Religiosa de Portugal*, dir. por in Carlos Moreira Azevedo, vol. I, pp. 53-89. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- Viterbo, Joaquim. *Elucidário das palavras, termos e frases que em portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. por Mário Fiúza, 2. vols. Porto-Lisboa: Civilização, 1962-1966.

V - Estudos

- Alvira Cabrer, Martín. "La imagen del Miramamolín al Nasir (1199-1213) en las fuentes cristianas del siglo XIII". *Anuario de Estudios Medievales*, 26 (1996), pp. 1003-1028.
- Amado, Teresa. *Fernão Lopes, contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991.
- Antunes, José, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro. "Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão". *Revista de História das Ideias*, 6 (1984), pp. 25-160.
- Ayala, Jorge. "Escritores eclesiásticos del siglo VII: Braulio y Tajón de Zaragoza". *Revista Española de Filosofía Medieval*, 4 (1997), pp. 23-34.
- Baptista, Júlio César. "Portugal e o Cisma do Ocidente", *Lusitania Sacra*, 1 (1956), pp. 65-203.
- Barbosa, Pedro Gomes. "São Bernardo e a independência de Portugal". Em *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, pp. 337-349. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1991.
- Barros, Carlos. "Violencia y muerte señorial en Galicia a finales de la Edad Media". *Estudia Historica Medieval*, 9 (1991), pp. 111-157.
- Barros, Maria Filomena. "Judeus, cristãos e muçulmanos no Portugal medieval". *Praça Velha*, 36 (2016), pp. 37-54.
- Bartlett, Robert. *Why Can the Dead Do Such Great Things? Saints and Worshippers from the Martyrs to the Reformation*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

- Batany, Jean. "Les 'Danses Macabré': Une image en négatif du fonctionnalisme social". Em *Dies Illa: Death in the Middle Ages. Proceedings of the 1983 Manchester Colloquium*, ed. por Jane Taylor, pp. 15-27. Liverpool: Cairns, 1984.
- Bejczy, István. *The Cardinal Virtues in the Middle Ages. A Study in Moral Thought from the Fourth to the Fourteenth Century*. Leiden: Brill, 2011.
- Bériou, Nicole. "Un mode singulier d'éducation. La prédication aux derniers siècles du Moyen Age". *Communications*, 72 (2002), pp. 113-127.
- Bertazzo, Luciano. "I Protomartiri francescani tra storia e agiografia". Em *Dai protomartiri francescani a Sant'Antonio di Padova: atti della giornata internazionale di studi, Terni, 11 giugno 2010*, ed. por Luciano Bertazzo e Giuseppe Cassio, pp. 31-47. Padova: Centro Studi Antoniani, 2011.
- Blacker, Jean. *The faces of time: portrayal of the past in Old French and Latin historical narrative of the Anglo-Norman regnum*. Austin: University of Texas Press, 1994.
- Borges, Marco Oliveira. "Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques", *História. Revista da FLUP*, 4, n. 3 (2013), pp. 123-144.
- Boudet, Jean-Patrice. "Astrology". Em *Medieval science, technology, and medicine. An Encyclopedia*, ed. por Thomas Glick, Steven Livesey e Faith Wallis, pp. 61-63. Abingdon: Routledge, 2005.
- Boudet, Jean-Patrice. "Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V". *Revue historique*, 3, n. 647 (2008), pp. 545-566.
- Boureau, Alain. "Intellectuals in the Middle Ages, 1957-95", em *The Work of Jacques Le Goff and the Challenges of Medieval History*, ed. por M. Rubi, pp. 145-155. Woodbridge: Boydell Press, 1997.
- Branco, Maria João. "Introdução". Em *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. por Aires A. Nascimento, pp. 9-51. Lisboa: Vega, 2007.
- Brásio, António. "As «razões» de João das Regras nas Cortes de Coimbra". *Lusitania Sacra*, 3 (1958), pp. 7-40.
- Brásio, António. "O Infante D. Pedro Senhor de Maiorca". *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2, n. 9 (1959), pp. 163-240.
- Bronisch, Alexander. "Precisiones sobre algunas informaciones históricas en la Crónica de Alfonso III". *Edad Media. Revista de Historia*, 12 (2011), pp. 35-66.
- Campos, Nuno. *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Colibri, 2004.

- Canetti, Luigi. *Frammenti d'eternità. Corpi e reliquie tra Antichità e Medioevo*. Roma: Viella, 2002.
- Casagrande, Carla. "Le Goff e la storia degli intellettuali", *Mélanges de l'École Française de Rome - Moyen Âge*, 121, n. 2 (2009), pp. 257-265.
- Catalán, Diego. *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.
- Catalán, Diego. *La "Estoria de España" de Alfonso X. Creación y evolución*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma, 1992.
- Chartier, Roger. "Le monde comme représentation". *Annales*, 44, n. 6 (1989), pp. 1505-1520.
- Cheddadi, Abdeslam. "A propôs d'une ambassade d'Ibn Khaldūn auprès de Pierre le Cruel". *Hespéris-Tamuda*, 20-21, (1983), pp. 5-23.
- Clanchy, Michael. *From Memory to Written Record. England 1066-1307*. Oxford: Wiley, 1993.
- Coelho, Maria Helena. "Bispos e Reis: oposições em torno de bens e jurisdições temporais". *Lusitania Sacra*, 2, n. 15 (2003), pp. 279-287.
- Coelho, Maria Helena. "Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista". *Tempo*, 3, n. 5 (1998), pp. 121-145.
- Coelho, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- Collins, Roger. "Literacy and the Laity in Early Medieval Spain". Em *The Uses of Literacy in Early Medieval Europe*, ed. por Rosamond McKitterick, pp. 109-133. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Collins, Roger. *Visigothic Spain. 409-711*. Oxford: Blackwell, 2004.
- Corvisier, André. *Les danses macabres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- Destemberg, Antoine. "L'honneur, un horizon pratique. Des catégories médiévales dans l'analyse des phénomènes sociaux contemporains". Em *Faire jeunesse, rendre justice*, ed. por Antoine Destemberg, Yann Potin e Émilie Rosenblieh, pp. 231-242. Paris: Publications de la Sorbonne, 2015.
- Destemberg, Antoine. *L'honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d'imaginaire social*. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.
- Destemberg, Antoine. "Un système rituel? Rites d'intégration et passages de grades dans le système universitaire médiéval (XIIIe-XVe siècle)". *Cahiers de recherches médiévales*, 18 (2009), pp. 113-132.
- Dias, Isabel Barros. *Metamorfoses de Babel*. Tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2003.

- Dias, Isabel. "D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos". Em *O imaginário medieval*, coord. por Carlos Guardado da Silva, p. 123-131. Lisboa: Colibri, 2014.
- Dias, Isabel. "La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc (1220) dans son contexte portugais". *Franciscana*, XI (2009), pp. 1-25.
- Dionísio, João. "Literatura franciscana no Leal Conselheiro, de D. Duarte". *Lusitania Sacra*, 2, n. 13-14 (2001-2002), pp. 491-515.
- Dolso, Maria Teresa. "La Chronica XXIV generalium tra storia e agiografia". *Revue Mabillon*, 24 (2013), pp. 61-98.
- Duby, Georges. *Les Trois Ordres ou L'imaginaire du féodalisme*. Gallimard: Paris, 1978.
- Dumville, David. "What is a chronicle?". Em *The Medieval Chronicle II. Proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle, Driebergen/Utrecht 16-21 July 1999*, ed. por Erik Kooper, pp. 1-25. Amsterdam: Rodopi, 2002.
- Dutour, Thierry. *Une société de l'honneur. Les notables et leur monde à Dijon à la fin du Moyen Âge*. Paris: Champion, 1998.
- Dutour, Thierry. "La réhabilitation de l'acteur social en histoire médiévale. Réflexions d'après une expérience de terrain". *Genèses*, 2, n. 47 (2002), pp. 21-41.
- Elukin, Jonathan. *Living together, living apart: rethinking Jewish-Christian relations in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- Favier, Jean. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Fayard, 1980.
- Fenster, Thelma e Daniel Smail. "Introduction". Em *Fama: The Politics of Talk and Reputation in Medieval Europe*, ed. por Thelma Fenster e Daniel Smail, pp. 1-11. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- Fernandes, Hermenegildo. *D. Sancho II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- Ferreira, Maria do Rosário. "Pedro de Barcelos y la escrita de la História: la estructura de la redacción original de la Crónica de 1344". Em *Antes se agotan la mano y la pluma que su historia / Magis defecit manus et calamus quam eius hystoria, Homenaje a Carlos Alvar. 1: Edad Media*, dir. por Constance Carta, Sarah Finci e Dora Mancheva, pp. 103-120. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2016.
- Fletcher, Richard. *The quest for El Cid*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- Foucault, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*, 3. vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006 [1^a ed. 1921].

- Gabriel, Astrik. "The ideal master of the medieval University". *Catholic Historical Review*, 60, n. 1 (1974), pp. 1-40.
- Gadamer, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Gaia: Estratégias Criativas, 1998.
- Gauvard, Claude. "La Fama, une parole fondatrice". *Médiévales*, 24 (1993), pp. 5-13.
- Gauvard, Claude. "Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion". *Sociétés et Représentations*, 40, n. 2 (2015), pp. 277-287.
- Genet, Jean-Philippe. "Histoire et système de communication au Moyen Âge". Em *L'histoire et les nouveaux publics dans l'Europe médiévale (XIIIe-XVe siècle)*. Actes du colloque international organisé par la Fondation européenne de la science à la Casa de Velázquez, 23-24 avril 1993, editado por Jean-Philippe Genet, pp. 11-29. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997.
- Giles Constable, *Three studies in medieval religious and social thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Ginzburg, Carlo. "Représentation: le mot, l'idée, la chose". *Annales*, 46, n. 6 (1991), pp. 1219-1234.
- Giraud, Cédric e Constant Mews. "John of Salisbury and the Schools of the 12th Century". Em *A Companion to John of Salisbury*, ed. por Christophe Grellard e Frédérique Lachaud, pp. 31-62. Leiden: Brill, 2014.
- Given-Wilson, Chris. *Chronicles. The writing of History in medieval England*. Londres: Hambledon and London, 2004.
- Godelier, Maurice. "La part idéelle du réel. Essai sur l'idéologique". *L'Homme*, 18, n. 3 (1978), pp. 155-188.
- Gomes, Maria Joana. "From Aḥmad ibn Muḥammad ibn Mūsa al-Rāzī to Mouro Rasis: Translation and Cultural Dialogue in Medieval Iberia". *Philological Encounters*, 2, 1-2, (2017), pp. 52-75.
- Gomes, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- Gomes, Saúl. "As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV". *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 33 (2010), pp. 173-181.
- Gómez Muntané, Maricarmen. *El Llibre Vermell. Cantos y danzas de fines del Medioevo*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- González Ruiz, Ramón. "La reorganización de la iglesia de Toledo durante el pontificado de Bernardo de Sédirac, primer arzobispo después de la reconquista (1086-1124)". Em *El Papado, la iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales*

- del siglo XI: el traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela en 1095*, coord. por Fernando López Alsina, pp. 157-177. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 1999.
- González Ruiz, Ramón. "San Julián de Toledo en el contexto de su tiempo". *Anales Toledanos*, 32 (1996), pp. 7-22.
- Goodman, Anthony. *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*. Abingdon: Routledge, 2013.
- Grundmann, Herbert. "Litteratus–illitteratus. Der Wandel einer Bildungsnorm vom Altertum zum Mittelalter". *Archiv für Kulturgeschichte*, 40, n. 1 (1958), pp. 1-65.
- Guenée, Bernard. "Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 28, n. 4 (1973), pp. 997-1016.
- Guenée, Bernard. "L'historien par les mots". Em *Le métier d'historien au moyen-âge. Etudes sur l'historiographie médiévale*, dir. por Bernard Guenée, pp. 1-17. Paris: Publications de la Sorbonne, 1977.
- Guenée, Bernard. "Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l'Université de Paris". *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 136, n. 4 (1992), pp. 675-686.
- Guenée, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 1980.
- Guenée, Bernard. *L'opinion publique à la fin du Moyen Age*. Paris: Perrin, 2002.
- Hen, Yitzhak. "A Visigothic king in search of an identity. Sisebutus Gothorum gloriosissimus princeps". Em *Ego trouble: Authors and their identities in the early Middle Ages*, ed. por Richard Corradini, Matthews Gillis, Rosamond McKitterick e Irene van Reenswoude, pp. 89-100. Wien: Österreichische Akademie der Wissenschaften, 2010.
- Heullant-Donat, Isabelle. "La perception des premiers martyrs franciscains à l'intérieur de l'Ordre au XIIIe siècle". Em *Religion et mentalités au Moyen Âge. Mélanges en l'honneur d'Hervé Martin*, dir. por Sophie Cassagnes-Brouquet, Amaury Chauou, Daniel Pichot e Lionel Rousselot, pp. 211-220. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- Homem, Armando Carvalho. "A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto". *En la España Medieval*, 12 (1989), pp. 231-241.

- Homem, Armando Carvalho. "Conselho Real ou conselheiros do rei? A propósito dos privados de D. João I". *Revista da Faculdade de Letras. História*, 4 (1987), pp. 9-68.
- Homem, Armando Carvalho. "O Doutor João das Regras no Desembargo e no conselho régios (1384-1404). Breves notas". Em *Estudos de História de Portugal: Séculos X-XV – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, pp. 241-253. Lisboa: Presença, 1982.
- Homem, Armando de Carvalho. *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- Homem, Armando de Carvalho. *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Hovorun, Cyril. *Will, Action and Freedom: Christological Controversies in the Seventh Century*. Leiden: Brill, 2008.
- Hutchinson, Amélia. "Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen", *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, 30, n. 1 (2004), pp. 73-87.
- Irish, Maya Soifer. *Jews and Christians in medieval Castile. Tradition, coexistence, and change*. Washington: The Catholic University of America Press, 2016.
- Jiménez Duque, Baldomero. *La espiritualidad romano-visigoda y mozárabe*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1977.
- Jocelyn Hillgarth, "St. Julian of Toledo in the Middle Ages". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 1 (1958), pp. 7-26.
- Kienzle, Beverly Mayne. "Medieval sermons and their performance: theory and record", em *Preacher, sermon and audience in the Middle Ages*, ed. por Carolyn Muessig, pp. 89-124. Leiden: Brill, 2002.
- King, Paul. "King Chindasvind and the First Territorial Law-code of the Visigothic Kingdom". Em *Visigothic Spain: New Approaches*, ed. por Edward James, pp. 131-157. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- Krus, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- Krus, Luís. *A construção do passado medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.
- Lacarra, José María. "La iglesia visigoda en el siglo VII y sus relaciones con Roma". Em *Le chiese nei regni dell'Europa occidentale e i loro rapporti con Roma sino all'800, 7-13 aprile 1959*, pp. 353-384. Spoleto: CISAM, 1960.

- Lacroix, Benoît. *L'historien au Moyen Âge*. Montréal-Paris: Institut d'Études Médiévales-Vrin, 1971.
- Le Bras, Gabriel. "Velut splendor firmamenti. Le docteur dans le droit de l'Église médiévale". Em *Mélanges offerts à Étienne Gilson*, , pp. 373-388. Paris: Vrin, 1959.
- Le Goff, Jacques. *História e Memória*, vol. II. Lisboa: Edições 70, 2000.
- Le Goff, Jacques. *Les intellectuels au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2014.
- Leirós, Eladio. "El asesinato del arzobispo don Suero". *Boletín da Real Academia Galega*, 277-280 (1944), pp. 116-121.
- López Pereira, José. "La Continuatio Isidoriana Hispana o Crónica Mozárabe de 754 y el problema de su autoría". Em *Continuatio Isidoriana Hispana. Crónica Mozárabe de 754. Estudio, edición crítica y traducción*, pp. 30-114. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 2009.
- Lusignan, Serge. «*Vérité garde le roy*». *La construction d'une identité universitaire en France (XIIIe -XVe siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.
- Madoz, José. "Tajón de Zaragoza y su viaje a Roma", em *Mélanges Joseph de Ghellink*, pp. 345-360. Gembloux: Duculot, 1951.
- Maravall, José. "Los hombres de saber o letrados y la formación de su conciencia estamental". Em *Estudios de historia del pensamiento español*, vol. I, pp. 333-362. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.
- Marmursztejn, Elsa. *L'Autorité des maîtres. Scolastique, normes et société au XIIIe siècle*. Paris: Les Belles Lettres, 2007.
- Marnette, Sophie. *Narrateur et points de vue dans la littérature française médiévale. Une approche linguistique*. Bern: Peter Lang, 1998.
- Marques, José. "Franciscanos e dominicanos confesores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política". *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, anexo V (1993), pp. 53-60.
- Marques, José. "O culto de S. Tiago no norte de Portugal". *Lusitania Sacra*, 2, n. 4 (1992), pp. 99-148.
- Martin, Georges. "El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes". Em *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*, ed. por Georges Martin, pp. 9-40. Madrid: Casa de Velázquez, 2000.
- Martin, Georges. *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*. Paris: Klincksieck, 1992.

- Martín, José Carlos. "Julián de Toledo". Em *La Hispania visigótica y mozárabe: dos épocas en su literatura*, coord. por Carmen Codoñer, pp. 155-171. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010.
- Martín, José Carlos. "Relatos hagiográficos sobre algunos obispos de la España medieval en traducción: Ildelfonso y Julián de Toledo (BHL 3917 y 4554), Isidoro de Sevilla (BHL 4488) y Froilán de León (BHL 3180)". *Veleia*, 28 (2011), pp. 209-242.
- Martínez Diez, Gonzalo. *El Cid histórico*. Barcelona: Planeta, 2007.
- Martins, Armando. "Lisboa, a cidade e o Estudo: A Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência". Em *A universidade medieval em Lisboa: Séculos XIII-XVI*, coord. por Hermenegildo Fernandes, pp. 41-88. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- Martins, Armando. *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- Martins, Miguel Gomes. *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2005.
- Mattoso, José. "Introdução. Legitimação e linhagem". Em *Legitimação e linhagem na idade média peninsular*, org. por Georges Martin e José Ribeiro Miranda, pp. 17-25. Porto: Estratégias Criativas, 2011.
- Mattoso, José. *A escrita da História*. Lisboa: Estampa, 1997.
- Mattoso, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- Mattoso, José. *Identificação de um País*. Lisboa: Temas e Debates, 2015.
- Maurício, Domingos. "A suposta mancebia de D. João I e de D. Filipa de Lencastre". *Brotéria*, 87 (1968), pp. 296-307.
- Menino, Vanda e Adelaide Millán da Costa. *A rainha, as infantas e a aia. Beatriz de Castela, Branca de Castela, Constança Manuel, Inês de Castro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.
- Menjot, Denis. *Dominar y controlar en Castilla en la Edad Media*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga, 2003.
- Miranda, José Carlos. "A Crónica de 1344 e a escrita profética". *e-Spania*, 25 (2016), em <http://journals.openedition.org/e-spania/26194>.
- Molénat, Jean-Pierre. "Encore sur la rencontre d'Ibn Khaldūn et de Pierre le Cruel à Séville". Em *Al-Rihla entre l'Orient et l'Occident*, coord. por Hammam Mohammed, p. 17-22. Rabat: Université Mohammed V, 2003.
- Monsalvo Antón, José. "Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos". Em *Salamanca y su universidad en*

- el Primer Renacimiento: siglo XV*, coord. por Luis Enrique Rodríguez, San Pedro Bezares e Juan Luis Polo Rodríguez, pp. 36-37. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011.
- Monteiro, João Gouveia. “Fernão Lopes e os cronistas coevos. O caso da Cronica do Condestabre”. *Revista de História das Ideias*, 11 (1989) pp. 37-61.
- Monteiro, João Gouveia. “Introdução”. Em *Aljubarrota revisitada*, coord. por João Gouveia Monteiro, pp. 3-28. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.
- Monteiro, João Gouveia. *Fernão Lopes, Texto e Contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.
- Monteiro, João Gouveia. *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.
- Moreira, Filipe Alves. “‘E des ally foi pera mall’ – o reinado de D. Sancho II na cronística medieval portuguesa”, *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 3 (2012), pp. 160-171.
- Moreira, Filipe Alves. “Um novo fragmento da «Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342» e suas relações com a historiografia alfonsina”. Em *Seminário Medieval 2009-2011*, org. por Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Ribeiro Miranda, pp. 289-321. Porto: Estratégias Criativas, 2011.
- Moreira, Filipe Alves. *A crónica de Portugal de 1419: Fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Moreira, Filipe Alves. *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.
- Moreno García, Abdón e Raúl Pozas Garza. “Una controversia judeo-cristiana del s. VII: Julián de Toledo”. *Helmantica*, 53 (2002), pp. 249-269.
- Moxó, Salvador. “El auge de la nobleza urbana de Castilla y su proyección en el ámbito administrativo y rural a comienzos de la baja Edad Media”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 178, n. 3 (1981), pp. 407-518.
- Moxó, Salvador. “La elevación de los ‘letrados’ en la sociedad estamental del siglo XIV”. Em *XII Semana de estudios medievales de Estella*, dir. por Vicente Galbete Guerediáin, pp. 183-215. Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1976.
- Moxó, Salvador. “La promoción política y social de los letrados en la corte de Alfonso XI”. *Hispania. Revista española de historia*, 35, n. 139 (1975), pp. 5-30.
- Murphy, Francis. “Julian of Toledo and the condemnation of monothelism in Spain”. Em *Mélanges Joseph de Ghellinck*, pp. 361-373. Gembloux: Duculot, 1951.

- Nanu, Irina. “*La Segunda Partida de Alfonso X el Sabio y la tradición occidental de los specula principum*”. Tese de Doutoramento, Universitat de València, 2013.
- Norte, Armando e André de Oliveira-Leitão. “A mobilidade dos escolares portugueses: a peregrinatio académica entre os séculos XII e XV”. *Lusitania Sacra*, 33 (2016), pp. 43-98.
- Norte, Armando. “Homens de letras e homens de leis ao serviço da monarquia portuguesa (séculos XII-XIII)”. *Revista História*, 33, n. 1 (2014), pp. 145-170.
- Norte, Armando. “*Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013.
- Oliveira, António Resende de. *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri, 1994.
- Olivera Serrano, César. *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.
- Ordóñez Cuevas, Andrea. “La legitimidad de los reyes asturianos en las Crónicas de Alfonso III”. *Estudios Medievales Hispánicos*, 5 (2016), pp. 7-43.
- Orlandis, José e Domingo Ramos-Lissón. *Historia de los concilios de la España romana y visigoda*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1986.
- Orlandis, José. *Semblanzas Visigodas*. Madrid: Rialp, 1992.
- Paravicini-Bagliani, Agostino. “Les intellectuels et le pouvoir au Moyen Âge. Réflexions sur l’imaginaire social”. *Études des Lettres*, 1 (1984), pp. 24-31.
- Pavlović, Milija e Roger M. Walker. “Asil creçe la ondra a mio Çid el Campeador: The Role of Minaya Álvar Fáñez in the Poema de mio Cid”. Em *Al que en buen hora naçio: Essays on the Spanish Epic and Ballad in Honour of Colin Smith*, ed. por Brian Powell e Geoffrey West, pp. 115-128. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.
- Pereira, Armando de Sousa. “Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII”. *Lusitania Sacra*, 2, n. 13-14 (2002), pp. 315-336.
- Pereira, Armando de Sousa. *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.
- Pimenta, Cristina. “A Ordem Militar de Avis durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira”. Em *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no Reinado de D. João I*, dir. por Luís Adão da Fonseca, pp. 129-242. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997.

- Pimenta, Cristina. *D. Pedro I*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- Pizarro, José Augusto. “Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e Estrutura da Família Nobre Séculos XI a XIV”. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1987.
- Pizarro, José Augusto. *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- Rennie, Kriston. *The foundations of medieval papal legation*. Basingstoke: Palgrave, 2013.
- Rodríguez, Carlos del Valle. “Tajón de Zaragoza (ca. 600-680)”. Em *La Controversia judeocristiana en España: (desde los orígenes hasta el siglo XIII): Homenaje a Domingo Muñoz León*, ed. por Carlos del Valle Rodríguez, pp. 113-114. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998.
- Rollo-Koster, Joëlle. “Civil violence and the initiation of the Schism”. Em *A Companion to the Great Western Schism (1378–1417)*, ed. por Joëlle Rollo-Koster e Thomas M. Izbicki, pp. 9-65. Leiden: Brill, 2009.
- Rosário, António do. “Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV”. *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España*, 7 (1979), pp. 509-598.
- Rosso, Paolo. *Francescani e Islam: i primi cinque martiri*. Anghiari: ITEA, 2001.
- Russell, Peter. *As fontes de Fernão Lopes*. Coimbra: Coimbra Editora, 1941.
- Sánchez Sesa, Rafael. “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”, em *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*, vol. 4, pp. 307-320. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- Schumacher, Lydia. *Divine Illumination: The History and Future of Augustine's Theory of Knowledge*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- Silva, João. “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)”. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2010.
- Silva, Manuela Santos. “John of Gaunt, duque de Lancaster, rei de Castela e Leão: a ‘praxis’ de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos”. Em *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. A Guerra e a Sociedade na Idade Média*, pp. 159-171. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009.
- Simonatti, Selena. “Dos notas de iconografía monárquica: D. Pedro o Cru de Portugal y D. Pedro el Cruel de Castilla”. *e-Humanista*, 17 (2011), pp. 421-447.

- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. "Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power". *e-Journal of Portuguese History*, 5, n. 2 (2007), pp. 1-7.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. "O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal". *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 2 (1989), pp. 28-48.
- Sousa, João Luís de. "O Doutor João das Regras. Algumas notas". Em *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, ed. por Avelino de Meneses e João Oliveira e Costa, vol. I, pp. 81-89. Lisboa: CHAM-FCSH, 2007.
- Spiegel, Gabrielle. "History, historicism and the social logic of the text in the Middle Ages". *Speculum*, 65 (1990), pp. 59-86.
- Spiegel, Gabrielle. *The Past as Text: The theory and practice of Medieval Historiography*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.
- Stump, Phillip H. "The Council of Constance (1414–18) and the end of the Schism". Em *A Companion to the Great Western Schism (1378–1417)*, ed. por Joëlle Rollo-Koster e Thomas M. Izbicki, pp. 395-442. Leiden: Brill, 2009.
- Teeuwen, Mariken. *The vocabulary of intellectual life in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2003.
- Tester, Jim. *A History of Western Astrology*. London: Boydell, 1996.
- Thompson, Edward. *The Goths in Spain*. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- Valdaliso Casanova, Covadonga. "La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la Corona de Castilla", *Edad Media: Revista de Historia*, 12 (2011), pp. 193-211.
- Valdaliso Casanova, Covadonga. *Historiografía y legitimación dinástica. Análisis de la Crónica de Pedro I de Castilla*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
- Valverde, Juan Fernández. "Introducción". Em Rodrigo Jiménez de Rada, *Historia de los hechos de España*, pp. 13-52. Madrid: Alianza, 1989.
- Varandas, José. "*Bonus Rex ou Rex inutilis: as periferias e o centro (redes de Poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248))*". Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2003.
- Verger, Jacques. "Les bibliothèques de professeurs comme témoignages de leur culture et de leurs méthodes de travail (France, XIIIe–XVe siècles)". *Vorträge und Forschungen: Beiträge zur Kulturgeschichte der Gelehrten im späten Mittelalter*, 73 (2010), pp. 101-116.

- Verger, Jacques. *Le gens de savoir en Europe à la fin du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- Vilar, Hermínia. *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999.
- Vilar, Hermínia. *D. Afonso II*. Lisboa: Temas e Debates, 2005.
- Villeneuve, Gaël Le Morvan de. "Les vertus des rois wisigoths au service du pouvoir alphonsin dans l'Estoire d'Espagne d'Alphonse X le Sage". *e-Spania*, 22 (2015), <http://e-spania.revues.org/2496>.
- Ward, Aengus. *History and Chronicles in Late Medieval Iberia: Representations of Wamba in Late Medieval Narrative Histories*. Leiden: Brill, 2011.
- Weijers, Olga. "Terminologie des universités naissantes. Étude sur le vocabulaire utilisé par l'institution nouvelle". Em *Soziale Ordnungen im Selbstverständnis des Mittelalters: Soziale Ordnung im Selbstverständnis des Mittelalters*, ed. por Albert Zimmermann, pp. 258-280. Berlin: De Gruyter, 1979.
- Weijers, Olga. *Terminologie des Universités au XIIIe siècle*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1987.
- Wolf, Kenneth Baxter. *Conquerors and chroniclers of Early Medieval Spain*. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

Anexo 1

Ocorrências do termo *letrado*

Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344 - 2ª. ed.*, vol. II (Lisboa: INCM, 2009).

| Ocorrência | Página |
|---|--------|
| Este rey era muy letrado, piadoso, justicioso e muyto entendudo e sabedor de juízo. | p. 209 |
| Taio era homen muy letrado e amava muyto os livros das Sanctas Scripturas. | p. 221 |
| <i>Sancto Illafonso</i> . Este foy homen de boo linhagen e muy devoto e de muy sancta e honesta vida; e foi monge e muy letrado, como aquelle que era discipullo de Sancto Ysidoro. | p. 226 |
| E foy feito em dez e nove dias de Dezembro, seendo arcebispo de Tolledo don Julham Pomer. Este arcebispo foy do linhagen dos Judeus; e foi muy vallente letrado en todollos saberes e foy muy noble catollico e de grande devaçõ e muy conforme a todollos mandamentos do Sancto Evangelho e ben fiel despenseiro dos bões da Igreja, ca este foy simprez de coração e amator dos pobres. | p. 284 |
| Jullyam Pomer, o qual mostrou ã este concelho hũm livro que elle fezera ã honrra da Sancta Triindade e provouho per muytas e boas razões. E os bispos e letrados viron o livro e eixaminaron a matéria delle e acharon que era boo e por tal o julgaron. Mas he de saber por qual razom foy esto. (...). E elle despois tomou o livro e mandouho ao papa Sergio per tres clerigos muy letrados e sabedores ã Sancta Escripura e mandoulhe assiadas todallas razões em que o livro era fundado; e ãvyou com elle hũus verssos que elle fezera em louvor do emperio e do senhorio dos Romãaos. (...). E elle, des que o vio com os letrados e com os senadores, mandou que se leesse; e emvyou suas cartas ao arcebispo, en que lhe mandava muyto agradecer aquello que lhe mandara mostrar e que outorgava todo quanto elle escrepvera em aquelle livro, ca todo era fundado em boas razões e verdadeiras. | p. 286 |
| E el rei dom Paayo, quãdo lhe esto ouvio dizer, ouve grãde pesar e respondeulhe assi: - Empero que tu es arcebispo letrado, responder't'ei ao que dizes. Ben sabes tu que, se Deus fere ou castiga os seus filhos pecadores por algũu tempo, que os nõ desempara por esso nõ lhe esquecem por sempre. Ca ben sabes ã como tu e teu irmão Vitiza assanhastes Deus mallamente por os vossos pecados que fezeistes, con o conde Ilham, servo do diaboo Satanas, e o movestes a sanha, per que ouve de viir a destroymento a gente dos Godos e per que oje dya he a Igreja e a cristaydade quebrãtada e destroyda. | p. 382 |

| | |
|---|--|
| E algũus dizem que este Epa foy filho del rey Vetiza e outros dizem que foy irmão do conde dom Ilham. Mais, o que he verdade, foi filho de Egica e irmão de Vetiza, como desuso dissemos. Pero, de qualquer desses que fosse, sabuda cousa he que foy arcebispo de Sevilha e, despois, de Tolledo, mas nõ como devera. (p. 384) | |
|---|--|

Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344 - 2ª. ed.*, vol. III (Lisboa: INCM, 2009).

| Ocorrência | Página |
|--|--------|
| (...) ante deste tempo morreo o papa Benedicto, que ouvera o papado per symonya e, por que nõ era leterado, tomou por companheiro e consagrouho por papa, por que comprisse o officio da igreja; e este avya nome Silvestre. | p. 316 |
| E, cõ esta mesajê, ãviou el rei o conde dom Rodrigo e Alvaro Fernandez Menaya e outros mui honrados homẽes e mui leterados. | p. 328 |

Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344 - 2ª. ed.*, vol. IV (Lisboa: INCM, 2009).

| Ocorrência | Página |
|---|--------|
| E fezerõ logo hũu arcebispo que avya nome dom Bernaldo, que era homen bem leterado e de muy sancta vyda. | p. 13 |
| Este dom Bernaldo, emleito de Tolledo, era natural de terra de mouros, de hũa terra que há nome Agem, e de hũu castello que chamã Soldat, segundo cõta o arcebispo dom Rodrigo. Este dõ Bernaldo era muyto leterado e grande clérigo, mas leixou a clerizia e husou de cavallaria. E despois adoeceu de forte ãnfermidade e entom tomou ordẽ de religion de Sam Bẽeto. E, estando ã esto, ãvyou por elle dõ Ugo, abbade de Sam Bẽeto, e fezerom ambos sua vyda muy boa. | p. 14 |

Adelino de Almeida Calado (ed.), *Crónica de Portugal de 1419* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998).

| Ocorrência | Página |
|--|--------|
| E a eles prouve muyto e entom enlegerom e fezerom bispo hum homem bõo em degredos que aly viera, que avia nome Gilberto, homem de bõa vida e leterado. | p. 53 |

| | |
|--|--------|
| E, tanto que se partirom de Maroquos, os ditos çimquo frades se partirom apos eles e, quando chegarom ao arayal, começou hum mouro a desputar-se com frey Bernaldo, o qual avyom por muyto bom leterado e santo antre os mouros. | p. 115 |
| Porem, consyrando em como ho regno não tão somente he afermosentado por avomdamça de mantimentos e gemtes d'armas, ainda cumpre aver em ele pesoas leteradas e sabedores, cuidei em minha vontade proveito comum de meus regnos e fazer que aja em ele estudo de todolas çiências, poendo em esto tal deligençia que se faça melhor e mais homradamente que ser puder. | p. 183 |

Giuliano Macchi (ed.), *Crónica de D. Pedro, de Fernão Lopes* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007).

| Ocorrência | Página |
|---|--------|
| Acabadas as rrazões que ouvistes, ditas presentes letrados e outro muito poboo, aquelles que de chaão e simprez entender eram, nom escodrinhado bem o tecimento de taaes cousas, ligeiramente lhe derom ffe, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros, mais sotiis d'entender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito delgado investigarom, buscando sse aquello que ouviam podia seer verdade ou per o contrairo, nom rreecerom isto em seus entendimentos, parecendo-lhe de todo seer muito contra rrazom. Ca porque o crer da cousa ouvida está na rrazom e nom na vontade, porende o prudente homem que tal cousa ouve que sua rrazom nom quer conceber, logo se maravilha duvidando muito. | p. 131 |
| (...) e mataram mais Pero Alvarez dayam de Santiago, homem mui leterado e bem sisudo: e el-rrei oolhava de cima da igreja como sse todo esto fazia. | p. 180 |

Giuliano Macchi (ed.), *Crónica de D. Fernando, de Fernão Lopes* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004).

| Ocorrência | Página |
|---|--------|
| (...) conta-llo-emos da guisa que algũus em seus livros escrevem, dizendo que el-rrei dom Pedro fazia muito por saber de seus astrollogos a certidom das cousas que lhe aviam de vīr; e nom soamente pellos leterados de sua terra, mas ainda a Graada mandava preguntar a Abenahatim mouro, grande sabedor e fillosofo, que lhe escrevesse a certidom das cousas que lhe podiam aquecer. | p. 153 |

| | |
|--|--------|
| (...) em taees penas assi ecclesiasticas come seculares que mayores nom podiam ser postas em escriptura a vista de leterados. | p. 287 |
| (...) e os officiaaes da cidade enformarom o poboo que o cardeall de Sam Pedro nom era enleito, por nom seer tall que soportasse os encarregos do papado, mas que o era o arcebispo de Baire, homem de boa vida, leterado em theologia e discreto e mui prudente nos feitos da corte e bem azaado pera ser papa como outro hi nom avia; e assi apacificarom o poboo. | p. 390 |
| De tall devisom e cisma como esta forom mui espantados quantos ho ouviram; e fallando em ello, nom sem rrazom deziam: qual he o christaão que aja fe, posto que seja pequena, que sse nom espante de tall feito como este, homeês tam leterados e assi discretos perverterem seu bõ juízo de guisa que levantaram tal error na Egreja de Deus? | p. 395 |
| E el-rrei de Portugall, posto que primeiro ouvesse acordo com os leterados de seu rreino, contra vontade do mais saão consselho e contra desejo de todo o poboo (...). | p. 409 |
| (...) el-rrei dom Fernando, avendo maduro consselho com o arcebispo de Bragaa e outros leterados homeês de seu rreino juramentados sobre hũa ostia sagrada na see cathedrall da dita cidade, pubricamente presente todo o poboo declarou Urbano sexto seer verdadeiro papa e outro nom (...). | p. 459 |
| El-rrei mandou chamar a Lixboa algũus leterados, assi como o doutor Gill do Ssem e Rrui Lourenço dayam de Coimbra e outro e o doutor Joham das Regras (...). | p. 543 |
| (...) e estonce per acordo dos senhores e leterados de seu consselho sse começou de chamar: «Dona Lionor pella graça de Deus rrainha governador e rregedor dos rregnos de Portugall e do Algarve». | p. 593 |

William Entwistle e Luís Filipe Lindley Cintra (eds.), *Crónica de D. João I, de Fernão Lopes* – vol. 1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

| Ocorrência | Página |
|--|--------|
| Este Bispo era gramde leterado e boom ecclesiastico, e rregia mui bem sua egreja morando em çima da claustra della, por comthinuadamente viinr aas horas e devinaaes offiçios ; e alli tiinha em voomtade de mamdar fazer casas pera morarem todollos Coonigos por averem aazo de melhor servir. | p. 24 |
| E fez ho Meestre seu Chamceller moor o doutor Joham das Regras que era mui gram leterado (...) | p. 48 |
| Outros screpvem isto per contrario [que Alváro Gonçalves Pereira era <i>astrollogo e sabedor</i>], e desta opiniom nos praz mais, dizemdo que em casa | p. 58 |

| | |
|--|--------|
| deste Prioll dom Alvaro Gomçallvez, amdava hũu gram leterado e mui profumdo astrollogo, que chamavom meestre Thomas. E per este comtom que soube o Prioll, que hũu de seus filhos avia de seer veemçedor de batalhas, e que este era NunAllvarez Pereira. | |
| <i>Como sse pode dizer por vossa parte, que fostes emganado nos trautos, seemdo feitos comtra vossa homrra e proveito como estes dizem, homde tantos leterados e assi avisados e discretos homeẽs de vosso Comsselho, forõ juntos amte que os outorgassees?</i> | p. 98 |
| E chegamdo todos aaquell moesteiro, depois que fizeram sua devota oraççom, começou de pregar huũ gramde e notavell pregador mui leterado em theolesia, chamado per nome mestre Rodrigo de Simtra da Hordem de sam Framçisco; o qual fez hũa sollemne e comprida pregaçom, mui bastamente teçida de textos das Samtas Escrituras, que a sseu proposito mui sabedormente trouve. | p. 277 |
| E Rui Louremço, Dayam de Coimbra, gramde leterado; e outras homrradas pessoas ecclesiasticas. | p. 344 |
| Elles todos em hũu paaço postos em assessego e boa hordenamça, era hi hũu notavell barom, homem de perfeita autoridade, e comprido de sçiemçia, mui gramde leterado em lex, chamado doutor Joham das Regas, cuja sotillidade e clareza de bem fallar amtre os leterados, oje em dia he theuda em comta. | p. 345 |
| E o Bispo de Lixboa rrespomdeo, que ell vira aquella geerall despemssaçom do Papa Johane; e que fallamdo sobrello com leterados lhe disseram que bem lhe parecia avomdosa pera casarem per ella (...). | p. 365 |

William Entwistle e Luís Filipe Lindley Cintra (eds.), *Crónica de D. João I, de Fernão Lopes – vol. 1* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

| | |
|--|------|
| Elle fez a grandes leterados tirar em linguagem os auamgelhos e autos dos apóstolos e epistollas de Sam Paulo e outros spirituaes liuros dos santos, por tall que aquelles os ouuissem fossem mais deuotos açerca da lley de Deus. | p. 2 |
| Mas que dos quatro estados do reyno – que eram perllados e fidalgos e leterados e cidadãos – fosse sua mercee descolher estes que lhe nomearam (...) e dos leterados, o doutor Gil dOssem e o doutor Joham das Regras e o doutor Martyaffomso e Joham Affomso da Azambuja, bacharel em leis. | p. 5 |
| <i>Com grandes e sesudos rycos homeens, caualleyros e dignidades, bispos e outros prelados e leterados do nosso consselho e outros muytos cidadãos chamados em cortes specyalmente pera esto (...).</i> | p. 8 |

| | |
|--|--------|
| E falladas sobresto muytas razões, foy respomdido pelos leterados que armas de perdiçam toma o poboo e muy grande ajuda faz a sseus emmjgos quando perseuera em suas maldades (...). | p. 93 |
| E ally pregou frey Pedro, frade da hordem de Sam Framçisco, grande leterado em teologia e muy afamado de boom pregador. | p. 115 |
| <i>E se aquy, Senhor, ha alguuns leterados que comtra esta razom alguuma cousa dizer queiram, eu som prestes pera tal disputaçam e prouar per dereito todo esto que digo.</i> | p. 192 |
| Logo esse dia, depois que o Duque comeo, ouue seu conselho com esses senhores e leterados que com el vinham (...). | p. 192 |
| <i>E por emde em disputaçam de leterados el-Rey, meu senhor, e a Rainha dona Costança, sua molher, nom ham porque poer seu dereito, saluo semdo elles primeiro restetuidos aa posissam dos ditos regnos (...).</i> | p. 195 |
| (...) chegou a el huum leterado do conselho del-Rey por cousas algumas que lhe per el mandaua dizer (...). | p. 244 |
| Os do conselho que eram leterados disserom que tal cousa era escusada; ca pois o Papa Vrbano com el despensara (...). | p. 254 |
| E huum domingo, que eram noue dias de julho, percebido pera esto huum grande leterado, mestre em teologia, muy famoso pregador da hordem de sam Framçisquo, chamado frey Rodrigo de Simtra, todos atemtos com manso sillençio pera o ouuir, foy per elle feito huum sermom assaz sollemne, a tal auto pertemçente (...). | p. 255 |
| (...) pois foram dadas per portuguesses, homens leterados, hofyçiaaes que foram del-Rey dom Fernamdo (...). | p. 265 |
| E ditas per elle, como leterado que era, todallas rezoeês boas, asy as que lhe el-Rey disse como as que elle soube dizer (...). | p. 323 |
| Em sua conpanhia avya de hir Ruy Lourenço, bacharel em degredos, e outro famoso leterado que chamauam Alvaro Perez Escolar (...). | p. 384 |
| <i>(...) e que ella ouuyra dyzer a lleterados que seu padre se ouuera tão mal acerca dos trautos que sobre tal sobçessam foram feytos, que seu dereyto era muy dovidosso (...).</i> | p. 406 |
| Asi como de huma regra naçe outra, segumdo dizem os leterados (...). | p. 437 |